


**UNESP**  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Faculdade de Ciências e Letras**  
**Campus de Araraquara - SP**

OFÉLIA REGINA BRAVIN MOREIRA

**A ESCRITA DE SI COMO CONSTRUÇÃO DA  
SUBJETIVIDADE DA AUTORA CAROLINA  
MARIA DE JESUS: ANÁLISE DE FRAGMENTOS  
DISCURSIVOS DA OBRA QUARTO DE DESPEJO.**



ARARAQUARA – S.P.  
2023

OFÉLIA REGINA BRAVIN MOREIRA

**A ESCRITA DE SI COMO CONSTRUÇÃO DA  
SUBJETIVIDADE DA AUTORA CAROLINA  
MARIA DE JESUS: ANÁLISE DE FRAGMENTOS  
DISCURSIVOS DA OBRA QUARTO DE DESPEJO.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Conselho do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

**Linha de pesquisa:** Estrutura, Organização e funcionamento discursivos e textuais

**Orientadora:** Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin.

ARARAQUARA – S.P.  
2023

M838e	<p>Moreira, Ofélia Regina Bravin</p> <p>A escrita de si como construção da subjetividade da autora Carolina Maria de Jesus : análise de fragmentos discursivos da obra Quarto de Despejo / Ofélia Regina Bravin Moreira. – Araraquara, 2023</p> <p>104 f. : fotos</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara</p> <p>Orientadora: Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin</p> <p>1. Literatura brasileira Escritoras Negras. 2. Análise do Discurso. 3. Escrita de Si. 4. Arqueogenealogia foucaultiana. 5. Decolonialidade. I. Título.</p>
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

OÉLIA REGINA BRAVIN MOREIRA

# **A ESCRITA DE SI COMO CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DA AUTORA CAROLINA MARIA DE JESUS: ANÁLISE DE FRAGMENTOS DISCURSIVOS DA OBRA QUARTO DE DESPEJO.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Conselho do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

**Linha de pesquisa:** Estrutura, Organização e funcionamento discursivos e textuais

**Orientadora:** Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin.

Data da defesa da dissertação: 15/05/2023

## **MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin**  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Araraquara

---

**Membro Titular: Profa. Dra. Marisa Gama Martins Khalil**  
Universidade Federal de Uberlândia

---

**Membro Titular: Profa. Dra. Flávia Marinho Lisbôa**  
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
**UNESP – Campus de Araraquara**

Dedico essa dissertação ao meu pai, Valdemar Bravin (*in memoriam*).  
Amigo, presente em todos os momentos, me ensinou que a beleza da vida  
está em lutar junto aos oprimidos.

## AGRADECIMENTOS

Lembro com carinho dos professores que passaram por minha vida e me incentivaram a prosseguir estudando. O sonho de fazer uma pós-graduação nasceu quando terminei a primeira graduação e de lá até hoje estava sendo adiado. Por isso, estar prestes a realizar esse sonho me traz muita alegria e, também, muita emoção. Esta etapa foi possível por causa de pessoas queridas que gostaria de agradecer aqui.

Gostaria de agradecer a cada professor que participou dessa banca. Começo pela professora Marisa Khalil, que lá no início desse processo me acolheu no grupo de leitura *Lector In Fabula*. Muito obrigada pela acolhida, pelos conselhos de estudo, pela forma carinhosa com que sempre me tratou. À professora Flávia Lisbôa, agradeço imensamente os ensinamentos em relação a questões tão caras e sensíveis de se lidar. Receba o meu mais profundo respeito e admiração. Agradeço ao professor Rafael Da Col que, antes mesmo de iniciar o Mestrado, teve a paciência e a gentileza de ouvir minhas angústias, medos e incertezas. Rafael se tornou um amigo nessa caminhada. Agradeço, também, à professora Lívia Pires por ter aceitado o convite e participar deste momento tão especial para mim.

Gostaria de dizer da imensa felicidade que tenho em fazer parte do Grupo de Estudos de AD, *GEADA*, a cada amigo ali que sempre tem uma palavra de incentivo ou mesmo nos socorre nas necessidades acadêmicas, meu muito obrigada: Vinícius, Cris, Diego, Maurício e Paola. Gostaria de agradecer aos amigos que partilham a caminhada da vida comigo, em especial a querida Valéria Biondo, minha grande incentivadora.

Agradeço também à minha mãe Maria e ao meu companheiro Edvaldo, que nesses tempos de finalização da pesquisa, têm me esperado pacientemente.

E agradeço à pessoa que me estendeu a mão na vida acadêmica. Ela é a maior especialista em Michel Foucault do Brasil, professora Rosário Gregolin. Eu estou finalizando este trabalho porque a senhora acreditou em mim, receba minha eterna gratidão. Muito obrigada pelas horas de orientação, pela paciência, pelo diálogo franco, Poder partilhar da vida acadêmica e da sua amizade é realmente a construção de um projeto de felicidade.

A todos, muito obrigada.

Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido.

Carolina Maria de Jesus, (2012, p. 34)

## RESUMO

A história de Carolina Maria de Jesus ainda não é bastante conhecida do público brasileiro, nem mesmo daqueles que hoje produzem ou consomem a literatura considerada marginal. Entretanto, a representatividade de sua obra para as vozes que continuam silenciadas é fundamental como precursora e incentivadora. Moradora de uma favela no Canindé, zona norte de São Paulo, Carolina conheceu o jornalista Audálio Dantas em uma das visitas que este fazia ao local. Esta aproximação resultou na publicação dos seus diários, em que descrevia como ninguém o cotidiano da comunidade em cadernos que encontrava no lixo. Mulher e negra, a autora é uma das pioneiras da Literatura Negra. Protagonista de sua história, trazia em seu discurso a resistência e o enfrentamento ao poder, a fim de superar os códigos que sustentavam a desigualdade social no país. Carolina tinha a plena consciência de que era uma escritora e de que tinha algo a dizer do *locus* onde se encontrava. Desta maneira, foi importante observar como essas vozes periféricas foram se tornando visíveis por meio de Carolina, na década de 50, até a autora ser silenciada pela mídia, no período ditatorial. Assim, o *corpus*, objeto de análise desta pesquisa, são os fragmentos discursivos de Carolina Maria de Jesus no livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, tendo como objetivos: identificar o contexto histórico-social de onde a autora produz seu discurso, analisar, por meio da escrita de si, sua autoconstrução como escritora/autora/poetisa mesmo contrariando o *status quo*, investigar como a mídia recebeu a escritora e sua obra em 1960, depois como a silenciou e a retoma a partir da década de 80. O referencial teórico-metodológico desta pesquisa alicerçou-se nos Estudos Discursivos Foucaultianos (arqueogenealogia) que traz em seu arcabouço teórico conceitos fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, como as noções de sujeito, a construção de subjetividades por meio da escrita de si e as relações com o saber e o poder para entender quem era Carolina, de onde ela produzia seu discurso e porque o discurso desta autora carrega tamanha força que mesmo sendo invisibilizado por um período, retorna na atualidade. Acreditamos que, após analisarmos o discurso da escritora Carolina Maria de Jesus, a sociedade e a mídia, como estudado em Foucault, buscam controlar, invisibilizar e silenciar os sujeitos que não detêm o poder. Carolina mostrou o quão a literatura (escrita de si) foi importante em sua vida sob dois aspectos: o de ressignificação de verdades que constituíram uma nova Carolina, assim como o ato da denúncia ao retratar a violência, a miséria, a fome, a desumanidade que é a vida em um ambiente abandonado pelo Estado e pela sociedade, como a favela.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso. Literatura Negra. Quarto de Despejo. Escrita de Si. Subjetividades.



## ABSTRACT

The story of Carolina Maria de Jesus is still not well known to the Brazilian public, not even to those who today produce or consume the so called marginal literature. However, the representativeness of her work for the voices that remain silenced is fundamental as a precursor and a inspiration. A resident of the slums in Canindé, in the north of São Paulo, Carolina met the journalist Audálio Dantas on one of his visits to the area. This approximation resulted in the publication of her diaries, in which she described the daily life of the community like no one else had done it, in notebooks that she found in the trash. The author, a black woman, is one of the pioneers of Black Literature. As the protagonist of her story, she brought in her discourse the resistance and confrontation to power in order to overcome the codes that sustained social inequality in the country. Carolina was fully aware that she was a writer and that she had something to say about the locus where she found herself. In this way, it was important to observe how these peripheral voices became visible through Carolina in the 50s, until the author was silenced by the media, in the dictatorial period. This research aims to analyze the discursive fragments of Carolina Maria de Jesus in the book *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (*Child of the Dark: The Diary of Carolina Maria de Jesus*), having as objectives: to identify the historical and social context from which the author produces her discourse, to analyze through self-writing her self-construction as a writer/author/poet that placed herself against the status quo, to investigate how was media's reception of her work in 1960, then how it silenced her and resumed it from the 1980s onwards. The theoretical-methodological framework of this research was based on Foucaultian Discursive Studies (archegenealogy) which brings in its theoretical framework fundamental concepts for the development of this research, such as the notions of the subject, the construction of subjectivities through self-writing and relationships with the knowledge and power to understand who Carolina was, where she produced her discourse from and why this author's discourse carries such strength that even though she was invisible for a period, it strongly returns today. We believe that, after analyzing the discourse of the writer Carolina Maria de Jesus, society and the media, as studied in Foucaultian thought, seek to control, make invisible and silence the subjects who do not hold power. Carolina has shown how important literature (self-writing) was in her life in two ways: the redefinition of truth that constituted a new Carolina, as well as the act of denouncing when portraying violence, misery, hunger, inhumanity which is life in an environment abandoned by the State and society, such as the slums.

Keywords: Discourse Analysis. Black Literature. *Child of the Dark*. Self-Writing. Subjectivities.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2. DESENVOLVIMENTO</b>	<b>21</b>
<b>2.1 Capítulo 1 – Pressupostos teórico-metodológicos: AD com Foucault e diálogos com Estudos Decoloniais</b>	<b>21</b>
2.1.1 O conceito de Dispositivo Foucaultiano e sua contribuição aos Estudos Coloniais/Decoloniais	29
<b>2.2 Capítulo 2 – Os traços da identidade da população negra brasileira e sua luta pela sobrevivência nas periferias</b>	<b>33</b>
2.2. 1 A luta feminista – um olhar para o feminismo negro	54
<b>2.3 Capítulo 3 – Análise da construção do sujeito Carolina Maria de Jesus por meio da escrita de si e do espaço de produção de sua obra</b>	<b>61</b>
2.3.1 Visibilidade/Invisibilidade: Carolina nas malhas da mídia	77
<b>3. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>93</b>
<b>3.1 Recomendações para trabalhos futuros</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIA</b>	<b>99</b>

## 1. INTRODUÇÃO

*Era papel que eu catava  
 Para custear o meu viver  
 E no lixo eu encontrava livros para ler  
 Quantas coisas eu quiz fazer  
 Fui tolhida pelo preconceito  
 Se eu extinguir quero renascer  
 Num país que predomina o preto!  
 - Carolina*

Diários – a escrita de si – registrar acontecimentos do dia a dia é uma prática presente em todos os lugares do planeta e nas mais longínquas épocas. A escrita de um diário íntimo é livre, não há regras e cabe ao seu escritor externar tudo o que quiser, na sequência que desejar. Ao comentar sobre diários publicados, Silva (2011) lembra que das artes, a Literatura é a mais barata, pois, “um pedaço de papel qualquer, uma ponta de lápis, um pedaço de pedra, [...] a parede de uma prisão, papel de cigarro, embrulho de pão, os restos do que foi um caderno, um bilhete no exílio”, são passíveis da escrita, da criação, da expressão do pensamento. Desta forma, Silva faz a seguinte indagação:

o que explica, muitas vezes, em condições e situação absolutamente adversas, o aparecimento e a vontade de um criador literário? [...] Primo Levi nos campos de concentração; Jean Genet, nas cadeias francesas; Luiz Alberto Mendes no Presídio Carandiru; Pepetela e Luandino Vieira no calor das guerrilhas de libertação angolanas; Carolina Maria de Jesus na favela do Canindé, Graciliano Ramos na prisão e no porão de navios; Lima Barreto no cemitério dos vivos; De Sade nas masmorras. (SILVA, 2011, p.13)

A paixão pela escrita leva o sujeito a romper limites, pois a Literatura é o modo mais acessível de ultrapassar as barreiras do tempo e do espaço, de transmitir pensamentos, de influenciar pessoas. E foi nessa catarse, provocada por uma obra literária, que surgiu esta pesquisa sobre a obra da escritora Carolina Maria de Jesus.

Portanto, o *corpus*, objeto de análise desta dissertação, são os fragmentos discursivos do diário de Carolina Maria de Jesus recortados de sua obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, em que ela se qualifica como escritora/poetisa, digna de pertencer à Academia Brasileira de Letras. No momento em que discursos e vozes periféricos têm tomado espaço em todas as mídias existentes, é importante observar como esse processo surgiu a partir de 1945, pós golpe de 1937, devido ao início da

redemocratização do país, e como Carolina Maria de Jesus participou deste contexto. Neste período (1939-1945), o mundo se encontrava em guerra, a Segunda Guerra Mundial, por isso esta geração de escritores, marcada por esses acontecimentos, mais o processo de redemocratização pelo qual o Brasil passava, ficou conhecida como *Geração de 45*. Neste cenário, surgem escritores cujas obras traziam críticas à sociedade e grande força, também, regionalista. Denominada terceira fase modernista, ela rompe com as duas fases anteriores. Havia um profundo interesse em questões psicológicas das personagens, por exemplo, as observadas na obra literária de Clarice Lispector, uma literatura intimista e introspectiva. Quanto aos regionalismos, Guimarães Rosa traz em sua obra uma inovação, escrevendo discursos diretos, indiretos livres, mudanças no vocabulário, recriação de costumes sertanejos e, principalmente, a questão do subdesenvolvimento.

No texto *Literatura e Subdesenvolvimento*, o crítico literário Antônio Cândido traz a discussão acerca do analfabetismo do povo latino-americano, principalmente do brasileiro, que acarretou no subdesenvolvimento, como explanado abaixo:

a consciência do subdesenvolvimento é posterior à Segunda Guerra Mundial e se manifestou claramente a partir dos anos de 1950. [...] Se pensarmos nas condições materiais de existência da literatura, o fato básico talvez seja o analfabetismo [...] Com efeito, ligam-se ao analfabetismo as manifestações de debilidade cultural: falta de meios de comunicação e difusão (editoras, bibliotecas, revistas, jornais); inexistência, dispersão e fraqueza dos públicos disponíveis para a literatura, devido ao pequeno número de leitores reais (muito menor que o número já reduzido de alfabetizados); impossibilidade de especialização dos escritores em suas tarefas literárias, geralmente realizadas como tarefas marginais ou mesmo amadorísticas; falta de resistência ou discriminação em face de influências e pressões externas. (CÂNDIDO, 1989, p. 2-3)

A literatura, diante do subdesenvolvimento, começa a tomar outros rumos e o regionalismo ganha força com Guimarães Rosa, trazendo uma literatura realista, de denúncia da vida miserável do cidadão. E poderemos encontrar essa realidade literária nos escritos de Carolina Maria de Jesus também, não só em seu livro, objeto de nosso estudo, mas em outros de sua obra. Cândido relata que

as áreas de subdesenvolvimento e os problemas do subdesenvolvimento (ou atraso) invadem o campo da consciência e da sensibilidade do escritor, propondo sugestões, erigindo-se em assunto que é impossível evitar. [...] desde o decênio de 1930 tinha havido mudança de orientação, sobretudo na ficção regionalista, que pode ser tomada como termômetro, dadas a sua generalidade e persistência. Ela abandona, então, a amenidade e curiosidade, pressentindo ou percebendo o que

havia de mascaramento no encanto pitoresco, [...] o romance adquiriu uma força desmistificadora que precede a tomada de consciência dos economistas e políticos. (CÂNDIDO, 1989, p. 1; 2; 12)

O quadro nacional de problemas econômicos, educacionais e sociais se fez refletir na literatura nacional e, principalmente, na estética da escrita literária. A cultura e a própria literatura foram obrigadas a repensar a função social que lhes era imputada. É o que observamos nas obras da escritora Carolina Maria de Jesus, cuja autora é fruto dessa exploração colonial, do subdesenvolvimento, do analfabetismo e do silenciamento midiático-social. Vozes como a dela, vindas das periferias, desde então, têm surpreendido e ocupado cada vez mais espaço, principalmente, com o desejo de responder às intolerâncias, às injustiças e aos problemas econômicos. A retomada e a análise de fragmentos discursivos da obra de Carolina visam contribuir para que seu trabalho seja cada vez mais disseminado e que essas vozes negras possam ser cada vez mais ouvidas, lutando pelos seus direitos na sociedade brasileira.

A obra *Quarto de despejo*, publicada primeiramente pela livraria Francisco Alves em agosto de 1960, chegou a uma tiragem de 100 mil exemplares, em uma época que um livro bem-sucedido tinha em média 4 mil exemplares impressos. Esta obra foi levada para mais de 40 países e traduzida para 13 idiomas. Pelos parâmetros da literatura “oficial” da época, centrada no pensamento eurocêntrico, seu sucesso foi aparentemente inexplicável, pois a autora era moradora de uma favela, tinha aproximadamente 40 anos e só havia estudado até o segundo ano do ensino fundamental I. Assim, esta pesquisa visa justamente explicar o alcance desta obra. Carolina, mulher negra, solteira, moradora de favela, sustentava seus três filhos catando papelão nos lixos da cidade de São Paulo; seu perfil estava bem longe dos escritores famosos da época.

Carolina Maria de Jesus chegou a apresentar seus diários para algumas editoras, até mesmo fora do país, mas naquele momento ninguém se interessou. Foi no final da década de 50 que sua obra ficou conhecida pelo jornalismo. O jornalista alagoano Audálio Dantas foi encarregado de produzir uma matéria sobre a favela no bairro do Canindé, que crescia às margens do rio Tietê, em São Paulo. Lá, em meio àquela situação de extrema pobreza, conheceu Carolina e ao ter acesso aos seus textos, escritos em cadernos sujos que ela encontrava no lixo, percebeu que ela tinha algo a dizer e que escritor nenhum poderia retratar tão bem o local como alguém que vivia lá dentro. Assim, começou a ler os relatos até que conseguiu sua publicação. A autora acabou por traçar, em seus escritos, a vida de luta dos moradores pela sobrevivência. Com sua linguagem simples e objetiva,

transmitiu grande força expressiva, entrando para a história da literatura brasileira. Posteriormente, foi invisibilizada e, mais recentemente, trazida ao centro das obras literárias novamente. Essa visibilidade/invisibilidade será um dos objetos de estudo nesta dissertação.

No que diz respeito a sua vida no mundo literário, Carolina demonstrava ter plena consciência de que era uma escritora e que tinha algo a dizer do *locus* onde se encontrava. A certeza da autoria e do valor do seu diário fez com que a autora transformasse isto em um tema recorrente dentro de sua obra, pois, ao escrever, sua autoria representava um discurso coletivo de um lugar de denúncia e ao mesmo tempo de resistência.

Em seu texto *O que é um autor?*, o filósofo Michel Foucault discorre sobre as funções de autoria, em que diz que há uma diferença entre o autor e o indivíduo que faz o discurso. Ao escrever um texto, por exemplo, o sujeito exerce a função de representação coletiva daquela ideia. Desta maneira, define-se a função de autor como uma diversidade de posições dentro de um texto. Para Foucault,

o nome do autor não é, pois, exatamente um nome próprio como os outros. [...] um nome de autor não é simplesmente um elemento em um discurso (que pode ser sujeito ou complemento, que pode ser substituído por um pronome etc.): ele exerce um certo papel em relação ao discurso: assegura uma função classificatória; tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, deles excluir alguns, opô-los a outros. Enfim, o nome do autor funciona para caracterizar um certo modo de ser do discurso. (FOUCAULT, 2009, p.273)

O autor não é propriamente o sujeito real, extratexto, mas a representação coletiva de uma produção discursiva com autonomia para organizar o conjunto de escritos, colocando-se em uma área em que ele pode ser ou não igual a si mesmo ao produzir seu discurso. De acordo com o filósofo,

o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer “isso foi escrito por tal pessoa”, ou “tal pessoa é o autor disso”, indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo *status*. (FOUCAULT, 2009, p. 274)

A autora Carolina Maria de Jesus discorre com propriedade a realidade dos moradores da favela e os problemas que eles enfrentavam, como a falta de políticas

públicas e os problemas sociais causados por todo descaso das autoridades governamentais. Denunciava a vida degradante que era morar na favela:

Chegaram novas pessoas para a favela. Estão esfarrapadas, andar curvado e os olhos fitos no solo como se pensasse na sua desdita por residir num lugar sem atração. Um lugar que não se pode plantar uma flor para aspirar o seu perfume. [...] O único perfume que exala na favela é a lama podre, os excrementos e a pinga. [...] Cheguei na favela [...] o barraco tanto no interior como no exterior estava sujo. E aquela desordem aborreceu-me. Fitei o quintal, o lixo podre exalava mal cheiro. (JESUS, 2012, p. 42)

Ao ter seus diários publicados, a escritora rompe com o tradicionalismo literário autobiográfico, pois o que era, até então, um lugar reservado para celebridades, figuras renomadas, vai dar espaço a alguém anônimo e que estava invisibilizado, à margem social. A história de Carolina Maria de Jesus, contada em seu diário, remete-nos ao texto *A Vida dos Homens Infames*, do filósofo Michel Foucault, em que ele apresenta relatos de trajetórias de vidas ignoradas, silenciadas, mas que ao se confrontarem com mecanismos de poder, fazem com que suas resistências ocupem uma posição de visibilidade perante a sociedade. Como ele próprio escreve:

essas vidas, por que não ir escutá-las lá onde, por elas próprias, elas falam? Mas, em primeiro lugar, do que elas foram em sua violência ou em sua desgraça singular, nos restaria qualquer coisa se elas não tivessem, em um dado momento, cruzado com o poder e provocado suas forças? Afinal, não é um dos traços fundamentais de nossa sociedade o fato de que nela o destino tome a força da relação com o poder, da luta com ou contra ele? O ponto mais intenso das vidas, aquele em que se concentra sua energia, é bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças ou escapar de suas armadilhas. As falas breves e estridentes que vão e vêm entre o poder e as existências as mais essenciais, sem dúvida, são para estas o único monumento que jamais lhes foi concedido; é o que lhes dá, para atravessar o tempo, o pouco de ruído, o breve clarão que as traz até nós. (FOUCAULT, 2003, p. 05)

Carolina, até então anônima para a sociedade, tinha noção da força que sua palavra carregava e, desta maneira, usou-a para exercer poder e lutar contra a violência, a pobreza. O seu diário publicado, em que o que se enuncia confronta o poder, dá à mulher negra, por ora marginalizada, o lugar de protagonista que retratava o dia a dia em um desumano ambiente em que vivia. Foi por meio de sua escrita que a autora foi construindo sua forma

de enfrentar e resistir ao *status quo*, construindo meios para obter uma vida melhor para si e para seus filhos.

Importantes escritores escreveram sobre a obra *Quarto de Despejo*, dentre eles Rachel de Queirós e Manuel Bandeira e, embora tenha feito sucesso no momento do seu aparecimento, foi esquecida logo em seguida, no período da ditadura militar (1964 a 1985), entrando em declínio como se nada acrescentasse ao conjunto da literatura brasileira. Porém, a partir dos anos 1980, com a abertura política, a literatura marginal se fortalece com o impulso das novas mídias, Carolina volta como marco importante de uma consciência periférica que procura o espaço para sua voz.

A abertura política e a redemocratização contribuíram grandemente para o resgate da literatura marginal. A década de 1980 foi um período de transição em que o Brasil saía de um regime político autoritário, ditatorial, e iniciava o caminho para o regime democrático. Este período trazia a esperança de livre pensar, desenvolvendo a plena cidadania. Uma nova Constituição, a mobilização da sociedade civil, o (res)surgimento dos movimentos sociais, incluindo o movimento feminista negro, davam início a uma era de grande efervescência cultural, social e política, mas que traziam problemas econômicos da ditadura. A classe trabalhadora mobilizada reivindicava melhores salários e condições de trabalho por meio das greves e, na área cultural, surgem as mais diversas formas de protesto. Na música, Cazuza lança a canção *Brasil*, que fazia parte de seu álbum denominado *Ideologia*. O grupo Titãs lança o emblemático disco *Cabeça Dinossauro*, com músicas de protesto, como *Bichos Escrotos*. Na literatura, especialmente a Negra (periférica), essa década apresentou maior visibilidade aos seus escritores/poetas. De acordo com Silva,

além das edições regulares dos Cadernos Negros, os trabalhos avaliativos como Reflexões e Criação Crioula, ou as antologias de Camargo e Colina, existia ainda um movimento de circulação internacional e legitimação crítica nacional dessa produção marginal. [...] É em 1985 e 1986 que dois eventos se tornam particularmente notáveis para a produção literária negra, pelo fato de que foram capazes de alçar um público diferente da produção endógena do grupo: a Mostra Internacional de São Paulo – Perfil da Literatura Negra (1985, sediada no Centro Cultural de São Paulo) e a III Bienal Nestlé de Literatura (1986, no Centro de Convenções Rebouças) promoveram o encontro dos escritores negros com seus críticos, além de um público-leitor mais amplo. É possível medir seus alcances pelas matérias de periódicos, tanto do Jornal do Conselho da Comunidade Negra de São Paulo como O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e Jornal da Tarde, no período. [...] No que diz respeito à Mostra, o Jornal do Conselho publicou que o papel da Literatura tem sua especificidade no processo



histórico. Ela realiza aquele diálogo mais íntimo junto ao ouvido, olhos e espírito do leitor ou público. [...] Ela tem sido uma das principais expressões do movimento negro, não só na atualidade, mas também na sua história antiga. (SILVA, 2011, p. 88-90)

Toda essa situação favorável ao movimento negro, em São Paulo, tinha suporte dos secretários de Cultura, dentre eles Marilena Chauí, pois seus compromissos eram na direção de tentar diminuir as desigualdades.

Assim, esta pesquisa retoma a literatura negra (marginal) para disseminar a obra de Carolina Maria de Jesus, com o intuito de promover uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, como também proporcionar oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Espera-se desenvolver uma consciência da importância da igualdade de gênero, da diminuição e porque não dizer da extinção do racismo, por meio da valorização da diversidade cultural, promovendo uma cultura de paz, já que a obra *Quarto de Despejo* faz parte do cânone literário de vestibular. Entendemos por cânone literário um conjunto de livros da literatura que seguem algumas regras, como: a originalidade, um tema que consegue transcender o tempo, as fronteiras, até mesmo as ideologias de quem no momento participa da escolha das obras. A obra *Quarto de Despejo* passou a fazer parte deste cânone do vestibular pela originalidade e pela apresentação da dura realidade do morador de favela, que é um grande problema social que perdura até os dias de hoje.

Por meio da leitura e literatura é possível levar informações, conhecimentos da realidade social e cultural de um povo, assim, transformar pensamentos preconceituosos sobre temáticas tão caras à sociedade, como racismo, diferenças de classes sociais, feminismo, principalmente o feminismo negro. É de extrema urgência trazer à luz questões apresentadas por Carolina Maria de Jesus para que ações sejam implementadas, com a finalidade de reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, raça, condição econômica, e promover a inclusão social, econômica e política de todos. A autora Carolina Maria de Jesus era negra e moradora de favela, contudo, por meio da sua escrita (sua obra publicada) ela almejava obter recursos para sair daquela vida miserável e ter uma vida digna e plena para si e para seus filhos, já que o Estado não proporcionava meios para isso.

A importância de pesquisar sobre Carolina Maria de Jesus e a literatura negra (periférica) é grande, pois com as novas tecnologias para leitura, o acesso ao livro (físico e virtual) aumentou consideravelmente, portanto disseminar a obra desta autora faz com que um maior número de pessoas leia e reflita sobre a realidade sofrida de grande parte

da população brasileira. Em uma busca em sites de revistas e artigos científicos, percebeu-se que, mesmo com o aumento de vozes vindas da periferia, Carolina e sua obra ainda não são tão divulgadas para a grande massa. Embora sua obra tenha sido publicada em vários países, Carolina Maria de Jesus foi alçada pela mídia brasileira para logo depois ser abandonada por ela; entretanto, há um considerável número de citações e imagens de Carolina nas redes sociais.

É de conhecimento acadêmico que a literatura brasileira sempre abarcou histórias de exclusão social, mas não muito conhecido que Carolina Maria de Jesus é considerada uma das precursoras deste movimento denominado Literatura Marginal. De acordo com a definição de Érica Nascimento, no livro *Vozes Marginais na Literatura*, tradição/cânone literário marginal a que Carolina pertence significa o

rompimento com as vanguardas da época, como o concretismo, a poesia-práxis e a poesia processo. Aproximações, pela crítica literária, ao modernismo. Os escritores não se filiam a nenhuma tradição específica, mas os editoriais das revistas Caros Amigos/Literatura Marginal invocam como referência escritores dotados de semelhante perfil sociológico (como Carolina de Jesus e Solano Trindade), ou que privilegiaram em seus textos temas afins, como João Antônio e Plínio Marcos. Aproximação, pela crítica literária, ao naturalismo e ao realismo. (NASCIMENTO, 2008, p. 48)

Este tipo de literatura surge impulsionado pelo aumento da violência contra as populações periféricas do país. Nesta retomada, pós ditadura de 1964, este tipo de literatura abrange outros significados e passa a ser conhecido como a voz da sociedade que vive à margem da sobrevivência, sendo um grito de socorro desta sociedade para o mundo, mas quase não há relatos de que Carolina foi uma das vozes pioneiras.

Desta maneira, como se pode observar, ainda há muito a ser estudado sobre a escritora Carolina Maria de Jesus, dentro da Linguística, principalmente dentro da Análise do Discurso, alicerçada no pensamento de Michel Foucault. Com isso, a intenção é contribuir para que, por meio de uma das precursoras deste movimento, mais vozes periféricas inspirem-se e tomem os espaços a que têm direito tanto nas mídias existentes como na sociedade.

Para tanto, esta pesquisa tem como objetivo analisar os fragmentos do discurso de Carolina Maria de Jesus, na obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, por meio da Análise do Discurso, alicerçada no pensamento arqueogenealógico foucaultiano, para demonstrar a sua (auto)construção como escritora/autora/poetisa por meio da escrita de

si. Outro aspecto importante a ser estudado é o movimento de visibilização/invisibilização da escritora, examinando sua ascensão, seu esquecimento e sua retomada pela mídia, ou seja, como a mídia constrói este lugar de escritora de Carolina, o desconstrói, e o retoma a partir dos anos 1980.

Objetivo traçado, foi necessário, em um primeiro momento, pesquisar sobre o contexto histórico-social da produção discursiva do diário de Carolina Maria de Jesus, à época da publicação de sua primeira obra. Para isso, retomar temas como o processo de colonização do Brasil, a escravidão, o período pós-colonial, o movimento feminista negro, foi importante para entender a sociedade em que Carolina Maria de Jesus vivia.

Em um segundo momento, esta pesquisa caminhou para outra questão essencial, a de como a autora construiu, do lugar de produção de seu discurso (a favela), sua subjetividade, ao escrever seu diário. Assim, são dois os movimentos de escritura investigados: a) como a autoria se constrói no interior do discurso da mulher negra, Carolina (pela escrita de si), e b) como a mídia construiu essa subjetividade de Carolina Maria de Jesus ao dar visibilidade ao seu discurso, em 1960, e como o descartou logo depois para retomá-lo a partir de 1980.

Portanto, essa dissertação foi organizada em 3 capítulos, a saber: no primeiro capítulo, contextualizamos os pressupostos teórico-metodológicos, inserindo o trabalho no campo dos *Estudos Discursivos Foucaultianos* e apresentamos os principais conceitos que embasam o dispositivo analítico. Do mesmo modo, estabelecemos diálogos teóricos com os *Estudos Decoloniais* a fim de pensar a emergência da Literatura Negra, ressaltando as consequências do colonialismo e do silenciamento de vozes subalternizadas.

No segundo capítulo, *A população negra brasileira e sua luta pela sobrevivência*, discorremos sobre a origem do racismo estrutural brasileiro e a contextualização histórico-social do período em que Carolina Maria de Jesus lançou sua primeira obra, em 1960, abordando, também, o pensamento feminista negro (*A luta feminista – um olhar para o feminismo negro*) para que entendêssemos sobre a força do enunciado da autora e a sociedade (mídia) que dá visibilidade à Carolina, e depois a invisibiliza.

No terceiro capítulo, *Análise da construção do sujeito Carolina Maria de Jesus por meio da escrita de si, do espaço de produção de sua obra e do espaço midiático*, realizamos a análise da construção do sujeito Carolina Maria de Jesus por meio da escrita de si e do espaço de produção de sua obra; analisamos, sob a ótica dos *Estudos Discursivos Foucaultiano*, os recortes discursivos da autora em sua obra. Para isso,

utilizamos conceitos relevantes, como a *escrita de si*, a *ordem do discurso*, a *autoria*, como Carolina constitui sua subjetividade (*dessubjetivação e subjetivação*). Tratamos, também, da questão de Carolina e sua obra nas mídias do passado e atual. Em *Visibilidade e invisibilidade: Carolina nas malhas das mídias*, conceitos importantes como o de *heterotopia*, para compreendermos de qual lugar Carolina produzia seu discurso construindo sua subjetividade, e o de *escrevivências*, termo criado pela escritora Conceição Evaristo, que nos embasou para discorrermos sobre o poder que a voz de Carolina representou e ainda representa tanto para a Literatura Negra quanto para a sociedade brasileira, foram fundamentais para observarmos os jogos de poder.

Nas considerações finais, procuramos apresentar algumas sugestões para desdobramentos futuros desta pesquisa, pois acreditamos que ainda há muito a ser estudado sobre temas tão sensíveis e caros à sociedade brasileira.

## 2. DESENVOLVIMENTO

*A tontura da fome é pior do que a do álcool.  
A tontura do álcool nos impele a cantar.  
Mas a da fome nos faz tremer.  
Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago.  
[...] Quem inventou a fome são os que comem.*

### 2.1 Capítulo 1 – Pressupostos teórico-metodológicos: Análise do Discurso (AD) com Foucault e diálogos com estudos decoloniais.

O embasamento teórico sustenta-se na Análise de Discurso, compreendendo o pensamento arqueogenealógico de Michel Foucault. A pesquisa está baseada tanto nas obras traduzidas deste autor, bem como em textos e estudos desenvolvidos por renomados pesquisadores do campo dos estudos discursivos Foucaultianos. O campo da Análise do Discurso tem uma história, no Brasil, que remonta aos anos 1990. Em texto desta época, Gregolin advertia aos leitores para esse campo, ainda em formação, e mostrava a necessidade de explicar o que era essa área de estudos:

esta pergunta é pertinente porque vários são os conceitos de ‘análise do discurso’, um campo de estudos em formação, cujas fronteiras não estão ainda claramente delimitadas (...) Foi na década de 1970 do nosso século que a AD tomou força, mas não se pode dizer, ainda, que se constitua em um campo claro de estudos. O seu desenvolvimento significou a passagem da Linguística da "frase" para a Linguística do "texto". (GREGOLIN, 1995, p. 13)

Com esta passagem da análise da frase para o texto, surge o discurso e, conseqüentemente, a análise do discurso, hoje já campo consolidado, que busca entender o sentido dos textos nas suas entrelinhas, aquilo que está além da gramática, o ponto de vista de quem o produziu. Entender, primeiramente, o conceito de discurso é fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa. É pela estrutura interna e externa do discurso que conseguimos chegar aos itens principais para que este seja analisado, que são: o que o texto diz, como diz, para quem diz e porque o texto diz o que diz.

Assim, ao analisar um discurso, além da linguagem, que é estudada pela Linguística, há a necessidade de observar o externo, o contexto histórico-social, os fatores sociais, culturais e ideológicos que o discurso carrega. É por meio do discurso que existimos e nos relacionamos socialmente, como se este fosse uma rede, conectando as pessoas em um jogo de lutas ideológicas em que ora concordamos, ora resistimos, mas jamais somos neutros. É o discurso que nos constitui, nos molda e é por meio dele que

nos subjetivamos. O discurso é abstrato e se materializa por meio da linguagem, é uma força invisível que nos domina por todos os lados, estamos sempre submetidos a ele, que vai nos construindo, desconstruindo e reconstruindo novamente.

Neste surgimento do significado de discurso, emerge a Análise de Discurso, que é a principal ferramenta para sua interpretação. A AD é um campo da ciência que se relaciona com outros campos do saber, como o histórico, o social, o antropológico, o psicológico, o filosófico, etc. Para Gregolin,

empreender a análise do discurso significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu. O discurso é um objeto, ao mesmo tempo, linguístico e histórico; entendê-lo requer a análise desses dois elementos simultaneamente. (GREGOLIN, 1995, p. 20)

Desta maneira, a AD é o principal instrumento para entender os sentidos gerados pelos textos (discursos). Todavia, dentro da AD há várias correntes e a que esta pesquisa está embasada é a de linha francesa, sob o pensamento foucaultiano. A Análise do Discurso de Linha Francesa, surge na França, nos anos de 1960, dos estudos de Michel Pêcheux, ao publicar o livro *Analyse Automatique du Discours*, cujo conteúdo traria uma nova maneira de olhar para o discurso, baseado em um tripé de estudos linguístico, histórico e sobre o sujeito. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi proposta a AD Francesa com as contribuições dos estudos de Michel Foucault. Para a analista do discurso, a pesquisadora Gregolin,

as ideias expressas por Foucault em *A Arqueologia do Saber*, livro publicado em 1969, são determinantes para a construção da Análise do Discurso. Nesse livro, de caráter teórico-metodológico, Foucault reflete sobre os seus trabalhos anteriores e sistematiza uma série de conceitos determinantes para a abordagem do discurso. (GREGOLIN, 2012, p.11)

As questões e conceitos apresentados pelo filósofo Michel Foucault em sua obra *Arqueologia do Saber* contribuíram substancialmente, alicerçando a teoria discursiva, como bem discorre Gregolin:

o discurso é uma prática que provém da formação dos saberes e que se articula com outras práticas não discursivas; os dizeres e fazeres inserem-se em formações discursivas, cujos elementos são regidos por determinadas regras de formação; [...] o discurso é um jogo estratégico e polêmico, por meio dos quais constituem-se os saberes de um momento histórico; o discurso é o espaço em que saber e poder se

articulam (quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente). (GREGOLIN, 2012, p. 12)

Diante da análise de fragmentos discursivos da autora Carolina Maria de Jesus, em sua obra *Quarto de Despejo*, os Estudos Discursivos Foucaultianos forneceram o suporte teórico necessário para entender quem era Carolina, de onde ela produzia seu discurso e porque o discurso desta autora carrega tamanha força que mesmo sendo invisibilizado, este retorna na atualidade.

O que são estes Estudos Discursivos Foucaultianos dentro da AD?

Sabe-se que a obra foucaultiana tem como ponto principal na relação entre o homem e o real, a linguagem. A partir deste pensamento, pretende-se apresentar a relação do pensamento foucaultiano com o discurso. Deste modo, Gregolin explica sua visão acerca desta relação:

o grupo de pesquisa que tenho coordenado desde meados dos anos 1990 – o Grupo de Estudos de Análise do Discurso de Araraquara, GEADA – adota o ponto de vista discursivo na leitura de Foucault, entendendo discurso como categoria central do seu pensamento (GREGOLIN, 2004). Assim, apesar de Foucault nunca ter pretendido desenvolver uma área de estudos denominada como "Análise do/de Discurso", em muitos momentos de sua obra ele afirmou categoricamente a centralidade da produção discursiva no seu edifício teórico-metodológico. (GREGOLIN, 2022, p. 40)

Como pode-se perceber, a obra de Michel Foucault (arqueologia do saber, genealogia do poder e genealogia da ética) parte do discurso para entender as subjetividades dos sujeitos, como ele mesmo relata, em Gregolin:

Eu me dei como objeto uma análise do discurso [...]. O que me interessa no problema do discurso é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Isto é o que eu chamo de acontecimento. Para mim, trata-se de considerar o discurso como uma série de acontecimentos, de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos – que podemos chamar de acontecimentos discursivos – mantêm com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições. [...]. O fato de eu considerar o discurso como uma série de acontecimentos nos situa automaticamente na dimensão da história [...]. Se faço isso é com o objetivo de saber o que somos hoje. (FOUCAULT, 2000, p. 255 apud GREGOLIN, 2022, p.40)

Portanto, os estudos de Michel Foucault têm auxiliado pesquisas em vários campos do saber por meio dos discursos produzidos pelos sujeitos em determinadas sociedades.

O filósofo escreveu, na década de 1960, *Arqueologia do Saber* em que ele procura entender a origem dos saberes (verdades) por meio dos discursos, em determinados momentos históricos. Foucault percebe que os discursos produzidos em uma sociedade possuem regras sociais do que pode e não pode ser dito e por quem pode ou não dizer. Desta maneira, escreve o texto *A Ordem do Discurso*, que trará à luz as relações entre discurso e poder. De acordo com Gregolin (2022), Foucault mostra que a sociedade desenvolveu procedimentos com o objetivo de colocar limites aos discursos. Tais procedimentos são controlados por mecanismos externos (instituições, dispositivos sociais) e internos aos discursos (regras). Gregolin discorre sobre os mecanismos internos apresentados por Foucault, como por exemplo, a função de autor, que é uma regra de controle de produção e de circulação dos discursos e possui duas funções:

- a) um rápido olhar sobre o discursivo nas redes sociais nos mostra que a autoria tem um funcionamento muito específico: ao compartilhar uma mensagem, o sujeito assume a autoria de um discurso que foi produzido por outro autor, em outro lugar. Essa assunção de autoria, ao mesmo tempo em que amplia, ela também controla a circulação desse discurso;
- b) existem procedimentos que controlam e restringem os sujeitos que podem produzir e colocar em circulação determinados discursos. É o caso, por exemplo, do ritual da palavra (quem pode falar? onde? como?), das sociedades de discurso (instâncias que produzem e conservam discursos); das doutrinas (validação da palavra) e das apropriações sociais do discurso (por exemplo, no interior da Escola, a apropriação de certos discursos é restringida por regras e protocolos). (GREGOLIN, 2022, p. 42)

No segundo momento de sua obra, Michel Foucault, trata da Genealogia do poder, demonstrando a relação entre discurso e poder que produzem subjetividades. Para Foucault, o poder não é apenas estatal, mas permeia a sociedade nas mais diversas relações sociais. Como ele mesmo denomina: microfísica do poder. Para tanto, o filósofo analisa esses jogos de poder por meio dos sujeitos anormais, da loucura, dos sujeitos infames, dos crimes.

Em uma terceira fase, Foucault, ao estudar a importância do corpo na relação discurso *versus* poder, inicia uma grande produção discursiva sobre a sexualidade, em



que, de acordo com Gregolin, apresenta a sexualidade e sua relação com a construção das verdades e das subjetividades.

Essa última fase da obra foucaultiana – ele faleceu em 1984 – compreende estudos da *genealogia da ética* nos quais o sujeito é pensado como duplamente assujeitado: ao mesmo tempo em que é determinado por práticas que derivam de dispositivos sociais é também constrangido por práticas de si, susceptível, portanto, a uma subjetivação ética, produzida por mecanismos disciplinares e por regulações do biopoder das modernas sociedades ocidentais. (GREGOLIN, 2022, p. 43)

Assim, em *Genealogia da ética*, Foucault demonstra como as práticas discursivas, por meio das práticas de si, subjetivam os sujeitos. Tais práticas influenciam os sujeitos, subjetivando-os por meio de verdades. Para Foucault (1997), é preciso, também, descrever os lugares institucionais de onde o sujeito produz seu discurso e definir o lugar social como ponto de ancoragem para a constituição da prática discursiva. O diário de Carolina, objeto desta pesquisa, é uma poderosa ferramenta de produção de subjetividades, como explicou Foucault (2004): o diário é uma “tecnologia de si” para que o sujeito possa se entender, se modificar com ajuda de si e de outros. O filósofo trata do preceito “preocupar-se consigo mesmo” que era para os gregos um dos mais importantes princípios para as condutas sociais e individuais, portanto os estudos foucaultianos são de relevância para compor este estudo, em especial a produção dos anos 1980 dedicados ao projeto de escrever a história da sexualidade, da qual destacam-se para este trabalho as técnicas de si e a estética da existência, que apontam para a possibilidade de criação de um estilo próprio, visando a produção de si mesmo como o artesão da beleza de sua vida, fazendo desta uma obra de arte.

A noção de sujeito, em Foucault, é essencial e embasa este estudo sobre a escrita negra. Gregolin apresenta-nos com clareza que o sujeito é o objeto de todo estudo foucaultiano. A renomada linguista explica como Foucault enxerga esse sujeito e o define:

o sujeito é o resultado de uma produção que se dá no interior do espaço delimitado pelos três eixos da ontologia do presente (os eixos do ser-saber, do ser-poder e do ser-si). Dispositivos e suas técnicas de fabricação (como a disciplinaridade, por exemplo) constituem o que se entende como sujeito. (GREGOLIN, 2006, p. 59)

Deste modo, pelo pensamento foucaultiano, obtivemos as ferramentas para analisar a construção do sujeito-escritor Carolina Maria de Jesus, no terceiro capítulo

desta pesquisa. Partindo destes conceitos fundamentais, que foram aplicados no discurso de Carolina, tentamos compreender a dimensão e o poder de sua escrita.

Escrever um diário íntimo, expor publicamente sua vida, foi o ponto chave do processo de subjetivação de Carolina. Uma das características do diário é justamente ser, este gênero, marcado pela subjetividade, pela escrita do eu, pela contemporaneidade, pelo prosaico, pelas demandas do cotidiano e, principalmente, pelos impulsos do autor em relação aos seus interesses, escolhas, prioridades. O texto de Carolina Maria de Jesus em forma de diário vem sustentado por uma linguagem popular e a sua riqueza de relatos das dificuldades do dia a dia e dos sonhos levam o leitor a se encantar com o texto e a se comover com ele. Podemos observar em sua escrita que Carolina datava seu diário relatando suas angústias diárias, suas lembranças e seus sonhos:

7 DE JUNHO Os meninos tomaram café e foram a aula. Eles estão alegres porque hoje teve café. Só quem passa fome é que dá valor a comida. Eu e a Vera fomos catar papel. Passei no Frigorífico para pegar linguiça. contei 9 mulheres na fila. Eu tenho a mania de observar tudo, contar tudo, marcar os fatos. Encontrei muito papel nas ruas. Ganhei 20 cruzeiros. Fui no bar tomar uma media. Uma para mim e outra para a Vera. Gastei 11 cruzeiros. Fiquei catando papel até as 11 e meia. Ganhei 50 cruzeiros. ...Quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil porque eu lia a Historia do Brasil e ficava sabendo que existia guerra. Só lia os nomes masculinos como defensor da patria. Então eu dizia para a minha mãe: —Porque a senhora não faz eu virar homem? Ela dizia: —Se você passar por debaixo do arco-iris você vira homem. Quando o arco-iris surgia eu ia correndo na sua direção. Mas o arco-iris estava sempre distanciando. Igual os políticos distante do povo. (JESUS, 2012, p. 46-47)

A escrita de si leva, quem escreve, ao processo de conhecer-se. Ao escrever sobre si, o sujeito consegue ver-se com um certo distanciamento, assim pode observar as transformações em sua individualidade ao longo do tempo. O filósofo Michel Foucault, em seu texto *A Escrita de Si*, nos esclarece que

o papel da escrita é constituir, com tudo o que a leitura constituiu, um "corpo" (quicquid lectione collectum est, stuus redigat in corpus). E é preciso compreender esse corpo não como um corpo de doutrina, mas sim - segundo a metáfora da digestão, tão frequentemente evocada - como o próprio corpo daquele que, transcrevendo suas leituras, delas se apropriou e fez sua a verdade delas: a escrita transforma a coisa vista ou ouvida 'em forças e em sangue' (in vires, in sanguinem). Ela se toma no próprio escritor um princípio de ação racional. (FOUCAULT, 2017, p. 148-149)

O ato de escrever sobre si leva o indivíduo a construir verdades que vão construindo seu caráter, criando novas subjetividades. Como nos mostra Foucault, escrever tem um poder subjetivador incontestável, uma função transformadora no sujeito. Ao colocar no papel seus sentimentos, Carolina vai transformando seus pensamentos, suas atitudes diante da vida e aprendendo a se conhecer.

Outros conceitos foucaultianos serão também fundamentais para analisar o papel da mídia na construção do sujeito Carolina Maria de Jesus. Um deles é a noção de *heterotopia* para explicar o espaço virtual midiático, o lugar não-lugar, e que, também, auxiliará no entendimento do espaço favela como lugar heterotópico, de onde Carolina produz o seu discurso. Para observar como este discurso foi recebido pela mídia, os textos foucaultianos sobre heterotopias, a ordem do discurso e autoria trouxeram o devido suporte.

Michel Foucault propõe pensar o espaço social, não somente por meio do tempo, mas também por meio de lugares que se formam em uma sociedade e de como esses espaços se relacionam entre si construindo a subjetividade dos sujeitos. Em seu texto *Outros Espaços*, Foucault apresenta o conceito de heterotopia para se refletir em como esses lugares interligam-se, influenciando as vidas humanas.

A época atual seria talvez de preferência a época do espaço. [...] Estamos em um momento em que o mundo se experimenta, acredito, menos como uma grande via que se desenvolveria através dos tempos do que como uma rede que religa pontos e que entrecruza sua trama". (FOUCAULT, 2013a, p. 01)

É importante salientar que uma das noções de heterotopia, para o filósofo, também traz a ideia de lugares reais, mas que estão descentralizados dos lugares determinados pela sociedade, estão à margem. E nestes espaços acontecem as relações de poder, gerando tensões, conflitos e construindo pensamentos. De acordo com Foucault,

nós vivemos no interior de um conjunto de relações que definem alocações irredutíveis umas às outras, e absolutamente não passíveis de sobreposição. [...] dentre todas essas alocações, são algumas que têm a curiosa propriedade de estar em relação com todas as demais alocações; mas, de um modo tal, que elas suspendem, neutralizam, ou invertem o conjunto das relações que são por elas designadas, refletidas ou reflexionadas. (FOUCAULT, 2013a, p. 115)

A estas alocações, que de determinadas maneiras estão interligadas, mas que contrapõem todas as alocações, por estarem fora do centro, é que esta pesquisa se debruçou. Para Foucault (2013b, p. 116), “são os lugares fora do lugar central, o lugar periférico, marginal”, como a favela, lugar de onde a escritora negra Carolina Maria de Jesus produzia seu discurso.

Dando sequência ao alicerce metodológico, esta pesquisa utilizou o texto foucaultiano *A Ordem do Discurso*, que contribuiu para verificar o papel da mídia na visibilidade e no silenciamento da escritora Carolina Maria de Jesus. Para Foucault (1996, p. 10), o discurso produzido em uma sociedade tem um lugar de fala, uma ordem, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. Há uma regra do que pode ser dito e daquilo que sofre o apagamento, não pode ser dito. Porém, sua força não deve ser desprezada.

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e quando tudo pode enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito a propósito de tudo, isto se dá porque todas as coisas, tendo manifestado intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa de consequências de si. (FOUCAULT, 1996, p. 12)

Carolina mostrou a força do seu discurso por meio de sua escrita. Ao materializar seus pensamentos e relatar sua vida, seu enunciado retorna a si, gerando novos significados, levando Carolina a ocupar um lugar coletivo, de resistência e enfrentamento ao *status quo*<sup>1</sup>. O seu diário significou força, poder, mesmo sofrendo oposição das vozes dominantes da sociedade. Ela representa muito mais do que a si própria. Ela assume o lugar de representante dessa sociedade invisível. E essa força da sua escrita carregando outras vozes pode ser observada ao se analisar seu livro-diário<sup>2</sup>.

Portanto, esta obra e seu discurso são de grande contribuição neste atual momento em que se vivenciam discursos e vozes periféricos tomando espaço em todas as mídias existentes. O diário de Carolina tem como principal característica a escrita do eu, que leva a pensar quem é a pessoa que escreve, o que ela fala de si e do lugar em que vive, e o que

<sup>1</sup> Discorremos sobre esse tema no capítulo seguinte, embasadas nos textos do sociólogo Aníbal Quijano.

<sup>2</sup> No capítulo 3, a aula inaugural de Foucault, *A ordem do Discurso*, foi discutida e constituiu um corpo de conceitos para a análise dos procedimentos de controle dos discursos. Por exemplo, a exclusão de autores da periferia etc.

carrega de tão emblemático em seu discurso, já que o livro fez grande sucesso quando foi lançado e continua muito atual para os dias de hoje.

Para analisarmos a *autora negra* Carolina Maria de Jesus, trouxemos para o diálogo entre a *Ad arqueogenealógica & estudos decoloniais*, o conceito foucaultiano de dispositivo atrelado ao sistema colonial. Para tanto, faremos uso do conceito apresentado pela pesquisadora Profa. Dra. Ivânia dos Santos Neves, *dispositivo colonial*.

### 2.1.1 O conceito de Dispositivo Foucaultiano e sua contribuição aos Estudos Coloniais/Decoloniais.

Para analisarmos as práticas discursivas para além de suas definições, recorreremos aos estudos de Michel Foucault em que o filósofo apresenta as conexões estabelecidas entre os discursos e o poder, na criação de verdades historicamente situadas. Assim, entendemos que a noção entre discurso e poder é inseparável e a arqueogenealogia foucaultiana busca conhecer como essas práticas sociais de conhecimento e poder moldaram a nossa realidade atual, considerando tanto as práticas discursivas quanto as não discursivas que produzem subjetividades.

Deste modo, Foucault introduziu o conceito de *dispositivo* para abordar esse aspecto, destacando sua importância cada vez mais a partir dos anos 1970. O *dispositivo* é uma ferramenta analítica que permite investigar como diferentes práticas se articulam para produzir efeitos sobre os sujeitos. (GREGOLIN, 2016). Entendemos que o conceito de *dispositivo* desempenha um papel central na compreensão da relação entre poder e conhecimento, na obra de Michel Foucault. Em entrevista concedida ao filósofo Alain Grosrichard, este pergunta a Foucault qual é o sentido e a função metodológica do termo *dispositivo*. Foucault responde, dizendo que através deste termo tenta

demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos,

discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante (FOUCAULT, 2017, p. 138-139).

Portanto, para Foucault, o termo *dispositivo* tem um significado amplo e abrange uma variedade de práticas discursivas e não discursivas que se entrelaçam para exercer controle e poder sobre os sujeitos (produzindo subjetividades) e a sociedade, em determinados contextos históricos, emergindo sempre para responder a uma urgência. O conceito de dispositivo é fundamental para entendermos como o poder é exercido e como as relações de poder se manifestam nos diversos contextos sociais.

Dito isto, esta pesquisa, alicerçada na Análise de Discurso sob a ótica foucaultiana, procurou dialogar com os estudos decoloniais, por meio do *dispositivo colonial*, para entender o contexto histórico-social em que a escritora Carolina Maria de Jesus produziu sua obra e analisar seu movimento literário dentro do sistema pós-colonial, que compreendia o universo da autora. A pesquisadora e professora da Universidade Federal do Pará, Ivânia dos Santos Neves, explica que

a produção de verdades a partir das mais diferentes mídias analógicas e digitais instituídas pela colonização e suas potentes estratégias de institucionalização na memória e no corpo dos povos subalternizados representam o que defino, a partir de Michel Foucault e dos estudos decoloniais, como “dispositivo colonial”. Observo através das linhas deste dispositivo como ele estabelece os enunciadores autorizados da história e como ele é obrigado a se reposicionar, diante da insatisfação com uma história única (NEVES, 2020, p. 546).

Para Neves (2016), o sistema colonial é entendido como um grande dispositivo, sempre ressignificado pelas emergências da história e que abrange o poder colonial das metrópoles europeias e a colonialidade. Deste modo, ao analisarmos o período histórico em que a escritora Carolina Maria de Jesus produziu e lançou sua obra (1950-1960), devemos reconhecer, por meio do *dispositivo colonial*, as relações de poder e dominação que operavam naquele contexto específico, influenciando o meio social, político e cultural.

De acordo com a pesquisadora Profa. Dra. Flávia Marinho Lisboa, a noção de “saber-poder” é o embrião na relação inevitável com o discurso. Deste modo, a

pesquisadora propõe que para entender essa relação entre poder/saber/dominação, devemos tomar como premissa que

para operar como força de controle social, a produção de “saber” sobre algo (ou a produção de um discurso) é estratégico. Determinados saberes são legitimados e estabelecidos como “verdades”, para condicionar os padrões de vida em sociedade, por isso então o termo “saber-poder” (LISBÔA, 2019, p. 69).

Lisbôa explica que há saberes que adquirem status de verdade ao serem legitimados pelo poder, como o discurso científico, enquanto outros fora desse campo tendem a ser desqualificados, como por exemplo, os próprios saberes indígenas, “considerados subalternos, sujeitados e sem valor, em contraponto ao conhecimento acadêmico-científico que goza da legitimidade de “verdade”, logo, de poder (LISBÔA, 2019, p. 69). Incluímos neste contexto os saberes do povo negro, que ao serem escravizados, foram, em sua maioria, impossibilitados de estudar formalmente e tiveram suas histórias, seus saberes, suas experiências de vida, silenciados e sem valor.

Deste modo, os estudos decoloniais, realizados por pesquisadores de países colonizados, têm apresentado o outro lado da história e, segundo Lisbôa (2019), foi a partir de 1960 que houve uma tomada de consciência sobre as condições de opressão sofridas por causa da hierarquização racial. Assim, Lisbôa entende o

dispositivo colonial como a materialização das relações de poder nos diversos âmbitos da sociedade, responsáveis por estabelecer e manter as verdades necessárias à sustentação da colonialidade do poder. Verdades essas acerca da perspectiva hegemônica eurocêntrica, responsável por enraizar preconceitos, racismos e toda forma de exclusão às manifestações não-europeias nas mais diversas concepções do sensível, no conhecimento, na estética, na cultura e no corpo, o corpo não-europeu como o negro e o indígena (LISBÔA, 2019, p. 75-76).

Para dialogar com as relações de saber-poder do filósofo Michel Foucault, devemos pensar o dispositivo colonial como um sistema estrutural que abriga e renova a colonialidade e invisibiliza os saberes dos povos originários subalternizados, já que ambos entendem o poder da colonialidade e o apagamento que esta provoca em outras maneiras culturais de explicar a história e a sociedade, principalmente nas questões sobre racismo.

Por isso, para estudar a autora negra Carolina Maria de Jesus, foi necessário fazê-lo por meio do dispositivo colonial, que nos faz entender as relações de saber-poder na

colonialidade e como superar este ciclo recorrendo ao pensamento decolonial, que de acordo com Lisbôa é o processo “com potencial para nos trazer de volta a condição de homens e mulheres. Nesse sentido, podemos inferir que quanto mais decolonizados, mais nos afastamos da condição de “coisa” para sermos humanos (LISBÔA, 2019. p. 84).

Foi por meio deste diálogo entre o conceito de dispositivo e colonialidade/decolonialidade que analisamos fragmentos discursivos da obra *Quarto de Despejo* e o contexto histórico social em que ela surge. Pudemos observar como a discriminação racial, a opressão e as desigualdades sociais construíram sua experiência como mulher negra escritora. O *dispositivo colonial* nos permite também analisar as estruturas de poder que influenciaram a maneira como sua obra foi recebida e depois, no período ditatorial, silenciada, bem como entender como essas dinâmicas de poder e opressão continuam a influenciar a interpretação de sua obra até os dias de hoje.



## 2.2 Capítulo 2 – A população negra brasileira e sua luta pela sobrevivência.

*Chegaram novas pessoas para a favela.  
Estão esfarrapadas,  
andar curvado e os olhos fitos no solo  
como se pensasse na sua desdita  
por residir num lugar sem atração.  
Um lugar que não se pode  
plantar uma flor  
para aspirar o seu perfume,  
para ouvir o zumbido das abelhas ou  
o colibri acariciando-a  
com seu frágil biquinho.  
O unico perfume que exala na favela  
é a lama podre,*

O povo negro brasileiro traz uma história de luta contra a pobreza, violação de seus direitos, inclusive os mais básicos, violência contra sua integridade física e moral. Problemas que, ao longo do tempo, foram influenciando suas subjetividades e hoje se apresenta, na sua grande maioria, como oprimido, silenciado, invisibilizado. Recebe o rótulo de povo passivo por, em situação de miséria, muitas vezes não conseguir encontrar meios de se estabelecer na sociedade, sob esse sistema dominante opressor e a ausência do Estado, mas resiste e luta.

Fruto de um passado e presente sofridos, a vida socioeconômica do povo negro tem sido difícil pois continua a ser explorado por uma elite. O sistema educacional imposto os leva a reproduzir o sistema do opressor, ficando distante da conquista de sua autonomia.

Para tanto, apresentar, nesta pesquisa, aspectos sobre a influência desse colonialismo sobre o povo negro brasileiro foi o primeiro passo para compreender melhor sua situação atual e sua luta pela sobrevivência nas periferias deste país. Mostrar os principais valores herdados ao longo de sua história, resultando nas características que compõem o ethos nacional, é um passo importante para entender a realidade destes sujeitos de hoje. Ribeiro, em seu ensaio *Identidade do brasileiro*, afirma:

mais que um tipo único, o brasileiro é múltiplo (plural), e isto decorre de ser um povo novo e miscigenado de diversas raças e etnias. Profundamente dividido em classes sociais e desde sua origem é um povo dependente numa ciranda econômica. É marcadamente um povo pobre, violentado, povo capado e sangrado. (RIBEIRO, 1994, p. 199).

Pensando na história do povo brasileiro ao longo dos tempos, a afirmação acima está cada vez mais atual e real. O brasileiro é um povo de origem diversa, uma grande miscigenação, que por três séculos esteve sob domínio colonizador português. Domínio este que nos deixou profundas marcas e que, ao tentar resgatar as principais características, descobre que tem impresso em sua história, além do processo violento de colonização, o estado de pobreza vivido ao longo de todos esses anos. Para o povo negro, então, foi mais pungente. Um povo que desde o início foi explorado, escravizado e tratado em segundo plano, como meros objetos de produção para sustentar a elite governante.

O Brasil foi palco das lutas colonizadoras mais violentas de que se tem registro na história e o que restou desse processo foi a mesma situação de dependência, opressão e pobreza desse povo. A elite continua no poder e sob a tutela do Estado (judiciário) produz violência, gerada pelas relações econômicas e sociais desiguais e, também, pela perda de direitos.

Para entendermos quem é esse povo negro brasileiro e, principalmente a mulher negra, nos dias atuais, é preciso retomar alguns aspectos do processo de formação do povo brasileiro. Para tanto, a historiadora Lilia Schwarcz, em seu livro, *Sobre o autoritarismo brasileiro*, aponta que

o Brasil tem uma história muito particular, ao menos quando comparada à de seus vizinhos latino-americanos. Para cá veio quase a metade dos africanos e africanas escravizados e obrigados a deixar suas terras de origem na base da força e da violência. (SCHWARCZ, 2019, p. 11)

O período de Brasil-colônia tinha como principal característica o grande sistema latifundiário, cujos senhores estavam ligados ao mercado europeu, com destaque para os traficantes e escravos africanos. Nossa mão de obra para a construção da nação estava no suor e sangue de negros africanos escravizados,

trabalhava-se tanto por aqui e as sevícias eram tão severas, que a expectativa de vida dos escravizados homens no campo, 25 anos, ficava abaixo da dos Estados Unidos, 35. No caso das mulheres, o destino não era muito diferente. Submetidas à força à alcova do senhor escravista, elas experimentavam, no corpo, a violência do sistema. Davam de mamar aos pequenos senhores e senhoras, sendo muitas vezes obrigadas a abandonar seus próprios filhos na “roda dos expostos” ou “dos enjeitados” [...] Data também desse período a perversa representação da “mulata” como uma mulher mais “propensa” à sexualidade e à lascívia. [...] Fazia parte, portanto, das “atividades diárias” das escravizadas sujeitar-se aos desmandos dos senhores”. (SCHWARCZ, 2019, p. 27)

Os povos africanos trazidos para cá à força tiveram seus corpos e mentes expostos a todo tipo de tortura e maus tratos e as mulheres negras ainda mais violentadas. As sequelas são enormes e ao longo desse tempo pouco foi feito para devolver-lhes tudo que lhes foi subtraído. A colonização não foi um processo de fusões dos povos europeu, africano e nativo (indígena) positivo, ao contrário, construiu-se uma sociedade com importantes diferenças, contrastes e rupturas. Tamanha opressão fez com que estes povos resistissem e insistissem em cultivar seus hábitos culturais e religiosos como ideia de liberdade, pois onde há poder sempre haverá resistência. A escravidão de povos africanos marcou os destinos de nossa sociedade, seus traços foram profundamente marcantes em nossa cultura. A violência contra o povo negro começava já na captura e no transporte de africanos em navios negreiros e, aqui, o tratamento continuava a ser violento e impiedoso com muitas punições e torturas. Raramente, os senhores eram punidos por essa violência.

Em terras brasileiras, os africanos escravizados não tinham direito à educação e nem mesmo a cultivar seus deuses. A educação ministrada pelos jesuítas era voltada apenas para os jovens de famílias abastadas, assim, a cultura letrada era disseminada horizontalmente apenas no topo da estrutura da sociedade, poucos dominavam o alfabeto, que era considerado o item divisório entre a classe dominante e os populares dominados. Portanto, a situação social da época colonial era essa, uma sociedade de senhores de engenho mercadores de escravos, de açúcar, com grande poder patriarcal. E, para Schwarcz (2019, p. 24), “desde o período colonial, passando pelo Império e chegando à República, temos praticado uma cidadania incompleta e falha, marcada por políticas de mandonismo, muito patrimonialismo, várias formas de racismo, sexismo, discriminação e violência”.

Nessa mescla da educação colonial em que o convívio entre os sujeitos se dava do erudito ao não letrado, surgem os resistentes que fugiam para os quilombos ou em atos de revolta, também eram colocados às margens, nas periferias, e mesmo assim insistiam em sobreviver. Para João José Reis,

embora não tivessem sido as únicas formas de resistência coletiva sob a escravidão, a revolta e a formação de quilombos foram das mais importantes. A revolta se assemelha a ações coletivas comuns na história de outros grupos subalternos, mas o quilombo foi um movimento típico dos escravos. É difícil, porém, em muitos casos, distinguir um do outro. Apesar de muitos quilombos terem se formado aos poucos, através da adesão de fugitivos individuais ou agrupados,

outros tantos resultaram de fugas coletivas iniciadas em revoltas. Tal parece ter sido, por exemplo, o caso de Palmares. Ao mesmo tempo os quilombolas inúmeras vezes saíram de seus esconderijos para sublevar a escravaria de engenhos e fazendas, identificando-se perfeitamente ao que entendemos por revolta (REIS, 1996, p. 15).

Os escravos no Brasil, do século XIX, embora fossem-lhes negado o acesso à política, tinham consciência de como o poder ocorria, como se dava sua dinâmica, assim, rapidamente identificaram oportunidades dentro das limitações impostas e buscaram proteção legal para seus direitos. Elaboraram estratégias para melhorar suas condições de vida negociando com seus senhores e, caso não fosse possível, planejavam as revoltas e as fugas mesmo sendo muitas vezes derrotados.

O povo escravizado, em terra desconhecida, era incompleto, mutilado em sua história, em sua cultura e sofria forte impacto em sua maneira de existir. Sendo privado de educação formal, desenvolveu sentimentos variados e extremos, ora com um conformismo diante das situações cotidianas ora com rompantes de ira até conseguir construir seu lugar na nova malha social. A historiadora Lilia relata que

a escravidão foi bem mais que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita. (SCHWARCZ, 2019, p. 27)

O poder quase absoluto do senhor feudal começava dentro de casa, com sua família, em que as filhas eram oferecidas em casamento a outros poderosos, sempre com o intuito de obter lucro financeiro sobre a situação. A figura deste pai autoritário e poderoso refletia, também, sobre seus escravizados e na sociedade local, sendo considerado o grande supridor e cuidador. A ele cabia cuidar de assuntos familiares, religiosos, políticos, da administração pública, era um poder tão grande e centralizador que contribuiria, nos tempos vindouros, para o aumento das desigualdades sociais. Estas imagens e práticas de senhores feudais espalharam-se por todo o país, fazendo, também, muitas vezes o papel da justiça, já que os castigos eram imputados aos escravizados para manutenção dos bons costumes e da ordem. Esta imagem construída pelo senhor feudal, mesmo com o fim da monarquia e do império, foi transportada para outros tempos e nada mais é do que a figura patriarcal que tem comandado a sociedade até os dias de hoje, cabendo à mulher, ao longo da história, o papel secundário, sempre submissa, enquanto

este senhor da nobreza desfilava pela vida pública, ostentando sua fortuna e todo seu poder.

Com a independência em 1822, o Brasil passa a adotar o regime monárquico, enquanto os países vizinhos eram republicanos. Era preciso elaborar uma Constituição, planejar as cidades e criar uma nova história para o país, já que a nossa era ainda baseada na portuguesa. Assim, como relata Schwarcz,

nada mais adequado que a construção de uma história oficial que concretizasse o que, àquela altura, parecia artificial e, além do mais, recente; um Estado independente nas Américas, mas cujo projeto conservador levou à formação de um Império (regido por um monarca português) e não de uma República. (SCHWARCZ, 2019, p. 14)

Escrever uma história que contemplasse a miscigenação das raças, mas sem mostrar a violência contra os povos negro e indígena, era a tarefa do governo que adotou o texto escrito pelo naturalista bávaro Karl von Martius (1794-1868). O naturalista alemão descreve os povos brasileiros como um rio caudaloso que limparia e absorveria os problemas que impediam as raças de viverem aqui harmoniosamente. Desta maneira, a história violenta sofrida pelos indígenas e negros foi sendo silenciada e invisibilizada. A história passou a ser contada do ponto de vista eurocêntrico. A história contada por Von Martius foi considerada a oficial (a reconhecida pelo Estado) e ganhou força, perpetuando-se pelos anos afora.

Este pensamento mostrou que a história oficial tinha como objetivo ser imortal e mostrar um passado grandioso, fortalecendo a ideia do mito das raças harmoniosas que culminou na democracia racial. Essa ideia serviu para sustentar e garantir, desde então, a ordem e o sistema hierárquico existentes. Ao longo dos anos, por meio do mito da democracia racial, o que se pode perceber foi a naturalização das desigualdades sendo implantada pelos governos, para manutenção do poder. De acordo com Schwarcz, esse modelo retratado,

que tem muito de imaginário e projetivo, funciona como argamassa para as várias “teorias do senso comum” [...] e costuma sustentar-se a partir de quatro pressupostos tão básicos como falaciosos. O primeiro deles leva a supor que este seja, unicamente, um país harmônico e sem conflitos. O segundo, que o brasileiro seria avesso a qualquer forma de hierarquia, respondendo às adversidades sempre com uma grande informalidade e igualdade. O terceiro, que somos uma democracia plena, na qual inexistiriam ódios raciais, de religião e de gênero. O quarto, que nossa natureza seria tão especial, que nos asseguraria viver

num paraíso. Por sinal, até segunda ordem, Deus (também) é brasileiro. (SCHWARCZ, 2019, p. 22)

Ao analisar esses quatro pressupostos do senso comum, logo nota-se que os acontecimentos passados no Brasil não podem ser referências de que aqui é um lugar pacífico, já que tivemos escravizados e escravizadas que durante mais de trezentos anos foram violados em todos os seus direitos, em suas liberdades, em suas dignidades. Sabe-se que nosso país foi o último a abolir a escravidão e que este modelo de governar do passado só resultaria em uma sociedade desigual e violenta. Os povos escravizados eram submetidos ao trabalho braçal extenuante e recebiam pouca comida, pouca água e nenhuma terra para plantação de subsistência. Raríssimos os que foram autorizados a estudar, outro ponto que culminou na grande desigualdade econômica, pois a sociedade procurou manter esse sistema, abrindo um abismo entre as classes sociais no país. E mesmo com o fim da escravidão, não foi pensada uma forma sequer para educar e integrar essa população ao sistema social vigente da época. Tal situação levou o escritor negro Lima Barreto a desabafar em seu diário, ainda nos inícios do século XX: “A capacidade mental dos negros é discutida *a priori* e a dos brancos, *a posteriori*”. (SCHWARCZ, 2019, p. 31).

No processo de abolição, que foi lento e passou por várias etapas, muitos dos alforriados preferiram viver nas cidades, mas em extrema situação de pobreza, aglomeravam-se em áreas mais periféricas, morando em casebres ou choças. Essa situação deu origem a uma população de miseráveis e sem ocupação definida. Na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, a escritora Carolina Maria de Jesus descreve um encontro com um homem negro em que ele relata a situação de miséria que este povo ficou, mesmo após décadas da abolição:

quando eu fui catar papel encontrei um preto. Estava rasgado e sujo que dava pena. Nos seus trajés rotos ele podia representar-se como diretor do sindicato dos miseráveis. O seu olhar era um olhar angustiado como se olhasse o mundo com desprezo. Indigno para um ser humano. Estava comendo uns doces que a fabrica havia jogado na lama. Ele limpava o barro e comia os doces. Não estava embriagado, mas vacilava no andar. Cambaleava. Estava tonto de fome!

...Encontrei com ele outra vez, perto do deposito e disse-lhe:  
—O senhor espera que eu vou vender este papel e dou-te cinco cruzeiros para o senhor tomar uma media. E bom beber um cafezinho de manhã.  
—Eu não quero. A senhora cata estes papéis com tantas dificuldades para manter os teus filhos e deve receber uma migalha e ainda quer dividir comigo. Este serviço que a senhora faz é serviço de cavalo. Eu

já sei o que vou fazer da minha vida. Daqui uns dias eu não vou precisar de mais nada deste mundo. Eu não pude viver nas fazendas. Os fazendeiros me explorava muito. Eu não posso trabalhar na cidade porque aqui tudo é a dinheiro e eu não encontro emprego porque já sou idoso. Eu sei que eu vou morrer porque a fome é a pior das enfermidades,

...O homem parou de falar bruscamente. Eu segui com o meu saco de papel nas costas. (JESUS, 2012, p. 48)

Este triste relato nos mostra que mesmo com o fim da escravidão, os negros continuaram expostos a outras formas de opressão. Embora estivessem livres, estavam desprovidos dos direitos mais elementares e, assim, o que estava reservado para esse povo, era uma vida sofrida e de subsistência e, ainda, ligada aos senhores, ou seja, mesmo livres continuavam dependentes. Os que resolveram partir para a vida urbana foram colocados nas margens. Viver naquela estrutura social era ter uma cidadania limitada pelo Estado Absolutista.

Por outro lado, os donos das terras e do sistema político do país, da Monarquia à República, continuaram com o mesmo sistema, passando de geração em geração suas grandes fortunas e o poder. De acordo com (Schwarcz, 2019, p. 65), “República significa *coisa pública*, bem comum, em oposição ao bem particular: a *res privata*. Pensada nesses termos, como bem ajuíza o historiador José Murilo de Carvalho, nossa República nunca foi republicana”, pois os senhores sempre administraram a *coisa pública* em interesse próprio. No entanto, denominava-se republicano, mas para isso precisaria atender algumas características. Era preciso fazer valer valores, como: o interesse pelo coletivo, o exercício dos direitos sociais, o direito à saúde, à educação, ao emprego, à moradia, ao lazer e ao transporte. Porém, não é o que se percebe desde que saímos da escravidão. A República nunca foi exercida de fato, pois sempre interesses privados preponderaram sobre o bem público. Schwarcz (2019, p. 41) comenta sobre o Frei Vicente de Salvador, um franciscano que se tornou o primeiro historiador, em que ele diz: “nenhum homem nesta terra é repúblico, nem zela, ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular”. E, diante desta afirmação sobre a história do Brasil, nota-se que ele tinha razão, pois após séculos, o país que se denomina República ainda está longe de ter governantes que pensem em primeiro lugar nos interesses públicos.

O que temos hoje é uma cidadania precarizada devido ao domínio de grupos sociais elitistas e, com isso, as práticas de segregação continuam a assombrar nossa sociedade, atingindo setores mais vulneráveis, dentre eles, a comunidade negra, que ainda sofre com o passado de escravidão e autoritarismo a que foi submetida ao longo de

trezentos anos. Os governantes atuam cuidando do Estado como se este fosse um patrimônio pessoal. Para Schwarcz,

a persistência dos mandonismos locais acaba por produzir outra espécie de patrimonialismo, quando interesses regionais passam a afetar diretamente a lógica pública. Não que o Estado deva ser imune às demandas setorializadas; o problema se apresenta quando um certo tipo de corporativismo político favorece alguns cidadãos, em detrimento de muitos. (SCHWARCZ, 2019,, p. 69)

É o que temos visto até hoje na política nacional em que senhores latifundiários poderosos, para manter domínio sobre a mão de obra barata em um país com grandes latifúndios e agricultura forte, apoderam-se dos cargos políticos do Estado para cuidar de seus interesses e de seus bens patrimoniais. E, embora o Brasil venha tentando fortalecer sua democracia, não consegue deter esse patrimonialismo, que tem prejudicado fortemente nossa República, enfraquecendo as instituições públicas tão importantes para preservação e solidificação de um país democrata. Grupos patriarcais que chegam ao poder, atuam em interesses próprios, mas para tanto apropriam-se da máquina pública.

Retomando a história por uma identidade nacional surgiram, no início do século XX, novos estudos, pois a ideia de harmonia já estava demonstrada que não existia, mesmo o sociólogo Gilberto Freyre, em sua obra *Casa Grande e Senzala* (1933), dissemina este pensamento. Para este autor, a grande miscigenação no Brasil teria contribuído para proporcionar uma relação menos conflituosa entre as raças. Assim, Freyre descreve o povo brasileiro como pacífico, cordial e que se orgulha e convive com a diversidade de forma harmoniosa. Com isso, o sociólogo considerava o preconceito contra negros fatores circunstanciais, e não estruturais. Para a historiadora Schwarcz, o mito da democracia racial gerou um grande impacto negativo no país, mas ao mesmo tempo permite-nos entender

como se formam e consolidam práticas e ideias autoritárias no Brasil. [...] O patriarcalismo, o mandonismo, a violência, a desigualdade, o patrimonialismo, a intolerância social, são elementos teimosamente presentes em nossa história pregressa e que encontram grande ressonância na atualidade. (SCHWARCZ, 2019, p. 26)

Contraopondo essa ideia mítica, que até hoje é disseminada, surgiu em São Paulo o sociólogo Florestan Fernandes (1920-95) demonstrando em suas pesquisas que os trezentos anos de escravidão geraram profundas diferenças e desigualdades sociais entre os povos, mas como observa Schwarcz, ao trazer as palavras de Fernandes: “o brasileiro



teria uma espécie de preconceito reativo: o preconceito contra o preconceito, uma vez que preferia negar a reconhecer e atuar”. (SCHWARCZ, 2019, p. 17-18).

A população negra foi marginalizada a ponto de invisibilizar intelectuais negros e a formação de associações e jornais negros que haviam sido pensados desde a Primeira República. Schwarcz (2019) relata que o sociólogo Mário Augusto Medeiros da Silva disse que seria uma “dupla morte” das pessoas negras, matando não só o indivíduo, mas também sua memória. Hoje em dia, com uma população de mais da metade de pardos e negros, o Brasil é considerado o segundo maior lugar de população africana. Para Schwarcz, se

de um lado essa mescla gerou uma sociedade definida por ritmos, artes, aromas, culinárias, esportes misturados, de outro produziu uma nação que naturaliza a desigualdade racial, na figura das empregadas domésticas, dos trabalhadores manuais, da ausência de negros nos ambientes corporativos e empresariais, nos teatros, nas salas de concerto, nos clubes e nas áreas sociais. (SCHWARCZ, 2019, p. 35)

Além da exclusão da vida social, o povo negro ainda sofre discriminação no sistema judiciário e é a polícia que produz essas diferenças entre brancos e pretos, por meio de constrangimentos e violência nas abordagens. Desta maneira, construiu-se uma elite preconceituosa, racista, violenta e que tenta a todo custo garantir seus privilégios e a hierarquia social. Quinhentos anos se passaram, as desigualdades sociais se aprofundaram, fazendo com que as pessoas continuem nas mesmas condições anteriores.

O governo atual (2023) tem tentado diminuir o distanciamento social, mas a população negra continua excluída de obter educação de qualidade, de participar do “progresso”, e até da própria cidade em que vive. Resta a este povo viver nas periferias. A cada dia que passa as periferias crescem em quantidade de gente, prejudicando toda estrutura pessoal e social do povo negro, impedindo sua plenitude de viver. Um exemplo dessa situação é o aumento de barracos nas favelas, embaixo de viadutos e de casas em núcleos habitacionais, cada vez mais distantes dos centros urbanos. E, além da exclusão, como bem discorre Schwarcz,

a escravidão nos legou uma sociedade autoritária, a qual tratamos de reproduzir em termos modernos. Uma sociedade acostumada com hierarquias de mando, que usa de uma determinada história mítica do passado para justificar o presente, e que lida muito mal com a ideia da igualdade na divisão de deveres e dos direitos também. (SCHWARCZ, 2019, p. 36)

Embora esta sociedade hierarquizada tenha ganhado cada vez mais força, ocorreram iniciativas do povo negro em lutar por inclusão e igualdade. Schwarcz (2019) aponta exemplos, como movimentos e associações, A Frente Negra Brasileira, atuante na era Vargas e, a partir da abertura política, no final da ditadura militar, o Movimento Negro Unificado, de 1978, que se tornou liderança na luta contra o racismo no país. Reconhecer oficialmente Zumbi dos Palmares, em 1997, como herói nacional, contribuiu para colocar os novos descendentes negros em posição de igualdade no cenário nacional, ao menos na teoria, já que na prática ainda temos muito que avançar.

Outro avanço importante foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que introduziu, em 2003, no currículo, o ensino obrigatório de “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. Esta medida foi essencial para que outras narrativas da nossa história e cultura fossem contadas, principalmente por meio de intelectuais negros, nos desvinculando da narrativa oficial que traz todo um alicerce colonial. Todas estas medidas tomadas, nestes últimos anos, procuram inserir igualmente a população negra na cultura e história da formação populacional desse país, com o intuito de que estes ocupem efetivamente seus espaços, construindo cada vez mais forte a valorização de sua identidade.

Neste século XXI, por exemplo, tem sido forte o engajamento feminista negro questionando outros feminismos, pesquisando e construindo suas próprias teorias com o objetivo de expor a realidade das mulheres negras. De acordo com Lisbôa,

o que propõe as feministas negras é superior a pautas que dizem respeito apenas as mulheres negras. Compreender o fato de que a mulher [negra] ocupa a base da pirâmide social é concluir que a aplicação de melhorias para a vida da mulher negra significa impactar em todos que estão acima dela. Além disso, a centralidade do apontamento racial (consequentemente também de classe, considerando que quase 80% da população pobre brasileira é negra) no debate de gênero explicita que as defesas do feminismo negro exigem na verdade uma revisão social da estrutura da sociedade brasileira, revisão das desigualdades basilares desencadeadas pela racialização dos corpos (...) a necessidade de reconhecimento das diferenças que marcam a existência da mulher negra não pode ser vista como um desejo de separação, divisão ou muito menos vitimização. Ao contrário, trata-se de reconhecer as diferenças como forma de identificar as desigualdades que precisam ser combatidas para o caminho da restauração de nossa humanização enquanto sociedade. (LISBÔA, 2021, p. 239)

Deste modo, o feminismo negro surge para além do movimento que busca apenas a igualdade de gênero, pois a luta das mulheres negras passa também pelas questões de raça e classe social. Assim, o feminismo negro se organiza para combater, além do sexismo, o racismo, já que estes dois problemas estão interligados e atuam juntos oprimindo a mulher negra. Busca, também, dar a estas mulheres visibilidade, promovendo suas histórias, suas experiências e suas culturas para que, junto a outras mulheres brancas, caminhem em direção a uma sociedade sem discriminação.

A nova Constituição deu grande impulso às maneiras de ativismo negro, definindo as manifestações culturais afro-brasileiras como um “patrimônio cultural”, validando o direito desse povo permanecer em pequenas roças praticando agricultura coletiva, os denominados quilombolas e, finalmente, tornando o racismo como crime. A historiadora Lilia Schwarcz explica que desde o período da redemocratização, com o fim da ditadura, o Brasil introduziu “uma agenda que reconhece e valoriza a diversidade étnico-racial existente no Brasil, e aprovou um conjunto de medidas que visa diminuir a desigualdade racial no país”. (SCHWARCZ, 2019, p. 39). Porém, desde a arquitetura do golpe contra a presidenta Dilma, em 2014, o país vive em crise política, econômica, social, culminando com um governo de extrema-direita, que tentou reverter as conquistas e procurou implantar pautas reacionárias. De acordo com o economista irlandês Marc Morgan Milá, uma pesquisa de 2018 aponta que

os governos brasileiros, na prática, jamais optaram por enfrentar a desigualdade social. Na opinião desse estudioso, ela é maior do que se supunha, com uma imensa concentração de renda retida no topo da pirâmide social: o grupo que representa os 10% mais ricos da nossa população acumula mais da metade da renda nacional. (SCHWARCZ, 2019, p. 27-128)

E para o economista, as populações mais afetadas são a de pretos ou pardos, a de crianças, a de mulheres pretas ou pardas solteiras com filhos e idosos. As mulheres negras que sustentam suas famílias são as mais atingidas por esse sistema desigual e em crise. Infelizmente, em nossa sociedade há a discriminação destas populações, gerando manifestações de racismo, misoginia, além de sofrerem economicamente devido aos valores salariais serem os mais baixos do mercado de trabalho. É preciso assumir que a violência de direitos recai sempre sobre a população negra, feminina e, também, sobre a de jovens, principalmente a masculina.

Outro ponto interessante a observar nesta pesquisa é que todos os números levantados mostram que realmente existem práticas sociais de exclusão. E, assim, Schwarcz conclui que

o resultado, tantos anos depois, é um país que gosta de se definir a partir da mestiçagem e da inclusão cultural — presente nos ritmos, nos esportes ou na sua culinária misturada — mas desenvolve um racismo dissimulado, cuja prática inclui o ato de delegar à polícia o papel de performar a discriminação. Seguimos, assim, combinando inclusão cultural com exclusão social e racial. [...] Tais processos de silenciamento estão presentes nos dados, os quais têm a capacidade de oferecer um quadro consistente acerca da proporção, tamanho e recorrência das ações violentas que atingem as populações negras. (SCHWARCZ, 2019, p. 177-178)

Diante destes dados, pode-se concluir que ao abordar temas tão caros à sociedade, como a questão racial, a sociedade brasileira ainda está muito longe de ser igualitária, sem preconceitos. O Brasil ainda é um país que tem ao mesmo tempo uma rica diversidade cultural, mas uma forte exclusão social, e também carrega, em sua elite, o poder de silenciamentos e não ditos, em nome de uma harmonia e democracia racial que não existem. Por isso, não se pode deixar o passado sem esclarecer essas questões. Temos a urgência em entender a dimensão dessa violência e perceber que a intolerância racial é o principal fator para explicar o racismo estrutural e a desigualdade social no Brasil, ainda mais no período de 2018 a 2022. As eleições para presidente em 2022 trouxeram a esperança em tempos melhores, pois ao ser eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criou ministérios que contemplam as populações negra e indígena do país, com o intuito de diminuir as desigualdades.

Além das questões culturais e sociais, como observamos anteriormente, outra que merece ser destacada, pois atua com relevância na sociedade, aumentando as desigualdades, é o capitalismo. O sociólogo peruano Aníbal Quijano, para explicar o quão maléfico tem sido o capitalismo na América Latina, abordou o assunto por meio da expressão *capitalismo colonial*. Em sua obra *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*, Quijano (2005) apresenta a relação entre o capitalismo e o colonialismo, que teve início com a colonização no século XVI, explicando que este tipo de sistema econômico capitalista colonial estabeleceu na sociedade uma hierarquia cultural e racial, embasado no pensamento de que europeus eram superiores aos povos originários (indígenas e afrodescendentes). Observamos, deste modo, que esta visão eurocêntrica é

um dos entraves na construção de sociedades democráticas e inclusivas. Quijano aponta que

no processo de constituição histórica da América, todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado mundial. Incluíram-se a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário. (QUIJANO, 2005, p. 118)

A dominação europeia, pela exploração do trabalho, sobre os países africanos e americanos, gerou o capitalismo centrado na Europa. O capitalismo se caracteriza pelos diversos sistemas de controle do trabalho tendo o capital como seu centro, se fortaleceu pelo colonialismo na América, tornando-se dominante na economia mundial. Com o desenvolvimento do capitalismo e com o processo de modernização, que se expandiu pelo restante do globo a partir do colonialismo, a questão racial foi outro ponto triste da história, pois o povo negro, explorado e escravizado pelo colonizador, permanece em situação desigual na sociedade.

Segundo Schwarcz, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizou uma pesquisa, por meio do (Pnad) – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, que analisou as condições de vida dos brasileiros em 2008: “a fatia da renda nacional apropriada pelos 10% mais ricos caiu nos últimos anos de 46% para 41%, enquanto o pedaço dos 50% mais pobres cresceu: de 14% para 18%”. E, de acordo com o sociólogo e pesquisador José Alcides Figueiredo Santos que analisou os dados desta pesquisa, “pardos e pretos, de acordo com as categorias do Censo Nacional, têm 56,7% a mais de chances, em relação aos brancos, de apresentar um estado de saúde classificado como não bom” (SCHWARCZ, 2019, p. 127-131). A pesquisa mostra um aumento da população pobre e também a saúde de negros é inferior, por isso as políticas sociais públicas são fundamentais para dirimir as diferenças.

Ao analisarmos historicamente a trajetória da população negra, no Brasil, podemos concluir que embora a escravidão tenha sido extinta, mesmo que tardiamente, estamos galgando lentamente para uma equidade social. Há avanços, mas também retrocessos.

Neste cenário, a população negra resiste e sobrevive, dependendo política e economicamente do Estado, que cumpre parcialmente seu papel. A classe dominante, minoria, age em benefício próprio e despreza a maioria da população que vive à margem,

na miséria, sem ter emprego, sem receber educação de qualidade, sem ter o que comer e com mínimas chances de obter uma vida digna.

Para tentar dirimir estas diferenças, o Estado precisa, por meio de políticas sociais, oportunizar igualmente a população negra deste país, principalmente em relação à educação. Pensando nesta questão, mesmo que tardiamente, Schwarcz (2019) observa que foi na década de 1920 em diante que as iniciativas educacionais começaram a receber um novo olhar. A pluralidade de projetos era tanta que gerou uma onda otimista na pedagogia, tendo como principal cuidado na educação básica, a escola primária. Foi necessário

demonstrar o significado profundamente democrático e necessário da educação primária. Esses eram os ideais da Escola Nova, projeto liderado por estudiosos do calibre de Fernando de Azevedo (1894-1974), Anísio Teixeira (1900-71) e Lourenço Filho (1897-1970), que acabaram por animar os governos estaduais de parte significativa do Brasil. (SCHWARCZ, 2019, p. 137)

Deste modo, a escola primária e, também, a profissional, que era voltada para o povo, sofreram mudanças, diferentemente da escola superior que ficou preservada para os estudos da elite, não entrando no pacote de democratização da educação. Os modelos de escolas profissionais encarregaram-se de formar mão de obra para o mercado de trabalho, como os exitosos Senai e Senac. Assim, este novo sistema educacional, que seria implantado para diminuir as diferenças sociais, acabou por aumentar a discriminação e divisão social, já que a escola secundária foi criada para o povo pobre conseguir meios de subsistir no mercado de trabalho. Estas são formações técnicas e são diferentes da escola criada para a elite, que é voltada para o ensino superior para produzir conhecimento.

Hoje em dia, observa-se que o sistema educacional brasileiro, comparado com outros países que também foram colonizados, ainda não contempla satisfatoriamente as populações vulneráveis, que possuem em seu meio um maior número de analfabetos e uma educação bem mais desestruturada. A educação passou a funcionar mais como um sistema de reprodução de desigualdades do que tentativa de estreitar essas diferenças.

De acordo com Schwarcz (2019, p. 149), “atualmente, três em cada dez crianças abandonam a escola e, dessas, quase a totalidade provém de áreas economicamente desfavorecidas”. E, ainda, tem-se um grave problema de analfabetismo funcional, pois mais da metade dos alunos que estão terminando o Ensino Médio apresenta grandes

dificuldades de leitura e matemática, fora a evasão escolar que também tem valor considerável, em torno de 11,2%. Em síntese, para que tenhamos uma sociedade mais justa e uma sólida democracia, temos que combater essas diferenças estruturais que trazem grandes malefícios à sociedade e às nossas instituições republicanas.

Manter essas diferenças estruturais e econômicas faz com que a violência e a intolerância aumentem. Os detentores do poder rotulam o povo pobre e negro de violento, mas na verdade é ao contrário, o povo é violentado. É um povo que sofre violência desde o seu início de colonização. Conforme explanado, acima, em páginas anteriores, o senhor de engenho era detentor de um poder que se estendia por toda a sociedade, diante dele se curvavam os que regiam a economia, a política e a religião. Não permitiam condição alguma de rebeldia ou de simples reivindicação por parte dos subordinados, assim restava ao povo escravizado sobreviver ao duro trabalho no engenho e viver em condições subumanas nas senzalas. Sua vida era trabalhar para ter em troca o que comer, porém sem dignidade alguma. Essa maneira de se relacionar entre os senhores de engenho e os escravos está impressa até hoje em nossa sociedade, com menos intensidade e com algumas conquistas por parte do povo negro; contudo, essa relação deixou marcas, atestando que é um povo violentado. O controle repressivo do Estado, submetido aos caprichos da elite, não permite manifestação alguma de descontentamento e de indignação. Estado e classe dominante fazem vistas grossas à brutalidade policial e isso não passa de ferramentas para controlar a população pobre aumentando o abismo social existente. Efetivamente, não somos um país inclusivo, uma democracia racial, temos um passado violento que produziu o silenciamento de várias culturas.

Esses fatores históricos do passado ajudam a explicar os índices de violência existentes no país, como bem explica Schwarcz, devido a um sistema escravocrata como o nosso que

foi sustentado a partir da manutenção de uma verdadeira maquinaria repressora, administrada pelos próprios senhores de terra e contando com a conivência do Estado. [...] E, a despeito de a violência epidêmica praticada no país não ser um problema recente, ela também não pode ser explicada com base numa única circunstância. Uma reversão de expectativas na área da saúde, bem como a escalada da violência que criou um ambiente de ceticismo com relação à segurança pública, formou o terreno propício para que se semeassem saídas urgentes e mais radicais. (SCHWARCZ, 2019, p. 157-158)

A violência tem gerado insegurança na população e junto a isso temos o aumento da intolerância religiosa. Um país religioso, maioria católica/evangélica, é dominado por líderes religiosos que abusam da fé de seus seguidores, dominando-os por meio do medo. Esta obediência acaba atingindo os lares brasileiros, a família, pois o homem usa a submissão pregada pela religião para ser a autoridade em relação à mulher, cultuando ainda mais o machismo. Até o final de 2022, tínhamos no controle dessa situação o fundamentalismo religioso aliado ao poder do Estado, que abandonou o seu papel para com o desenvolvimento social humano baseado em valores de família, comunidade, escola, e com isso abalou a estrutura social em seu alicerce, aumentando a distância entre as classes sociais do país.

A situação de abandono em que se encontra o povo negro de periferia, por parte do Estado, é representada, também, por grande número de desempregados e muitos se submetem a empregos com salários inferiores para sobreviver. Porém, a resistência, diante de todos os obstáculos, tem sido a marcante característica do povo negro.

Alves, em seu livro *Metrópoles: cidadania e qualidade de vida*, retrata o cotidiano da população negra brasileira que vive na periferia, apresentando os principais problemas encontrados, e conclui que:

é muito grande a desigualdade e contrastes sociais nos centros urbanos do Brasil. Para alguns, viver em nossas sociedades significa optar por mais acesso à modernidade, realização pessoal e profissional, enquanto para a maioria representa uma esperança frustrada de superação da miséria, uma luta constante e sem trégua contra o empobrecimento (ALVES, 1997, p. 06).

Realmente, diante desta situação e sem as condições iguais para lutar e tentar reverter o quadro de miséria em que se encontra, a população pobre e negra acaba sendo levada às periferias, às margens. A vida na periferia exige um esforço maior, pois o trabalho, que é a fonte de renda para sobreviver, está nos grandes centros urbanos, bem como as melhores e mais bem equipadas escolas, os melhores hospitais, cinemas, teatros, museus, centros de lazer, parques, etc. Isso faz com que este povo sofrido, que mora às margens desses grandes centros, passe o seu dia dentro de transportes e dentro do local de trabalho. À noite, quando chega aos lares, só resta o tempo de realizar suas necessidades vitais como banho, alimentação e dormir, para no outro dia, começar tudo de novo.



Essa falta de tempo gera também um outro problema para as populações marginais, que é o convívio familiar quase nulo no dia a dia. Todavia, é curioso observar que, nas periferias, as pessoas costumam se reunir entre elas, nos finais de semana, para contar os fatos acontecidos durante a semana que passou. Esta é uma característica peculiar do povo pobre brasileiro: resistir e conseguir superar o peso do dia a dia, da rotina, se relacionando fraternalmente e com alegria para compartilhar experiências. A festa de carnaval, por exemplo, é um dos símbolos da resistência do povo periférico, mas mesmo nesses momentos de descontração, com os instrumentos que possuem ao seu alcance, faz a participação do povo pobre da periferia, na vida social brasileira, ser restrita. O retrato da situação na periferia mostra, em grande parte, uma população marginalizada, apenas como instrumento de trabalho para a sustentação da elite brasileira. O desenvolvimento pleno como cidadãos é sempre limitado, sendo a sociedade brasileira excludente, diminuidora de oportunidades de vida.

O fato de trabalhar a maior parte de seu dia faz com que participe bem pouco da vida social, assim esse povo, que tanto luta para sair da condição de invisibilidade, acaba se isolando cada vez mais dos grandes centros urbanos. Vivem com pouco, veem suas crianças crescerem e se desenvolverem praticamente abandonadas, sozinhas, nas ruas, sem acesso aos principais bens de lazer e cultura. Crianças, estas, que não se consideram parte do processo de desenvolvimento da sociedade e do país em que vivem, por isso não têm essa ideia de pertencimento do que é seu de direito. O que resta, então, é a educação escolar limitada pelo Estado para tentar mudar a situação de silenciamento em que se encontram. Montoya desenvolveu, ao longo de quatro anos, pesquisas psicológicas com crianças faveladas em situação natural e o resultado diz que:

as pesquisas comparativas sobre o nível de desenvolvimento mental caracterizam as crianças de baixa renda como defasadas em relação às crianças economicamente favorecidas. Os testes de desempenho revelam índices baixos. Destacam-se as deficiências nas áreas da discriminação perceptiva, da linguagem, da formação de conceitos e das coordenações psicomotoras finas. (...) A explicação desses resultados bem como o insucesso escolar dessas crianças se efetuam em função de dois fatores: o primeiro, relacionado a aspectos de natureza orgânica como a desnutrição, e o segundo, relacionado a questões socioculturais (MONTROYA, 1996, p. 15).

A vida na periferia é de falta de condições de melhoria, tendo como consequência a exclusão social. A situação econômica baixíssima mal dá para a alimentação e vestuário dos membros da família. O que era para ser um direito do ser humano, como educação e

lazer, acaba sendo bens supérfluos, as crianças nascem e crescem em meio a essa desestruturação para uma vida digna. A única referência que têm é a imagem que formam de si e dos outros que as cercam, ou seja, de pobreza. Por isso, têm muita dificuldade em entender valores como a cidadania plena a que têm direito.

As crianças das periferias sofrem muito em situações problemáticas com a família, em péssimas condições de moradia e saúde, e isso afeta diretamente no rendimento escolar. Elas não conseguem se concentrar ou permanecer em estado de atenção por muito tempo, não fazem direito as lições de casa, e encontram muitas dificuldades para trabalhar com conceitos que exijam experiências de vida mais sofisticadas do que as suas cotidianas. Com isso, o desenvolvimento dessas crianças fica comprometido, e, muitas vezes, acabam abandonando as escolas.

Vivendo à margem da sociedade elitista brasileira e em situações precárias, o povo negro, concentrado em sua maioria nas periferias, reage como pode. É solidário, mesmo empobrecido, se sensibiliza com o próximo, se engajando em mutirões nos bairros para a construção de casas de vizinhos e em campanhas, como: a arrecadação de alimentos, roupas para vítimas de enchentes e da seca. Mesmo constatando a situação de pobreza devido ao abandono do Estado, ainda assim, há resistência e esperança.

Um dos caminhos para diminuir as diferenças é, sem dúvida, a implantação de políticas sociais públicas pelo Estado, como as cotas raciais, por exemplo. As cotas sociais e raciais foram criadas para solucionar problemas de desigualdade, preconceitos e racismo no Brasil. Para promover a equidade é necessário criar ações afirmativas que incluam essas pessoas no desenvolvimento econômico e social, após décadas de exclusão e racismo estrutural. De acordo com Schwarcz, o sistema de cotas raciais que foi colocado pelo Estado

trata-se de políticas compensatórias e transitórias que procuram desigualar para depois igualar. Buscam reparar injustiças históricas de grande impacto na educação e na inclusão das populações que foram alijadas de uma formação escolar formal, durante longo tempo. Almejam, igualmente, incluir mais diversidade nas instituições brasileiras e produzir formas de convívio e de conhecimento mais dinâmicas porque plurais. (SCHWARCZ, 2019, p. 37-38)

É importante observar que a diversidade e a pluralidade geram à sociedade mais riqueza de informações e conhecimento e, também, maior experiência. Não se pode negar que os povos africanos trazidos para o Brasil colocaram a África em nossas veias, como bem afirmou o grande africanista Alberto da Costa e Silva, em *A Manilha e o Libambo*

(SCHWARCZ, 2019). O combate ao racismo é urgentíssimo, principalmente quando se observa na escola, no trabalho, na saúde, no transporte, na moradia, a discriminação estrutural latente. Não se pode menosprezar este grave problema ou fingir, em nome de uma suposta democracia racial, que ele não existe, pois esta discriminação acontece diariamente em nossa sociedade.

A partir de 1945, o Brasil passou por um período político de redemocratização, pois vinha de uma ditadura do Estado Novo, que durou de 1937 a 1945 e que tinha o poder nas mãos de Getúlio Vargas. Com essa retomada da democracia, o movimento negro se reorganizou, colocando em pauta o racismo sofrido no trabalho e na educação. Surgiam, na imprensa, novos periódicos escritos pelos negros e, também, começaram as realizações de eventos, com o intuito de dar visibilidade às suas reivindicações, pois estas pessoas tinham o direito de estar inseridas na vida social do país. Foram escritos manifestos em defesa da democracia em que apontavam as desigualdades sofridas pela comunidade negra. O Brasil estava em transformação devido à industrialização e à urbanização de sua população. Neste cenário, observou-se que a década de 50 foi palco de debates políticos, principalmente, étnico-raciais, para mostrar a importância de elaborar uma legislação antirracismo.

Desta maneira, como relatam Carvalho e Rocha (2011) surge o Conselho Nacional das Mulheres Negras, que lutava pelos direitos das empregadas domésticas, já que a maioria exercia tal profissão. Este Conselho trazia questões mais politizadas em relação à raça, gênero, com o objetivo de unir as mulheres e conscientizá-las da importância da luta na busca de seus espaços dentro da sociedade. Sem conseguir implementar suas propostas, as mulheres negras continuaram marginalizadas, colocadas sempre em segundo plano, nunca como protagonistas da história, na sociedade.

Na década seguinte, 1960, sob o governo ditatorial militar, as lutas por direitos foram silenciadas, foram anos difíceis e sombrios, tanto social como economicamente. O golpe civil-militar ocorrido em 1964 destituiu um governo eleito democraticamente e implantou a ditadura. Como se não bastasse esse autoritarismo, em 1968, esse mesmo governo promulgou o AI-5 (Ato Institucional nº 5), que suspendeu o direito de expressão e a liberdade dos brasileiros. A ditadura militar voltou a silenciar e oprimir o povo negro por vários fatores sociais, econômicos, políticos e judiciários, o que gerou resistência, mas foi somente no final dos anos 1970, com o começo da abertura política, que o povo negro voltou ao cenário social e principalmente as mulheres negras, desde então, têm procurado mudar o curso de suas histórias. Para tanto, têm se organizado por meio de

movimentos sociais, com o intuito de reivindicar seus direitos e oportunidades igualitárias no espaço público e familiar. Nas últimas duas décadas, também, houve um aumento na mobilização política e social para reverter o quadro de opressão. Movimentos sociais foram criados para lutar pelos direitos e pela igualdade social e, apesar desses avanços, ainda há muitos desafios, como por exemplo, o mercado de trabalho, a justiça.

Além de todo esse quadro de desigualdade em relação ao povo negro, tem-se a questão de gênero, pois se o Brasil é um país patriarcal, machista, colocando a mulher sempre em segundo plano, imagine a situação da mulher negra. Conforme analisamos neste trabalho, a escravidão foi tão violenta e durou tanto tempo que legitimou a inferioridade do povo africano em nosso território, mais ainda sobre as mulheres. De acordo com Schwarcz,

sobre as negras sempre pairou o preconceito expresso num dito popular corrente na época: “As brancas são para casar, as negras para trabalhar e as mulatas para fornicar”. Outro provérbio delimitava locais sociais para as mulheres, ao mesmo tempo que investia numa hierarquia de gênero, largamente praticada: “A negra no fogão, a mulata na cama, a branca no altar”. (SCHWARCZ, 2019, p. 193-194)

Em meio ao poderio do homem branco e neste choque de modos de vida e valores culturais diferentes, o papel na mulher negra se restringiu por muito tempo a trabalhos escravos domésticos e favores sexuais aos seus senhores. Mesmo sendo submetidas a estas humilhações e opressão, a mulher negra encontrou meios para resistir; assim, protegia seus filhos e seus companheiros dos desmandos de patrões e transmitia oralmente aos seus descendentes suas crenças e costumes culturais e religiosos, procurando manter vivas suas ancestralidades. Com o fim da escravidão, restou às mulheres negras trabalharem como lavadeiras, cozinheiras, prostitutas, sendo um objeto a serviço das mulheres brancas ricas e de homens brancos. Sueli Carneiro, fundadora e coordenadora-executiva do Geledés (Instituto da Mulher Negra de São Paulo), relata, em sua pesquisa sobre a situação da mulher negra na América Latina, que

a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional [...] Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades [...] O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual

contra as mulheres negras foi convertida em um romance. (CARNEIRO, 2020, p. 01)

O que era para ter sido superado com o fim da escravidão e reparado nos anos após este período, tristemente ainda permanece vivo no pensamento coletivo social, gerando relações de preconceitos à raça e ao gênero. Essa imagem da mulher negra escravizada mostra que a principal maneira para combater essa violência de gênero é por meio de políticas muito bem estruturadas e que contemplem as diversas áreas em que estas mulheres atuam, como: família, trabalho, renda, saúde, igualdade racial. Além da sincronicidade com políticas educacionais combatendo comportamentos misóginos, de preconceito, de ódio contra essas mulheres. Schwarcz (2019, p. 186) explica que a misoginia ocorre de diversas formas, “que vão desde a exclusão social até a violência de gênero, [...] a qual carrega a certeza do privilégio masculino, a banalização da violência contra a mulher e a tentativa de sua objetificação sexual”. Esta misoginia é resultado do autoritarismo brasileiro que sempre esteve atrelado ao patriarcado.

Trazer à lembrança um breve memorial do povo africano escravizado que veio forçado para o Brasil, mostrou que a história tem capacidade de lembrar fatos, mas também grande potencial em deixá-los no esquecimento ou silenciá-los. Schwarcz vai além e afirma que a história tem, também, um grande potencial para reiterar e repetir processos e nisso a história brasileira está inclusa, pois

ela é feita do encadeamento de eventos que se acumulam e evocam alterações substanciais [...] é repleta de seleções e lacunas, realces e invisibilidades, persistências e esquecimentos. Além do mais, enquanto na sucessão cronológica do tempo destacam-se as alterações cumulativas, marcadas por fatos e eventos isolados — alterações de regime, golpes, mudanças econômicas, sociais e culturais. (SCHWARCZ, 2019, p. 224)

Desta maneira, pudemos observar que os problemas e as contradições em nossa estrutura social vêm desde os primórdios e continuam quase inalterados, repetindo o mesmo sistema de concentração de renda nas mãos de poucos, gerando desigualdade econômica, conseqüentemente, violência. O patrimonialismo enraizado causa o racismo estrutural. Porém, Schwarcz (2019) ressalta que no século XXI, estes povos têm tomado posições com o intuito de acabar com o preconceito; para tanto, há a necessidade urgente de um governo que volte o olhar para estas questões e implemente os projetos e melhore as leis. O feminismo negro, por exemplo, vem ganhando força e tem conseguido visibilidade para a situação específica da mulher negra, principalmente no que tange a

preconceito racial e ao estereótipo criado pelo patriarcado em relação à sua imagem, por isso ter o suporte governamental é essencial.

### 2.2.1 A luta feminista – um olhar para o feminismo negro

*A vida é igual um livro...  
A minha, até aqui, tem sido preta.  
Preta é a minha pele.  
Preto é o lugar onde eu moro.*

Ao abraçarmos os estudos discursivos sobre a obra de uma escritora negra, precisamos estar cientes de que somente pelo ponto de vista literário canônico elitista não conseguimos nos aprofundar para entender sua escrita. Para tanto, decidimos abordar além da questão gênero, a racial, por meio dos estudos de intelectuais negras, pois o feminismo dominante (branco) não conseguiu contemplar as necessidades das políticas reivindicatórias das questões de raça. Centralizado principalmente na questão de gênero, acabou por abrir outros espaços para a luta das mulheres negras, que tem como principal objetivo pensar as necessidades políticas e sociais de raça.

Desta maneira, o feminismo negro se constrói alicerçado no pensamento e nas ações de mulheres intelectuais negras com o intuito de reestruturar a sociedade, abraçando ideias, pensamentos invisibilizados, colocando-os em evidência para protestar contra os lugares de privilégios não só de gênero, mas também de raça.

A socióloga americana Patricia Hill Collins foi uma das que escreveu sobre o feminismo negro, explicando ser a teoria e a prática de políticas desenvolvidas por mulheres negras, resultantes de suas experiências históricas e sociais, uma maneira de resistir e sobreviver na luta contra a opressão. No Brasil, um país que carrega uma sociedade construída sobre a escravidão, o patriarcado e as classes sociais profundamente divididas, faz-se necessário e urgente entender e dar o protagonismo à luta feminista, principalmente à luta da mulher negra.

Para fazer diferença na vida das mulheres negras brasileiras, temos de fazer mais que simplesmente esperar por um futuro melhor [...]. O que temos de fazer é nos organizar e nunca parar de questionar. O que temos de fazer, como sempre, é trabalhar muito. (CARNEIRO, 2002 apud COLLINS, 2021, p. 532)

Este Movimento Feminista Negro que questiona, vem para denunciar privilégios que faz gerar na sociedade o falso sentimento de igualdade imerso no discurso feminista branco. Ao construir esse conhecimento, essa visão de mundo, resgatando elementos importantes das diversas culturas da África Ocidental, Collins afirma que as mulheres negras,

como mães, mães de criação, professoras e religiosas, em comunidades rurais e bairros urbanos basicamente negros, [...] participaram da construção e da reconstrução desses saberes de resistência. Por meio das experiências vividas em sua família estendida e em sua comunidade, elas deram forma a ideias próprias sobre o significado da condição de mulher negra. Quando essas ideias encontraram expressão coletiva, as autodefinições das mulheres negras permitiram que elas reformulassem as concepções de matriz africana do eu e da comunidade. Essas autodefinições da condição de mulher negra foram pensadas para resistir às imagens de controle negativas da condição de mulher negra promovidas pelos brancos e às práticas sociais discriminatórias que essas imagens de controle sustentavam. Em suma, a participação das mulheres negras na elaboração de uma cultura afro-americana em constante mudança estimulou visões de mundo especificamente negras e centradas nas mulheres. (COLLINS, 2021, p. 52)

Ao observarmos o lugar em que as mulheres negras foram colocadas, o de subalternidade, veremos que a resistência ao poder dominante gerou estratégias que são imprescindíveis na luta pela equidade social e pela liberdade destas mulheres. Nesta luta, houve a urgência da formação de um pensamento político de mulheres negras para pensar em seus vários modos de ser e para manter seus direitos, pois há necessidade de sempre ter que se reafirmar como cidadãs e a obrigação de lutar pelas conquistas, enquanto deveria ser um direito já conquistado e consolidado. Deste modo, viver, para as mulheres negras, é sempre gastar energias em dobro, devido às injustiças a que são expostas diariamente. Por outro lado, essas situações, essas experiências, geraram instrumentos de defesa e emancipação, levando estas mulheres a realizar seus projetos de transformação social. Por isso, nada mais justo do que as mulheres negras serem protagonistas do discurso ao falarem de si próprias.

Descentralizar essa intelectualidade europeia (greco-romana) e voltar-se para o povo negro que está escrevendo a sua história, é uma das maneiras de descolonizar o pensamento do branco ocidental e um passo fundamental para diminuirmos as injustiças socioeconômicas. Abordar as questões raciais em uma sociedade implica em interpretar

o mundo sob o ponto de vista da diversidade, da pluralidade, de realmente enxergar um outro modo de produzir conhecimento.

O feminismo negro brasileiro tem, ao longo de sua trajetória, reivindicado seu lugar na academia científica, na política, na economia, questionando o racismo estrutural na sociedade e no Estado. Há um resgate de sua ancestralidade, de saberes que ainda hoje são desacreditados, com o objetivo de se afirmarem como *sujeitas*<sup>3</sup> da história e de saberes. Por isso, valorizar a escrita da mulher negra é muito importante, pois pensar fora desse cânone eurocêntrico traz a possibilidade de refletir e reorganizar a estrutura social, tão marcada por desigualdades e preconceitos. Para Collins, é de suma importância desenvolver o pensamento feminista negro, pois isto implica

buscar sua expressão em posições institucionais alternativas e entre mulheres que não são comumente vistas como intelectuais. [...] as intelectuais negras não necessariamente são acadêmicas nem encontradas apenas na classe média negra. De fato, todas que [...] contribuem para o pensamento feminista negro como teoria social crítica são consideradas “intelectuais”. Elas podem ser altamente instruídas. Muitas não são. Por exemplo, Sojourner Truth, ativista feminista negra do século XIX, não costuma ser considerada uma intelectual. Como não sabia ler nem escrever, muito do que se sabe a respeito dela foi registrado por outras pessoas. [...] Truth teria apresentado em um discurso uma análise incisiva da definição do termo mulher em meados do século XIX: Aquele homem ali diz que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e ser carregadas quando há valas na passagem, e ter o melhor lugar onde quer que estejam. A mim, porém, ninguém nunca ajuda a subir em carruagens, a pular poças de lama, nem cede o melhor lugar! E por acaso não sou mulher? Olhem para mim! Olhem meu braço! Já arei, plantei, trabalhei em estábulos, e homem nenhum se saía melhor do que eu! E por acaso não sou mulher? Eu era capaz de trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando havia comida –, além de aguentar chicotada! E por acaso não sou mulher? Pari treze filhos, e um por um foram vendidos como escravos. Quando chorei minha dor de mãe, ninguém me ouviu, só Jesus! E por acaso não sou mulher? (COLLINS, 2021, p. 60)

Como relatado e questionado acima por Truth, a mulher negra não era partícipe deste conceito construído culturalmente sobre o que era ser mulher, porém suas indagações mostraram sua capacidade intelectual mesmo sendo ex-escravizada, sem saber ler ou escrever formalmente.

Em seu livro, *Pensamento Feminista Negro*, a socióloga Collins discorre sobre três pontos basilares que sustentam o pensamento feminino negro, vamos nos ater à

---

<sup>3</sup> termo utilizado pela pesquisadora feminista Profa. Dra. Ivânia dos Santos Neves, da UFPA.



*interseccionalidade*, pois é este conceito que nos mostra outros tipos de discriminação interligados além do gênero e que recaem sobre a mulher negra.

A ideia de interseccionalidade se refere a formas particulares de opressão interseccional, por exemplo, intersecções entre raça e gênero, ou entre sexualidade e nação. Os paradigmas interseccionais nos lembram que a opressão não é redutível a um tipo fundamental, e que as formas de opressão agem conjuntamente na produção da injustiça. [...] Enquanto persistir a subordinação das mulheres negras dentro das opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade e nação, o feminismo negro como resposta ativista a essa opressão continuará sendo necessário. (COLLINS, 2019, p. 65 e 78)

Entender que há uma interrelação das formas de opressão, como o racismo, o sexismo, o classismo (preconceito da classe social) é fundamental no combate à discriminação à mulher negra, que sofre opressão por causa de sua raça, de sua classe social, de sua orientação sexual. Observar o comportamento da sociedade pelo prisma interseccional é importante para compreender mais precisamente as desigualdades sociais, para desenvolver políticas públicas sociais mais inclusivas e mais justas. Portanto, é por esse viés da interseccionalidade que se busca analisar

as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW 2002 apud LISBÔA, 2021, p. 235-236)

Ao estudar a história de vida da escritora/autora Carolina Maria de Jesus observamos a opressão relacionada ao gênero, à raça, à condição econômica, à sexualidade, e percebemos sua luta por reconhecimento dentro da sociedade, para diminuir as desigualdades, pois, mesmo sendo uma escritora de fama mundial, sempre foi adjetivada como negra, pobre e favelada. A realidade é que a mulher negra ainda é vista sob a ótica do colonizador, ou seja, vista como um corpo explorado, sem sentimentos, sem poder de pensamento. Por isso, esta pesquisa se sustentou também nesse conceito de interseccionalidade, pois é um instrumento metodológico para que as mulheres analisem os processos de interação entre as relações de poder e as categorias de gênero, raça e classe, tanto em práticas coletivas quanto individuais. Além do mais, a sociedade

brasileira é marcada por desigualdades de gênero, de raça e de classe, o que nos auxiliou a entender com mais profundidade as questões relacionadas ao feminismo negro e ao contexto em que a literatura negra está inserida.

O olhar de pensadoras negras sobre a situação da mulher negra dentro da sociedade é de grande importância também para entendermos a escrita da autora Carolina. A escritora Djamila Ribeiro, em seu livro *Quem tem medo do feminismo negro?*, conta que foi a partir de autores negros que sua posição como mulher negra diante da vida começou a mudar.

Trabalhei quase quatro anos na biblioteca da Casa de Cultura, onde entrei em contato com Bell Hooks, Carolina Maria de Jesus, Lima Barreto, Sueli Carneiro, Alice Walker, Toni Morrison. Fui aprendendo a falar por outras vozes, a me enxergar através de outras perspectivas. Quando fiquei grávida, aos 24 anos, me libertei da tortura do alisamento, já que não podia usar química. Meus cabelos foram voltando ao natural e pude sentir novamente sua textura gostosa. Eu não queria mais me esconder, não queria ser invisível. As autoras e os autores que eu lia haviam me ajudado a recuperar o orgulho das minhas raízes. Reconfigurar o mundo a partir das perspectivas deles me ajudou a finalmente me sentir confortável nele. Foi um divisor de águas na minha vida. (RIBEIRO, 2018, p. 12)

É muito difícil ser mulher e negra em uma sociedade patriarcal e racista, guiada por teorias universais com o protagonismo de sujeitos brancos, pois nenhuma destas condutas oferece a possibilidade de se ter a voz da mulher negra visibilizada e respeitada. A escolha que esta mulher tem é a de resistir, ocupando seu lugar por meio de discursos contra o sistema e como construtora de conhecimentos que confrontem as verdades instaladas. Ribeiro mostra que ao participar do movimento feminista dito universal, por ser negra, não se sentia contemplada por ele,

porque as especificidades das mulheres negras não eram consideradas. Aquelas autoras tinham denunciado a invisibilidade das mulheres negras como sujeito do feminismo. [...] Mas, ainda que sejam caladas e negligenciadas, vozes se insurgem. [...] Pensar a prática de mulheres negras me fez perceber o quanto isso era importante para restituir humanidades negadas. Foi também com Hooks que aprendi a entender o papel fundamental da mulher negra na teoria feminista ao questionar o patriarcado racista. (RIBEIRO, 2018, p. 13)

E foi alicerçada no pensamento e nas práticas das feministas negras que a escritora Djamila Ribeiro passou da subalternidade ao protagonismo de sua história. As mulheres

negras além das questões de gênero, ainda enfrentam as de raça, por isso necessitam de visibilidade para marcar seu lugar de fala, combater e transformar as estruturas sociais moldadas pela visão europeia e colonial. Transformar, neste caso, é colocar em prática outras formas de saber que levem a outras práticas de poder com a finalidade de desconstruir esse pensamento colonial, alcançando outras formas de ser. De acordo com Catherine Walsh, é necessário

um trabalho que procure desafiar e derrubar as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade – estruturas até agora permanentes – que mantêm padrões de poder enraizados na racialização, no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização de alguns seres como menos humanos. É a isso que me refiro quando falo da de-colonialidade. (WALSH, 2009, p. 24)

As formações política, cultural e social eurocêntricas impulsionadas pela exploração do continente africano, trouxeram consequências ruins que até hoje lutamos para derrubar, como o racismo e o sexismo. Falar em Modernidade, na visão europeia, era falar sobre uma dualidade: moderno *versus* colonial. E esta visão silenciou por décadas outras maneiras de conhecimento e vivência de outros povos e sociedades, que também tiveram seus corpos, suas vontades, suas subjetividades anuladas. Deste modo, pensadores negros definem a decolonialidade como sendo práticas de oposição e intervenção que insurgiram contra o sistema político-social-econômico-cultural do ocidente ou eurocêntrico. No Brasil, diversas pensadoras, escritoras e pesquisadoras negras têm feito grandes contribuições com o intuito de desconstruir esta visão colonial que domina a sociedade e o meio acadêmico, direcionando seus escritos e alicerçando suas pesquisas para o pensamento da decolonialidade. Como bem descreveu Fanon (apud WALSH, p. 03, 2009) “a descolonização que se propõe mudar a ordem do mundo é [...] um programa de desordem absoluta [...] um processo histórico [...] feito por sujeitos novos, uma nova linguagem, uma nova humanidade”.

Outro conceito determinante para nossa pesquisa sobre a escrita de si, no diário de Carolina Maria de Jesus, derivado dos estudos decoloniais e do feminismo negro, foi o de *escrevivências*. O termo foi criado pela escritora Conceição Evaristo pois sua escrita literária traz muito de sua história de vida, auxiliando na construção da imagem da mulher negra em uma sociedade regida por preconceitos.

Como já disse em outras ocasiões, esta narrativa nasceu em 1987/88, sendo, pois, anterior à escrita dos contos e do romance Ponciá Vicêncio. Foi o meu primeiro experimento em construir um texto ficcional con(fundindo) escrita e vida, ou, melhor dizendo, escrita e vivência. Talvez na escrita de Becos, mesmo que de modo quase que inconsciente, eu já buscasse construir uma forma de escrevivência. (EVARISTO, 2018, p. 11).

Ao criar esta expressão, percebemos que a intenção da escritora foi descrever a relação que sua vida tem com sua escrita, a escrita de si. Escrever, para Conceição Evaristo, é levar em consideração suas experiências de vida, ou seja, a vida é o suporte da escrita. É nessa escrevivência que Evaristo denuncia a opressão e marginalização da mulher negra, por isso, escrever sua vida é uma forma de trazer visibilidade à mulher negra e, também, uma forma de resistir diante das desigualdades. Em suas escrevivências, Evaristo apresenta seu passado como uma forma de resistência contra o silenciamento/invisibilidade imposto pela elite dominante, no período pós-colonial. Desta maneira, escritoras negras têm se apropriado deste termo de Evaristo para apresentar suas histórias, suas escritas, que vão além de contar o sofrimento, mas dão voz à denúncia de uma sociedade que silencia e oprime a mulher negra.

Diante desta sucinta contextualização histórico-político-social, esta pesquisa apresenta o seu objeto de estudo que são os fragmentos discursivos da obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, da escritora Carolina Maria de Jesus. Neste primeiro capítulo, discorreremos sobre como a sociedade brasileira foi se formando e se estruturando sustentada pelo patriarcalismo com poderio econômico, o que levou a uma sociedade tão desigual. Apresentamos os problemas sociais no período em que a escritora Carolina, mulher negra, à época ainda anônima, produzia seu diário e como o movimento feminista negro nos auxiliou a compreender melhor a luta desta autora em busca de sua emancipação e cidadania.

Assim, dando continuidade a esta pesquisa, no capítulo seguinte, vamos adentrar ao universo da escritora Carolina Maria de Jesus, considerada uma das precursoras da literatura negra ou, também, conhecida como literatura periférica e observar como, naquela época, em meio à abertura democrática (a partir de 1945), o povo negro, mesmo silenciado, existia e tinha força para criar textos literários de grande impacto social.

### 2.3 Capítulo 3 – Análise da construção do sujeito Carolina Maria de Jesus por meio da escrita de si, do espaço de produção de sua obra e do espaço midiático

Escrevo a miséria  
e a vida infausta dos favelados.  
Eu era revoltada,  
não acreditava em ninguém.  
Odiava os políticos e os patrões,  
porque o meu sonho era escrever e  
o pobre não pode ter ideal nobre.  
Seja o que Deus quiser.  
Eu escrevi a realidade

Neste capítulo nos propomos a realizar uma análise discursiva de trechos extraídos da obra da escritora, embasados no pensamento do filósofo Michel Foucault e da escritora Conceição Evaristo, com o intuito de perceber como Carolina Maria de Jesus vai construindo e moldando sua identidade por meio da escrita de si ou escrevivências.

À época da escrita de seu diário, Carolina Maria de Jesus era pobre, moradora de favela, catadora de papelão, solteira, mãe de três filhos. E foi sob essas condições adversas que a autora produziu a sua maior obra literária.

Nascida em 14 de março de 1914, Carolina era descendente do povo africano que foi trazido para o Brasil para a realização de trabalho escravo. A escritora nasceu em Sacramento/MG, em meio a uma família muito pobre, e conseguiu estudar por poucos anos com o auxílio dos patrões de sua mãe, que trabalhava como lavadeira. Na juventude, em torno dos 16 anos de idade, migra para o interior de São Paulo, cidade de Franca, para trabalhar como empregada doméstica e, em 1937, com a morte da mãe, Carolina muda-se para a capital paulista e com muita dificuldade de sobreviver, vai morar à margem, na periferia, na conhecida primeira favela de São Paulo, a do Canindé. Carolina passa a viver na periferia, mas presenciava, pelas suas andanças diárias pela cidade, toda a efervescência da redemocratização do país do final dos anos 1940 e durante a década de 1950, época do surgimento dos movimentos negros. Deste modo, Carolina consegue lançar, em 1960, sua primeira obra, *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. Esta obra traz um recorte dos seus textos (pois o montante de sua obra gira em torno de 5 mil papéis) ocorridos entre 1950 e 1960.

Por que a escolha em escrever um diário?

Escrever cada dia, sob a garantia desse dia e para lembrá-lo a si mesmo, é uma maneira cômoda de escapar ao silêncio, como ao que há de extremo na fala. Cada dia nos diz alguma coisa. Cada dia anotado é um dia preservado. Dupla e vantajosa operação. Assim, vivemos duas vezes. Assim, protegemo-nos do esquecimento e do desespero de não ter nada a dizer. (BLANCHOT, 2005, p. 273)

Em sua obra *O livro por vir*, o escritor e crítico literário francês, Maurice Blanchot (2005) apresenta uma reflexão filosófica sobre a literatura e a escrita, em que a literatura nos leva a uma porta para um outro mundo, que está por vir; desta maneira, é um espaço de novas possibilidades cujas fronteiras entre o real e o imaginário se dissolvem. Para Blanchot, o diário íntimo é uma forma de escrever sem a pressão de atender às exigências do público leitor e que aborda questões profundas sobre a existência humana.

O diário é o lugar em que a escritora busca não ser esquecida, desafiando a morte. Escrever traz a sensação de não estar só, é o momento da confissão dos segredos, das fragilidades, mas também das observações a respeito da vida política e econômica. Ao anotar sua vida diária, o faz para salvar sua vida pela escrita. E foi morando em um barraco de zinco e papelão, cheio de goteiras, pulgas, ratos, tentando sobreviver de subempregos e uma vida sofrida para sustentar três filhos, nos anos de 1950-1960, que Carolina escrevia seu diário, narrando suas angústias, suas dores, seus desejos, seus sonhos, seu dia a dia e, também, fazia as denúncias, em cadernos sujos que encontrava no lixo, pois tinha dentro de si a certeza de ser escritora e que a favela seria apenas um período de passagem de sua vida.

Quando as mulheres feras invade o meu barraco, os meus filhos lhes joga pedras.

Elas diz: —Que crianças mal iducadas!

Eu digo: —Os meus filhos estão defendendo-me. Vocês são incultas, não pode compreender.

Vou escrever um livro referente a favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro, e vocês com estas cenas desagradáveis me fornece os argumentos. A Silvia pediu-me para retirar o seu nome do meu livro.

Ela disse: —Você é mesmo uma vagabunda. Dormia no Albergue Noturno. O seu fim era acabar na maloca.

Eu disse: —Está certo. Quem dorme no Albergue Noturno são os indigentes. Não tem recurso e o fim é mesmo nas malocas, e Você, que diz nunca ter dormido no Albergue Noturno, o que veio fazer aqui na maloca? Você era para estar residindo numa casa própria. Porque a sua vida rodou igual a minha?

Ela disse: —A única coisa que você sabe fazer é catar papel.

Eu disse: —Cato papel. Estou provando como vivo! ...Estou residindo na favela. Mas se Deus me ajudar hei de mudar daqui. Espero que os políticos estingue as favelas. (JESUS, 2012, p. 17)

—Eu escrevo porque preciso mostrar aos políticos as péssimas qualidades de vocês. E eu vou contar ao repórter. (JESUS, 2012, p. 154)

Quem nos protege é o povo e os Vicentinos. Os políticos só aparecem aqui nas épocas eleitorais. O senhor Cantídio Sampaio quando era vereador em 1953 passava os domingos aqui na favela. Ele era tão agradável. Tomava nosso café, bebia nas nossas xícaras. Ele nos dirigia as suas frases de viludo. Brincava com nossas crianças. Deixou boas impressões por aqui e quando candidatou-se a deputado venceu. Mas na Câmara dos Deputados não criou um projeto para beneficiar o favelado. Não nos visitou mais. (JESUS, 2012, p. 28)

...Mas eu já observei os nossos políticos. Para observá-los fui na Assembléia. A sucursal do Purgatório, porque a matriz é a sede do Serviço Social, no palácio do Governo. Foi lá que eu vi ranger de dentes. Vi os pobres sair chorando. E as lágrimas dos pobres comove os poetas. Não comove os poetas de salão. Mas os poetas do lixo, os idealistas das favelas, um expectador que assiste e observa as tragédias que os políticos representam em relação ao povo. (JESUS, 2012, p. 47)

Carolina escrevia na esperança de que seus textos fossem publicados e denunciava o que considerava abusivo. Colocava-se como a voz daquele lugar e daquele povo contra o sistema político, que mesmo sabendo da situação do povo, nas periferias, não se importava, apenas os usava de maneira eleitoreira, o que não mudou nada nesses últimos 60 anos. Ao mesmo tempo em que denunciava, relatava as ofensas que sofria, as brigas, como se não pertencesse àquele lugar, e também falava de si, dos seus desejos de mudança:

o meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortável, mas não é possível. Eu não estou descontente com a profissão que exerço. Já habituei-me andar suja. Já faz oito anos que cato papel. O desgosto que tenho é residir em favela. (JESUS, 2012, p. 19)

...Eu durmi. E tive um sonho maravilhoso. Sonhei que eu era um anjo. Meu vestido era amplo. Mangas longas cor de rosa. Eu ia da terra para o céu. E pegava as estrelas na mão para contemplá-las. Conversar com as estrelas. Elas organizaram um espetáculo para homenagear-me. Dançavam ao meu redor e formavam um risco luminoso. Quando despertei pensei: eu sou tão pobre. Não posso ir num espetáculo, por isso Deus envia-me estes sonhos deslumbrantes para minh'alma dolorida. Ao Deus que me protege, envio os meus agradecimentos. (JESUS, 2012, p. 105)

A escritora Carolina, em seu diário, derrama seus sentimentos mais íntimos e controversos que vão lhe constituindo, moldando sua subjetividade. Ao relatar as dificuldades do dia a dia, acaba por desabafar toda sua revolta, amargura, tristeza, denúncia e miséria. Desta forma, por meio desse exercício de si, vai construindo suas verdades que vão constituindo o sujeito Carolina, dando-lhe suporte para resistir, como observado nos trechos abaixo:

eu não sou indolente. Há tempos que eu pretendia fazer o meu diário. Mas eu pensava que não tinha valor e achei que era perder tempo... Eu fiz uma reforma em mim. Quero tratar as pessoas que eu conheço com mais atenção. Quero enviar um sorriso amável as crianças e aos operários. (JESUS, 2012, p. 25)

Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa pensar nas misérias que nos rodeia. (...) Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) E preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela. Fiz o café e fui carregar água. Olhei o céu, a estrela Dalva já estava no céu. Como é horrível pisar na lama. As horas que sou feliz é quando estou residindo nos castelos imaginários. (JESUS, 2012, p. 52)

De acordo com Blanchot, escrever sobre si não é tarefa das mais fáceis; embora o diário pareça algo desprezioso, é nesta escrita íntima que nossos sentimentos afloram. Para este autor,

o diário íntimo, que parece tão livre de forma, tão dócil aos movimentos da vida e capaz de todas as liberdades já que pensamentos, sonhos, ficções, comentários de si mesmo, acontecimentos importantes, insignificantes, tudo lhe convém, na ordem e na desordem que se quiser, é submetido a uma cláusula aparentemente leve, mas perigosa: deve respeitar o calendário. Esse é o pacto que ele assina. O calendário é seu demônio, o inspirador, o compositor, o provocador e o vigilante. (BLANCHOT, 2005, p. 270)

Pensamos que o desejo maior de escrever um diário é por suas inúmeras possibilidades de extravasar o mais profundo sentimento, principalmente pela sua natureza, que é a chance de fugir da solidão, de espantar as loucuras dos pensamentos, de dissipar a tristeza, de confidenciar as dores, os amores. Porém, há um pacto a ser feito com esse gênero literário, que é o calendário, o compromisso diário da escrita, mesmo que seja algo prosaico. Blanchot explica que



escrever um diário íntimo é colocar-se momentaneamente sob a proteção dos dias comuns, colocar a escrita sob essa proteção, e é também proteger-se da escrita, submetendo-a à regularidade feliz que nos comprometemos a não ameaçar. O que se escreve se enraíza então, quer se queira, quer não, no cotidiano e na perspectiva que o cotidiano delimita. Os pensamentos mais remotos, mais aberrantes, são mantidos no círculo da vida cotidiana e não devem faltar com a verdade. Disso decorre que a sinceridade representa, para o diário, a exigência que ele deve atingir, mas não deve ultrapassar. Ninguém deve ser mais sincero do que o autor de um diário, e a sinceridade é a transparência que lhe permite não lançar sombras sobre a existência confinada de cada dia, à qual ele limita o cuidado da escrita. (BLANCHOT, 2005, p. 270-271)

A escrita de si traz esse sentimento de sinceridade e também da realidade. É caracterizada por ser em primeira pessoa e as experiências contadas, ficcionais ou reais, abarcam as mais diversas memórias. Escrever um diário é uma maneira de revelar algo que está além da superficialidade. Blanchot diz que a escolha da escrita de um diário se deve pelo desejo à

ambição de eternizar os belos momentos e mesmo de fazer da vida toda um bloco sólido que se pode abraçar com firmeza, enfim a esperança de, unindo a insignificância da vida com a inexistência da obra, elevar a vida nula à bela surpresa da arte, e a arte informe à verdade única da vida, o entrelaçamento de todos esses motivos faz do diário uma empresa de salvação. (BLANCHOT, 2005, p. 274)

O desejo de Carolina, expresso em sua escrita, é sair dali para outro lugar, não mais ficar no quarto de despejo, mas como ela mesma diz, na sala de estar. Para a autora, escrever seu diário a emanciparia financeiramente, era a sua tábua de salvação da miséria e da invisibilidade. O diário publicado transformaria a dura realidade em que vivia, por isso, ela tinha a plena consciência de seu ofício mesmo diante de uma sociedade que a silenciava:

...Seu Gino veio dizer-me para eu ir no quarto dele. Que eu estou lhe despresando. Disse-lhe: Não! É que eu estou escrevendo um livro, para vendê-lo. Viso com esse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela. (JESUS, 2012, p. 24)

...As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (JESUS, 2012, p. 32)

Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com as suas úlceras. As favelas. (JESUS, 2012, p. 74)

A escritora e pensadora negra Conceição Evaristo também é de grande importância para embasar nosso estudo. Evaristo sugere que a escrita de si é uma maneira de se expressar a partir das experiências de vida do autor, bem como dar empoderamento e visibilidade às pessoas excluídas do sistema de autores literários dominante.

Ao se falar da escrita de mulheres negras, necessário se faz voltar ao final da década de 60 para retomar a imagem da escritora Carolina Maria de Jesus. Várias discussões surgiram em torno da escrita de Carolina Maria de Jesus, marcada por sua condição de mulher negra, favelada e de pouca instrução escolar. [...] O que se torna interessante para discutir sobre a escrita de Carolina Maria é o desejo de escrever vivido por uma mulher negra e favelada. O desejo, a crença e a luta pelo direito de ser reconhecida como escritora, enquanto tentava fazer da pobreza, do lixo, algo narrável. (EVARISTO, 2009, p. 27-28)

Para entendermos a escrita sobre a vida diária de Carolina e também dos moradores da favela do Canindé, iremos retomar o conceito de *escrevivência*, criado pela escritora Conceição Evaristo (explicado no final do capítulo anterior), pois é por meio das *escrevivências* de Carolina que observamos a variedade de vozes que ela representa como autora, construindo atos de resistência contra a violência sofrida pelo sistema econômico-social que oprime em via dupla a mulher negra (pelo gênero e pela raça).

Evaristo (2018) explica que a ideia do conceito de *escrevivência* surgiu de um experimento ao escrever um texto de ficção mesclando escrita e vida, ou seja, escrita e vivência. Deste modo, a *escrevivência* permite à autora Carolina expor e problematizar as estruturas sociais que permanecem vigentes em nossa sociedade e, ao mesmo tempo, tem o objetivo de libertá-la daquela dura realidade e permitir reescrever outras possibilidades existenciais, transformando sua escrita em um ato de descolonização.

Assim, Carolina representa em seu diário a voz coletiva daquele grupo social, contando suas experiências diárias, visando uma maneira de reverter a posição a que estes sujeitos estavam inseridos, que era o racismo, o patriarcalismo e o colonialismo. O enunciado da escritora tem o poder de dar visibilidade às denúncias das mazelas sociais impostas a um grupo marginalizado, em uma linguagem informal e muito comovente, conforme vemos nos trechos abaixo:

...O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças. (JESUS, 2012, p. 26)

...Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros. Muitos catam sapatos no lixo para calçar. Mas os sapatos já estão fracos e aturam só 6 dias. Antigamente, isto é de 1950 até 1956, os favelados cantavam. Faziam batucadas. 1957, 1958, a vida foi ficando causticante. Já não sobra dinheiro para eles comprar pinga. As batucadas foram cortando-se até extinguir-se. Outro dia eu encontrei um soldado. Perguntou-me:

—Você ainda mora na favela?

—Porque?

—Porque vocês deixaram a Radio Patrulha em paz.

—É o dinheiro que não sobra para a aguardente.

...As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (JESUS, 2012, p. 31-32)

...Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondiame:

—É pena você ser preta.

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. E indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta. (JESUS, 2012, p. 56)

O diário de Carolina Maria de Jesus reúne as histórias que a escritora ouviu, viu e vivenciou na favela do Canindé, em São Paulo, e apresenta de forma bem realista as dores de todos aqueles com quem ela convivia. Cada história ali contada está contida no contexto social da favela, por isso o título da obra é quarto de despejo, pois em mais de uma vez Carolina usa esta expressão para se referir ao ambiente inóspito que morava, que guardava suas histórias e memórias. É interessante observar que a escrita do diário, ao trazer partes das histórias diárias de moradores remete à ideia de um grande povoamento, como acontece nas favelas. Há, em seu discurso, a presença da opressão, do silenciamento que tanto agridem mulheres negras e periféricas, marcadas pela situação colonial.

Essa escrita de si marcada pela subjetividade da mulher negra reflete suas experiências de vida e também a influencia como escritora/autora, pois ao escrever a própria vida, Carolina tem a consciência de que existe um lugar dentro de sua escrita para contar suas próprias histórias, que marcaram tanto seu corpo quanto sua alma e de seu

povo, ao que Evaristo conceitua de escrevivências. A escrita de Carolina Maria de Jesus representa a mulher negra que nossa sociedade ainda hoje inferioriza; basta vermos a pouca visibilidade na mídia e quando há é sempre em alguma posição subalternizada. O protagonismo negro na mídia ainda é um debate recente, mas que vem ganhando força.

Para Evaristo (2009), quando uma mulher como Carolina Maria de Jesus

crê e inventa para si uma posição de escritora, ela já rompe com um lugar anteriormente definido como sendo o dela, o da subalternidade, que já se institui como um audacioso movimento. Uma favelada, que não maneja a língua portuguesa – como querem os gramáticos ou os aguerridos defensores de uma linguagem erudita – e que insiste em escrever, no lixo, restos de cadernos, folhas soltas, o lixo em que vivia, assume uma atitude que já é um atrevimento contra a instituição literária. Carolina Maria de Jesus e sua escrita surgem “maculando” – sob o olhar de muitos – uma instituição marcada, preponderantemente, pela presença masculina e branca. E vozes negras, de homens e de mulheres, como a de Carolina, ecoam em letras por dentro/fora do sistema literário brasileiro. (EVARISTO, 2009, p. 27-28)

Relatar seu dia a dia mostra como a escrita e a vivência estão ligadas. Não há como escrever fora da condição de sujeito, de mulher e de negra, direcionando, deste modo, a escrita para outros olhares, afastando-se do olhar eurocêntrico. Ao analisarmos alguns fragmentos discursivos no diário de Carolina, vemos emergir um discurso que denuncia as estruturas sociais patriarcais, racistas, e que não fala por si, mas representa vozes femininas e negras que foram silenciadas pelo colonialismo.

13 DE MAIO Hoje amanheceu chovendo. E um dia simpático para mim. E o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. ...Nas prisões os negros eram os bodes espiatórios. [...] Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz. Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim, mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair.

...Choveu, esfriou. E o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos. E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual — a fome! (JESUS, 2012, p. 27)

...Fui catar papel, levei os filhos. Eu agora quero ter o João debaixo dos meus olhos. Fui na Dona Julita. Ela está em Santo André. Cheguei em casa fiz o almoço. Fui no Senhor Manoel vender os ferros. Ganhei 25

cruzeiros. Comprei pão. Quando cheguei na favela tinha um português vendendo miúdo de vaca. Comprei meio quilo de bucho. Mas eu não gosto de negociar com português. Eles não tem educação. São obscenos, pornográficos e estúpidos. Quando procura uma preta é pensando explora-la. Eles pensam que são mais inteligentes do que os outros. O português disse para a Fernanda que lhe dava um pedaço de fígado se ela lhe aceitasse. Ela não quis. Tem preta que não gosta de branco. Ela saiu sem comprar. Ele deixou de vender por ser atrevido. (JESUS, 2012, p. 81)

...A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro. (JESUS, 2012, p. 149)

Eu estou cansada e enjoada da favela. Eu disse para o senhor Manoel que eu estou passando tantos apuros. O pai da Vera é rico, podia ajudar-me um pouco. Ele pede para eu não divulgar-lhe o nome no Diário, não divulgo. Podia reconhecer o meu silêncio. E se eu fosse uma destas pretas escandalosas e chegasse lá na oficina e fizesse um escandalo? —Dá dinheiro para a tua filha! (JESUS, 2012, p. 150)

Perguntou-me onde encontrar folhas de batatas para sua filha buchechar um dente. Eu disse que na Portuguesinha era possível encontrar. Quis saber o que eu escrevia. Eu disse ser o meu diário. — Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você. (JESUS, 2012, p. 151)

Uma das estratégias do colonialismo é o silenciamento imposto aos grupos subalternizados. Silenciar o passado, a memória, a cultura, a religiosidade, a língua sempre foi a tática dos grupos dominantes para se estabelecerem no poder. Em seu diário, Carolina vai apresentando as suas condições de vida e a dos moradores (personagens) como fruto do colonialismo. Essa escrita de si da mulher negra tem o intuito de tirar esses sujeitos do anonimato para que a sociedade possa refletir sobre a situação de vida absurda a que esse povo estava submetido. O discurso de Carolina vem romper barreiras sociais, sendo um ato de descolonização.

A escrevivência de mulheres negras, como a escritora Carolina Maria de Jesus, gera uma nova literatura que está caracterizada por suas memórias envoltas em revoltas e lutas por conquistas socioculturais. A sua principal obra, *Quarto de Despejo*, é o retrato de um Brasil profundamente desigual, em que ela denuncia as violências enfrentadas em sua vida diária, como: a fome, o sexismo, o racismo, a miséria, a ausência das políticas públicas e de oportunidades. O diário apresenta sua vida, ou seja, a escrita de uma experiência negra no Brasil:

eu gosto de ficar dentro de casa, com as portas fechadas. Não gosto de ficar nas esquinas conversando. Gosto de ficar sozinha e lendo. Ou escrevendo! Virei na rua Frei Antonio Galvão. Quase não tinha papel. A D. Nair Barros estava na janela. (...) Eu falei que residia em favela. Que favela é o pior cortiço que existe. (JESUS, 2012, p. 22)

Comecei fazer o meu diário. De vez em quando parava para repreender os meus filhos. Bateram na porta. Mandei o João José abrir e mandar entrar. [...] Todos tem um ideal. O meu é gostar de ler. [...] O Seu João veio buscar as folhas de batatas. Eu disse-lhe:

—Se eu pudesse mudar desta favela! Tenho a impressão que estou no inferno. ...Sentei ao sol para escrever. A filha da Silvia, uma menina de seis anos, passava e dizia:

—Está escrevendo, negra fidida! (JESUS, 2012, p. 24)

...O que eu aviso aos pretendentes a política, é que o povo não tolera a fome. E preciso conhecer a fome para saber descrevê-la.

[...] Eu cato papel, mas não gosto. Então eu penso: Faz de conta que eu estou sonhando. (JESUS, 2012, p. 25-26)

Eu amanheci nervosa. Porque eu queria ficar em casa, mas eu não tinha nada para comer. ...Eu não ia comer porque o pão era pouco. Será que é só eu que levo esta vida? O que posso esperar do futuro? Um leito em Campos do Jordão. Eu quando estou com fome quero matar o Janio, quero enforcar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades corta o afeto do povo pelos políticos. (JESUS, 2012, p. 28-29)

Ao escrever a própria história, Carolina Maria de Jesus representa um coletivo que resiste, que rompe a invisibilidade e o silenciamento. A sua obra funciona como um memorial deste povo que ficará impresso, arquivado na história do país, se contrapondo à história oficial de visão eurocêntrica. Assim, observamos que o texto literário negro está situado em um sistema que subverte o discurso do branco europeu, pois revela a vivência da população negra; portanto, ao pensarmos em literatura feminina negra, instantaneamente, imaginamos publicações sobre a posição de protagonismo, as próprias experiências (intelectualidade), as escrevivências.

Logo, este conceito criado pela escritora Conceição Evaristo é fundamental para a leitura de literatura feminina negra, pois aproxima as realidades em que são produzidos aos textos literários, fornecendo conteúdo para que se possa entender as subjetividades de mulheres negras e os tipos de violências a que elas são expostas diariamente.

escrever adquire um sentido de insubordinação. Insubordinação que pode se evidenciar, muitas vezes, desde uma escrita que fere “as normas cultas” da língua, caso exemplar o de Carolina Maria de Jesus, como também pela escolha da matéria narrada. A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para “ninar os da casa grande” e sim para incomodá-los em seus sonos injustos. (EVARISTO, 2005, p. 17)

Por isso, a literatura significou tanto para Conceição Evaristo como para Carolina Maria de Jesus uma libertação. Uma possibilidade de registrar as injustiças, as dores e os silêncios que de outra forma permaneceriam ocultos, como ocorre às pessoas que não são ouvidas. Ler a obra de Carolina é ler a história das mulheres que vivem na retaguarda, apartadas da esfera pública. Além disso, Evaristo (2005) enfatiza que a escrita não é uma prática individualista, mas sim uma forma de conexão com outras pessoas. Ela defende que a escrita deve ser um ato de comunicação e que os escritores devem buscar formas de criar pontes entre suas próprias experiências e as experiências dos outros. Em resumo, escrevivência é um conceito criado por Conceição Evaristo que descreve a relação entre a vida e a escrita, especialmente para escritores marginalizados.

Carolina, em sua escrita, ao falar de si, valoriza sua pele, seu cabelo, heranças oriundas dos povos africanos. Esses processos de construção de sua subjetividade funcionam como um ato de valorização do sujeito, da cultura e da etnia negra. Este discurso da mulher negra desconstrói o pensamento de grupos dominantes da literatura brasileira, que sempre trouxeram a ideia da mulher submissa, subalterna e hipersexualizada. E o que vemos em Carolina é a posição de protagonista de sua história, pois enquanto mulher negra e moradora da favela, denuncia as opressões sofridas pelo Estado e pela sociedade.

Pela escrita de si, o sujeito Carolina Maria de Jesus vai sendo construído, vai se (res)significando; portanto, para compreendermos essas mudanças, faz-se necessário entendermos a definição de sujeito em Michel Foucault. O filósofo traz o sujeito como seu principal objeto de estudo. É por meio do sujeito e sua maneira de relacionar-se que Foucault constrói seu pensamento a respeito dos saberes, suas relações com o poder e, também, de uma formação identitária (subjetivação). De acordo com Milanez, Foucault se expressa sobre o seu trabalho em 1982, em que apresenta o seu principal objeto de estudo:

gostaria de inicialmente dizer qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi o de analisar os fenômenos do poder, nem de lançar as bases para uma tal análise. Procurei acima de tudo produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano na nossa cultura; [...] Enfim, tenho procurado estudar - é esse o meu trabalho em curso - a maneira como um ser humano se transforma em sujeito; tenho orientado minhas pesquisas na direção da sexualidade, por exemplo - a maneira como o ser humano tem aprendido a reconhecer-se como sujeito de uma "sexualidade". Não é, portanto, o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral das minhas

investigações. (DREYFUS, H. E. RAINBOW, 199 apud MILANEZ, 2006, p. 44)

Ao analisarmos a citação acima, observamos que para Foucault o conceito de sujeito não é algo fixo, universal, consolidado, mas sim uma construção histórica/social/cultural, moldada pelas práticas discursivas e pelas instituições de poder. O ser humano vai sendo influenciado (se subjetivando) pelas estruturas sociais e pelo poder que permeia as relações sociais e discursivas.

Pensando no sujeito escritor Carolina Maria de Jesus, observamos que seu processo de subjetivação foi acontecendo por meio da escrita de seu diário, ou seja, por essas práticas discursivas que estão ligadas, também, à sua maneira de relacionar-se socialmente em determinado período histórico. Como bem explana a renomada pesquisadora e especialista foucaultiana, Gregolin,

é importante ressaltar, desde o início, que em Foucault a subjetividade não se refere ao sujeito em sua essencialidade ou individualidade e, muito menos, como categoria ontologicamente invariável. A subjetividade é entendida como efeito de processos de subjetivação modificáveis e plurais. Assim, uma análise de discursos com Michel Foucault convida à construção de objetos discursivos numa tríplice tensão entre a sistematicidade da linguagem, da historicidade e da produção de subjetividades. (GREGOLIN, 2015, p. 192)

Deste modo, os estudos foucaultianos sobre a escrita de si, como forma de resistência e subjetivação do sujeito, são fundamentais para analisar o sujeito Carolina, já que o ser humano é constituído na relação linguagem-história-sociedade. Se é por meio do discurso que ocorrem as práticas de subjetivação, podemos dizer, sustentados em Foucault, que é por meio do discurso que também nos dessubjetivamos. Para que novas verdades nos subjetivem, as antigas precisam ser ressignificadas. Sabemos, com Foucault, que as posições do sujeito desencadeiam um processo contínuo de construção de subjetividade, que é perpassado por contradições, descontinuidades e dispersões. As subjetividades são constantemente formadas e para isso outras subjetividades precisam ser desconstruídas, apagadas por novas emergências, experiências, acontecimentos. Assim, há no sujeito incessantes movimentos de dessubjetivação e de subjetivação. É isso que vemos em Carolina, pois por mais de uma vez ela se refere aos moradores da favela como se fosse diferente deles e isso nos remete à ideia de que o sujeito é constitutivamente atravessado por contradições, pois Carolina ora os defende, ora os denuncia:



o dia de hoje me foi benéfico. As rascoas da favela estão vindo eu escrever e sabe que é contra elas. Resolveram me deixar em paz. Nas favelas, os homens são mais tolerantes, mais delicados. As bagunceiras são as mulheres. As intrigas delas é igual a de Carlos Lacerda que irrita os nervos. E não há nervos que suporta. Mas eu sou forte! Não deixo nada imprecisar-me profundamente. Não me abato. (JESUS, 2012, p. 18)

Enquanto as roupas corava eu sentei na calçada para escrever. Passou um senhor e perguntou-me:

—O que escreve?

—Todas as lambanças que pratica os favelados, estes projetos de gente humana. (JESUS, 2012, p. 20)

Não sei porque é que os favelados são tão nocivos. Além deles não ter qualidades ainda surgem os maus elementos que mesclam-se com eles. (JESUS, 2012, p. 62)

Para dessubjetivar-se da condição de favelada, ela precisa assumir um outro lugar, um espaço que a coloca num centro, enquanto o outro, o favelado, situa-se à margem. Michel Foucault cunha a noção de dessubjetivação pensando em um processo que “tem por função arrancar o sujeito de si próprio, de fazer com que não seja mais ele próprio ou que seja levado a seu aniquilamento ou à sua dissolução” (FOUCAULT, 2016). O sujeito apaga ou é levado a apagar sua subjetividade e, posteriormente, construir outra.

Esse processo de dessubjetivação em Carolina aparece a partir da construção de um sistema de verdades que surge por meio da escrita de si. Então, a escrita de si, em seu diário, cria um sistema de veridicções. Como bem discorre Gama-Khalil e Milanez, a realidade é uma experiência de si e o real que está no campo da verdade e leva a um sistema de verdades para o sujeito.

Foucault em “Subjetividade e verdade”, ao afirmar que não é correto pensar que se tal verdade é afirmada é porque essa verdade é real, deve-se adotar um sentido inverso e, dessa forma, levantar algumas questões, como: sendo o real o que ele é, quais foram as condições improváveis, as condições singulares que fizeram, com relação a esse real, um jogo de verdade poder surgir, certamente com suas razões, suas necessidades, mas suas razões e suas necessidades que não são simplesmente o fato de as coisas em questão existirem? (FOUCAULT, 2016, apud GAMA-KHALIL, MILANEZ, 2020, p. 16-17).

Observamos que Foucault considera uma forte correspondência entre a verdade e o real. Para Gama-Khalil, Milanez (2020), um jogo de veridicção norteia a produção do real, dando-lhe forma e sentido, a vontade de dizer a verdade, um ato de veridicção. Portanto, o discurso de Carolina em seu diário e em suas entrevistas cria um sistema de

verdades que está intimamente relacionado aos processos de dessubjetivação e de subjetivação. Com sua escrita de si, Carolina cria uma imagem de si por meio de um sistema de verdades que elege como norteador, construindo em si novas subjetividades que a levarão à resistência.

No texto *A Ordem do Discurso*, de Michel Foucault (1996), o filósofo discorre sobre as relações entre poder e discurso na sociedade e aponta que o poder não é algo que se possui, mas sim uma relação que se estabelece entre sujeitos e grupos sociais, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. (FOUCAULT, 1996, p. 10).

O discurso é a prática social usada para construir conhecimento e gerar verdades. Deste modo, Foucault reflete sobre a manifestação do poder no discurso e conclui que é o poder que determina o que pode ser dito, quem pode dizer, quem é ouvido. Ele mostra como o poder é exercido por meio das práticas discursivas, que podem ser tanto institucionais quanto familiares, em amizades. Para Foucault, a liberdade se constitui na capacidade de questionar e resistir a esse poder. Em seu discurso, Carolina, ao denunciar a violência sofrida por um Estado que abandonou os menos favorecidos, questiona e resiste:

...Há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá... isto é mentira! Mas, as misérias são reais. ...O que eu revolto é contra a ganancia dos homens que espremem uns aos outros como se espremisse uma laranja. Chegaram novas pessoas para a favela. Estão esfarrapadas, andar curvado e os olhos fitos no solo como se pensasse na sua desdita por residir num lugar sem atração. Um lugar que não se pode plantar uma flor para aspirar o seu perfume, para ouvir o zumbido das abelhas ou o colibri acariciando-a com seu frágil biquinho. O unico perfume que exala na favela é a lama podre, os excrementos e a pinga. (JESUS, 2012, p. 40-41)

O poder permeia todo tipo de relação e tanto no trecho acima como no que está abaixo, vemos que Carolina exerce poder por meio da escrita em um livro que mais tarde seria publicado, tanto ao denunciar o poder público quanto ao discutir com moradores da favela:

Hoje comprei marmelada para eles. Assim que dei um pedaço a cada um percebi que eles me dirigiam um olhar terno. E o meu João José disse:  
—Que mamãe boa!  
Quando as mulheres feras invade o meu barraco, os meus filhos lhes joga pedras. Elas diz:

—Que crianças mal iducadas!

Eu digo:

—Os meus filhos estão defendendo-me. Vocês são incultas, não pode compreender. Vou escrever um livro referente a favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro, e vocês com estas cenas desagradáveis me fornece os argumentos. A Silvia pediu-me para retirar o seu nome do meu livro. (JESUS, 2012, p. 17)

Carolina resiste às condições impostas a ela, à sua classe social, às condições econômicas, à questão racial e de gênero. A escrita de si que resiste ao poder institucional e a escrita de si que resiste enquanto poder exercido sobre os da sua rede de amizades nos permitiu observar que nessa relação de forças discursivas onde há poder, há resistência.

A escrita de si como forma de resistência às péssimas condições de vida, à fome, ao trabalho extenuante. Foi na escrita de si que Carolina encontrou recursos para manter sua integridade mental:

Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa pensar nas misérias que nos rodeia. (...) Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) E preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela. (JESUS, 2012, p. 52)

O sujeito-escritor Carolina Maria de Jesus também constrói sua subjetividade por meio do lugar em que morava à época, a favela do Canindé. Para entender esta noção de subjetividade da espacialidade (lugar heterotópico), Gregolin (2015), nos explica este conceito foucaultiano. O conceito de heterotopia apareceu nas obras do filósofo em 1960, pois Foucault trazia a questão de como a modernidade pensava o espaço, observando que para esta o espaço era mais importante que o tempo. Para tanto, Gregolin cita Foucault, explicando que espaço e sentido se encontram em discursos que produzem efeitos:

[...] nós não vivemos num espaço e num tempo neutros e brancos. Não vivemos, não morremos, não amamos no retângulo de uma folha de papel. Vivemos, morremos, amamos num espaço esquadrinhado, recortado, desenhado, com zonas claras e escuras, com diferenças de níveis, com escadas, portas, penetráveis e impenetráveis. (FOUCAULT, 2001 apud GREGOLIN, 2015, p. 197)

Ao estudarmos a favela como espaço heterotópico, pensamos nas relações de poder que circulam na cidade, tanto em sua parte central como na periferia, onde está

situada a favela. Entendemos a favela como contra-espço por contrariar a formalidade espacial das cidades. O filósofo Michel Foucault traz o conceito de heterotopia como sendo um lugar fora de todos os lugares, como ele bem definiu:

há igualmente – e isso provavelmente em toda cultura, em toda civilização – lugares reais, lugares efetivos, lugares que são desenhados na própria instituição da sociedade e que são espécies de contra-aloções, espécies de utopias efetivamente realizadas, nas quais as aloções reais, todas as outras aloções reais que podem ser encontradas no interior da cultura, são simultaneamente representadas, contestadas e invertidas; espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora sejam efetivamente localizáveis. Por serem absolutamente outros quanto a todas as aloções que eles refletem e sobre as quais falam, denominarei tais lugares, por oposição às utopias, de heterotopias. (FOUCAULT, 2013, p. 115-116)

Heterotopias são, portanto, espaços que possuem características diferentes dos espaços comuns da sociedade, desafiando as noções tradicionais de tempo e espaço. São espaços que existem fora da ordem normal das coisas. As heterotopias de espacialidade funcionam como lugares de ruptura, de desigualdades e de subversão, possuindo regras próprias, levando os sujeitos a outras experiências. Por meio das heterotopias os sujeitos podem questionar a ordem social estabelecida, como no caso de Carolina enquanto moradora da favela do Canindé, espaço heterotópico de questionamento. A autora questiona do porquê daquela situação de miséria:

...Para mim o mundo em vez de evoluir está retornando a primitividade. Quem não conhece a fome há de dizer: “Quem escreve isto é louco”. Mas quem passa fome há de dizer:  
—Muito bem, Carolina. Os generos alimentícios deve ser ao alcance de todos.  
Como é horrível ver um filho comer e perguntar: “Tem mais? Esta palavra “tem mais” fica oscilando dentro do cerebro de uma mãe que olha as panela e não tem mais.  
...Quando um politico diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com os olhos semi-cerrados. Com um orgulho que fere a nossa sensibilidade. (JESUS, 2012, p. 33-34)

Ao longo da história, no Brasil, o povo negro sempre foi colocado às margens. Ao pensarmos na favela do Canindé, a primeira formada na cidade de São Paulo, onde Carolina Maria de Jesus, desempregada, com três filhos, foi obrigada a morar, nos vem a seguinte indagação: quais espaços foram e são permitidos aos negros ocuparem?

Em seu diário, a escritora Carolina Maria de Jesus relata em detalhes sobre o espaço em que morava, a favela do Canindé, São Paulo capital. Ao analisar seu discurso, percebe-se que aquele espaço é heterotópico por excelência, pois é lá que acontece a relação do sujeito com o lugar, com todos seus conflitos e suas contradições, construindo formas de ressignificação e de reapropriação do ambiente, com o intuito de garantir sua sobrevivência. É este lugar descentralizado, à margem, que produz saberes questionadores que vão moldando o sujeito morador, tornando-o capaz de resistir e continuar a subsistir.

21 DE MAIO Passei uma noite horrível. Sonhei que eu residia numa casa residível, tinha banheiro, cozinha, copa e até quarto de criada. Eu ia festejar o aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu ia comprar-lhe umas panelinhas que há muito ela vive pedindo. Porque eu estava em condições de comprar. Sentei na mesa para comer. A toalha era alva ao lírio. Eu comia bife, pão com manteiga, batata frita e salada. Quando fui pegar outro bife despertei. Que realidade amarga! Eu não residia na cidade. Estava na favela. Na lama, as margens do Tietê. E com 9 cruzeiros apenas. Não tenho açúcar porque ontem eu saí e os meninos comeram o pouco que eu tinha.  
[...] Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre. Se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar o país dos políticos açambarcadores. (JESUS, 2012, p. 34)

A favela pode ser considerada um espaço de heterotopia, pois possui características diferentes dos espaços sociais tradicionais dentro de uma cidade. É um espaço urbano que se desenvolve fora dessa ordem urbana, já que as normas sociais não são as mesmas encontradas em bairros mais centrais das cidades. É um espaço onde as normas urbanas tradicionais são desafiadas e ressignificadas gerando novas subjetividades. É na favela que surgem novas culturas, novas formas de expressão artística e onde o povo marginalizado tem voz, mas também é um espaço de exclusão social, de privações de necessidades básicas e que expõe as injustiças sociais.

### 2.3.1 Visibilidade e invisibilidade: Carolina nas malhas das mídias

*Adeus! Adeus, eu vou morrer!  
E deixo esses versos ao meu país  
Se é que temos o direito de renascer  
Quero um lugar, onde o preto é feliz.*

A nova maneira de relações interpessoais – internet – trouxe possibilidades de interação entre os sujeitos sem que estes estejam no mesmo espaço físico, por isso nesses tempos contemporâneos o espaço tem sido considerado mais importante que o tempo nos estudos foucaultianos sobre espacialidades. O que observamos no mundo virtual é o rompimento das categorias espaço e tempo da maneira tradicional que conhecíamos. Gregolin (2015) aborda este tema, explicando que

para esquadrihar a produção das subjetividades é preciso construir ontologias do saber, do poder e da ética a partir das relações que os corpos estabelecem com os espaços. Espaço e sentido se encontram nos discursos e produzem efeitos. (GREGOLIN, 2015, p. 06)

Nesta era digital, para entendermos essa relação entre corpo, espaço, tempo, precisamos de outros parâmetros do conhecimento. Para Gregolin (2015, p. 04), a Análise de Discurso nos oferece “dispositivos teóricos e analíticos para compreendermos o papel dos discursos da mídia na produção das subjetividades”, principalmente porque neste novo meio midiático ocorreram mudanças paradigmáticas, como por exemplo os conceitos de público e privado.

Observamos que os corpos estão cada vez mais expostos, seja nas redes sociais (Facebook, Instagram) ou em outras plataformas on-line, e essa exposição traz efeitos, ora positivos, pois auxilia a promover a liberdade de expressão, a diversidade cultural, já que permite que as pessoas compartilhem suas experiências de vida, ora negativos, visto que uma exposição pode gerar formas de opressão, exploração, principalmente ao exporem os corpos para obter dinheiro ou fama social. Entendemos que essa pluralidade de identidades visuais fragmenta ainda mais os sujeitos que estão em constante transformação. De acordo com Gregolin, essa cultura da era digital também facilita a circulação de gêneros de discurso,

que tem como propriedades essenciais a *imersão* (as novas mídias nos envolvem em múltiplas linguagens), a *interatividade* (possibilidade de novas relações entre produtores e público) e *novas narratividades* (novas formas de constituir as arquiteturas narrativas). A consequência mais visível dessa maneira de (re)produzir identidades, típica dos meios digitais, é o surgimento de um hedonismo socializado pela mídia que configura a ampliação à máxima potência daquilo que nos anos 1960 Guy Debord denominou como a “sociedade do espetáculo” (DEBORD apud GREGOLIN, 2015, p. 06)

Essa exposição exacerbada da vida, outrora privada, por meio de imagens, no meio virtual, é típica de uma sociedade consumista, em que tudo é efêmero, desigual

social e economicamente, pois o objetivo é a visibilidade (fama) com possíveis ganhos financeiros. Nesta nova maneira de expor os relacionamentos interpessoais, quase não há espaço para sentimentos de tristeza, depressão, pois a busca pela visibilidade é tão forte a ponto de influenciar sujeitos a criarem outras identidades (aparentarem estar sempre felizes, por exemplo). Nessa busca da visibilidade e da representatividade dos corpos, na mídia, os sujeitos sofrem controle dos que detêm o poder neste meio. Um exemplo é a rede social Twitter (microblog) em que os sujeitos públicos (famosos no espaço real), como os políticos, artistas, atletas, têm poder discursivo em relação aos sujeitos “infames”. Há uma espécie de hierarquização, um sistema de classe social virtual, em que os que estão na base são invisibilizados.

Diante do exposto acima, neste tópico, esta pesquisa analisou os efeitos discursivos da internet que moldaram as subjetividades da escritora Carolina Maria de Jesus. Para tanto, tomamos os estudos da linguista Gregolin (2015) que pensou em estudar a WEB como espaço heterotópico do século XXI, que ao mesmo tempo que traz visibilidade, também pode invisibilizar.

Diante do conceito foucaultiano de heterotopia, em que o filósofo propõe duas formas, esta pesquisa se embasou na heterotopia do desvio, que para Foucault significa os “lugares que a sociedade dispõe em suas margens, nas paragens vazias que a rodeiam, são antes reservados aos indivíduos cujo comportamento é desviante relativamente à média ou à norma exigida” (FOUCAULT, 2013, p. 22).

A heterotopia de desvio auxilia a pensar no funcionamento da mídia digital e de acordo com Gregolin é ela que

possibilita que corpos que são invisíveis no espaço público - porque confinados em heterotopias de desvio - possam emergir da invisibilidade e ocupar um lugar sem lugar na WEB, isto é, construir o corpo em uma outra heterotopia. (GREGOLIN, 2015, p. 198)

Portanto, fizemos a análise de imagens de Carolina Maria de Jesus que circularam na mídia à época do lançamento do seu livro, em 1960, depois na reabertura política, a partir do final da década de 1970, e nos dias de hoje, com o intuito de observar na prática o processo de invisibilidade/visibilidade da escritora.

Carolina Maria de Jesus tem seu corpo moldado e controlado pelas normas sociais e pelas instituições que exercem poder sobre ele. As instituições e normas sociais procuram disciplinar este corpo, buscam controlá-lo por meio de técnicas, como a

vigilância, a hierarquização, mas há a capacidade de resistir e ressignificar este corpo, criando novas formas de subjetividade e de relação com o poder. Desta maneira, este corpo está em constante transformação, o que possibilita romper com estruturas opressivas na relação com o poder. Ao ter seus escritos publicados, Carolina rompe essas estruturas opressivas de silenciamento e invisibilidade:

As 9 e meia o repórter surgiu. Bradei:

—O senhor disse que estaria aqui as 9 e meia e não atrasou-se!

Disse-lhe que varias pessoas queriam vê-lo, porque apreciam as suas reportagens. (...) Entramos num taxi. A Vera estava contente porque estava de carro. Descemos no Largo do Arouche e o repórter começou fotografar-me. Levou-me no prédio da Academia Paulista de Letras. Eu sentei na porta e pui o saco de papel a esquerda. O porteiro apareceu e disse para eu sair da porta. (...) O porteiro pegou o meu saco de catar papel, o saco que para mim tem um valor inestimável, porque é por seu intermédio que eu ganho o pão de cada dia. O repórter surgiu e disse que foi ele quem me mandou eu sentar no degrau. O porteiro disse que não tinha permissão para deixar que quem quer que fosse sentar-se na porta do prédio.

...Fomos na Rua 7 de Abril e o repórter comprou uma boneca para a Vera. (...) Eu disse aos balconistas que escrevi um diário que vai ser divulgado no O Cruzeiro. (JESUS, 2012, p. 147)

Quando cheguei e abri a porta, vi um bilhete. Conheci a letra do repórter. Perguntei a Dona Nena se ele esteve aqui. Disse que sim. (...) O bilhete dizia que a reportagem vai sair no dia 10, no Cruzeiro. Que o livro vai ser editado. Fiquei emocionada. O senhor Manoel chegou. Disse-lhe que a reportagem vai sair 4ª feira e que o repórter quer levar o livro para imprimir. (JESUS, 2012, p. 151)

Ao ter seu livro-diário publicado, Carolina sai da invisibilidade e passa a ser notícia em vários jornais e no meio literário. A ascensão rápida na mídia fez com que seu livro batesse recorde de venda em relação a muitos escritores famosos da época. Ao analisarmos esse movimento de visibilização do sujeito histórico Carolina Maria de Jesus pela ótica midiática, ou seja, a construção do eu-autor pelo outro, recorreremos ao pensamento da analista do discurso, Gregolin, que discorre com maestria o conceito de mídia como um lugar heterotópico de produção de subjetividades, para entendermos essa construção de Carolina.

No interior do campo da Análise de Discurso brasileira, a mídia tem sido um objeto privilegiado de investigação. [...] Na medida em que a Análise de Discurso propõe entender a produção de efeitos de sentido, realizada por sujeitos sociais, que usam a materialidade da linguagem e estão inseridos na História, ela nos oferece dispositivos teóricos e



analíticos para compreendermos o papel dos discursos da mídia na produção das subjetividades. (GREGOLIN, 2015, p. 197)

A mídia como produtora de discursos, molda subjetividades, gerando mudanças substanciais na sociedade. Foucault desenvolveu seus estudos sobre o sujeito, observando como esse corpo sofria alterações de acordo com sua historicidade e espaço em que estava inserido. Assim, concluiu que para tal análise não havia como separar corpo de espaço e nem de subjetividade. Dentro desse meio midiático, o discurso de Carolina Maria de Jesus, ao ser publicado em jornais e em forma de livro, passa a circular pela sociedade, dando visibilidade ao eu-escritor. De acordo com Silva, o jornalista Audálio Dantas, de posse dos escritos da autora, procura o amigo Paulo Dantas, da Livraria Francisco Alves, que aceitou o desafio e

investiu maciçamente na produção do livro. Paulo Dantas, antigo escritor e intelectual de orientação comunista, junto com o gerente Lélcio de Castro Andrade montam uma estratégia de promoção do diário que passa pela divulgação em jornais em revistas de grande circulação, exposição pública da escritora na rua e na sede da livraria, na rua Líbero Badaró, entre outros fatos. Em agosto de 1960, Quarto de Despejo: Diário de uma favelada inaugurava a recém-criada coleção Contrastes e Confrontos (título retirado de um livro de Euclides da Cunha), publicando além de De Jesus, o jogador de futebol Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, e um ensaio sobre o autor de Os Sertões, escrito por Edgar Carvalho Neves. (SILVA, 2011, p. 259)

O sucesso relâmpago em 1960 traz Carolina para a visibilidade nacional e internacional. Era requisitada no meio político, estava em revistas, jornais, viajou para vários países, passou a frequentar costureiros, salões de cabeleireiros, era convidada para eventos literários. A escritora, apresentada como a mulher negra, favelada, catadora de papelão, desperta a curiosidade das pessoas, dos escritores famosos, de artistas, gerando mudanças importantes no sujeito social Carolina, uma delas, por exemplo, a tão sonhada compra de uma casa de alvenaria, no bairro de Santana, classe média da cidade de São Paulo. Tom Farias narra esses momentos de fama de Carolina para a *Revista Quatro Cinco Um*:

Sob forte holofote, Carolina atraiu ricos, pobres, príncipes, empresários, artistas, gente de bem e oportunistas, travestidos de bons-moços. Em pouco tempo, passou a ser a atração mais requisitada em passeatas reivindicatórias, fossem de policiais militares, fossem de protestos cívicos, como a do assassinato do líder congolês Patrice Lumumba.

[...]

Na sucessão de Adhemar de Barros, a imprensa informava que candidatos pensavam ter Carolina como vice, por conhecer bem os aspectos negativos da vida em São Paulo, o que a transformaria, em uma assessora inestimável para qualquer prefeito.

[...]

Com acesso a gabinetes, cruzou caminhos com Carvalho Pinto, Leonel Brizola, Carlos Lacerda, JK, Jânio Quadros e João Goulart, o Jango – além das primeiras-damas Neuza Brizola e Thereza Goulart. Múltipla como escritora, cantora, atriz, artista de circo, artista plástica, cronista e jornalista, a mineira era tihosa até a medula.

[...]

Carolina deu trabalho a muita gente, mas foi precisa para marcar sua presença na cena política e cultural do país. Defendia educação de qualidade, moradia, emprego e reforma agrária. Inspirado nela, foi criado, por estudantes da USP, o MUD – Movimento Universitário de Desfavelamento, que extinguiu a favela do Canindé, em 1961.

Na visita ao Brasil do jornalista Alexei Adjubel, editor-chefe do jornal Izvestia, de Moscou, e genro de ninguém menos que o premier russo Nikita Krushev, a escritora foi o maior destaque. Uma vez em solo brasileiro, Adjubel anunciou que queria encontrar-se com Carolina e percorrer com ela “favelas paulistas”. Carolina saiu nas primeiras páginas dos jornais “agarrada” a Adjubel, que recebeu da célebre “escritora-favelada”, além de beijos, “uma garrafa de cachaça, um exemplar de seu livro, três discos e uma carta.” O dado relevante está nessa carta: era endereçada “ao governo soviético” e pedia “proteção para Cuba e Fidel Castro.” (FARIAS, 2021, p. 22-23)

Carolina passa rapidamente das margens ao centro das atenções; por meio de sua escrita de si, a autora ganhou notoriedade e visibilidade. A escritora, já famosa, Clarice Lispector, que havia lançado sua obra também em 1960, um mês antes, esteve presente à noite de autógrafos do livro *Quarto de Despejo*, como vemos na foto abaixo.

*Figura 1 – Carolina Maria de Jesus e Clarice Lispector no lançamento do livro Quarto de Despejo em 1960.*



Fonte: Revista online Quatro Cinco Um, 2022.



Figura 3 – Alguns escritores já renomados resolvem boicotar o lançamento do livro *Quarto de Despejo*.

## Escritores Boicotaram Mas Carolina (Favelada) Autografou 600 Livros!

Como se tivessem firmado um pacto de boicote total contra a nova escritora ora lançada em São Paulo, os literatos fizeram "forfall" na tarde de autógrafos consagrada à Carolina Maria de Jesus, autora de "Quarto de despejo", o novo "best seller" que acaba de empolgar a opinião pública. Exceto Fernando Góes e Maria de Lourdes Teixeira, ninguém mais dos nossos meios literários se dignou prestigiar a festa da humilde escritora das favelas, que nem assim perdeu o seu brilho, porque a ela compareceram a gente humilde dos barracos e o povo bom desta cidade que tem sido, até aqui, o seu cenário. No fim, a despeito dessa lamentável ocorrência, Carolina foi consagrada e assinou cerca de 600 autógrafos.

**FAVELA NA LIVRARIA**

ULTIMA HORA proporcionou à escritora favelada sua maior alegria de ontem, quando levou até a Livraria Francisco Alves inúmeros moradores da Favela do Canindé (notadamente crianças), personagens de seu livro. Durante a movimentada tarde de autógrafos de Carolina, de cuius notadamente popular, a escritora, vestida humildemente, com as roupas que usa normalmente em seu barraco, mas alegre com o sucesso do livro, sorriu ao reconhecer as pessoas que retratou e que a foram cumprimentar. Desligou-se, imediatamente, dos visitantes, esqueceu os autógrafos e, por momento, conversou com as crianças descalças, sujas, de olhos brilhantes, que identificavam no «Quarto de Despejo» parte de sua vida, de seus pais, de seus conhecidos, selecionadas pelo jornalista Auládio Dantas.

... Inviado pelos jornalistas e pelo grande número de pessoas, recebeu um memorial assinado por representantes da imprensa, solicitando o financiamento de um novo bar para Carolina, longe da Favela do Canindé. O sr. João Batista Ramos, falando à reportagem, informou que levaria o pedido ao presidente Juscelino Kubitschek, empunhando-se, pessoalmente, pelo financiamento.

«Dentro de 15 dias as providências estarão tomadas», prometeu.

**CAROLINA MARIA DE JESUS** assinou, ontem, cerca de 600 autógrafos de seu livro "Quarto de Despejo".

### Festa da Música Toma Impulso: Inscrições de Todos os Estados

A menos de uma semana do encerramento das inscrições, a 1ª Festa da Música Popular Brasileira obtem grande impulso com composições chegando em grande quantidade de todos os pontos do País. Embora mais de 30% dos autores sejam de

Fonte: Gabriela Moreira Buranelli

Figura 4 – Viagem da escritora Carolina Maria de Jesus para divulgar seu livro que foi traduzido para mais de 15 idiomas.



Fonte: Revista Hypesness



Os livros da escritora Carolina Maria de Jesus foram traduzidos para mais de 15 idiomas e fez muito sucesso na França, inclusive *Diário de Bitita* foi lançado lá primeiro, em francês, e posteriormente veio para o Brasil.

Figura 5 – Capas do livro traduzido para o italiano, dinamarquês, alemão e inglês.



Fonte: Elfi Kurten Frenske

Carolina frequentava os eventos sociais. Abaixo, em reportagem da revista *O Cruzeiro*, publicada em 1961, podemos observar a mudança visual da escritora e o destaque de sua presença, devido ao tamanho da foto colocada pela revista.

Figura 6 – Carolina era figura requisitada nos eventos.



Fonte: Gabriela Moreira Buranelli

O sucesso da escritora, no início, abriu-lhe as portas para o meio político. Ela tornou-se conhecida do presidente Juscelino Kubitschek, de Leonel Brizola (foto abaixo), entre outros.

*Figura 7 - Carolina e Leonel Brizola.*



Fonte: Revista Hypesess

Porém, passada a novidade de uma escritora negra, moradora de uma favela, solteira, com 3 filhos, com pouca escolaridade formal, Carolina não teve o mesmo sucesso ao lançar seus outros livros. Logo que lançou sua primeira obra, a escritora comprou uma casa de alvenaria, saindo da favela. Esta mudança de moradia trouxe dissabores à Carolina pois, mesmo com a fama e a grande venda de sua primeira obra, os moradores daquele bairro não a receberam tão bem. Havia um preconceito em relação à sua origem e às antigas condições sociais da escritora. Carolina sofre mudanças em sua subjetividade, pois devido à sua ascensão econômica, o sujeito Carolina muda de lugar físico, mas socialmente ainda é considerada moradora da favela e aquele espaço era o seu lugar de fala como escritora literária. Em sua segunda obra, *Casa de Alvenaria – Volume 2 – Santana*, a escritora mostra seu descontentamento e decepção com a sociedade:

20 de março de 1961. [...] Estou cansada. Tenho a impressão que lutei numa guerra. Tudo está confuso para mim. Eu pensava que a vida na casa de alvenaria ia ser aveludada. Enganei. É árdua, cheia de contrastes e confrontos. Os confrontos com as desilusões e aborrecimentos. (JESUS, 2021, seção 15)

Mesmo sendo já uma escritora famosa, os jornais e revistas da época continuaram a anunciar Carolina pelas características que vão persegui-la até os dias de hoje: negra, ex-favelada, pobre, catadora de lixo. O poder midiático ao mesmo tempo que traz visibilidade, continuou a oprimir Carolina de uma forma colonial.

Alçada a celebridade, poucos anos depois Carolina sai de cena, não antes de deixar sua marca:

Um momento marcante da vida de Carolina ocorreu às vésperas do golpe militar de abril de 1964. O presidente Jango capengava no poder, com uma administração que se confrontava com a oligarquia rural e trabalhista. Carolina era próxima dele, frequentando-o, sempre que podia. Seguiu Thereza Goulart, até no ato de vestir, com roupas confeccionadas pelo costureiro Dener, o mais famoso do país. No dia 27 de março, porém, duas semanas depois do famoso comício da Central do Brasil, Carolina publicou uma carta-manifesto apoiando as reformas propostas pelo presidente da República. Escreveu: as “reformas vêm aí como nova abolição”. No documento, redigido de próprio punho, divulgado apenas em jornal da época, Carolina dá total apoio a Jango, lançando duras críticas ao Senado. Deu-lhe parabéns “pelo gesto nobre e humano em proclamar outra abolição que são as reformas de base”. [...] O crucial apoio de Carolina custaria caro para ela, dado o destino de Jango. (FARIAS, 2021, p. 22-23)

Nesta foto abaixo, podemos ver Carolina Maria de Jesus com sua filha Vera Eunice, ambas em trajes sociais muito elegantes e ao seu lado o presidente João Goulart, a quem Carolina deu apoio e também era amiga de sua esposa.

*Figura 8 - Carolina com o presidente João Goulart, de quem se tornou amiga.*



Fonte: Vítor Paiva - Revista Hypesess

Com o golpe civil-militar ocorrido em 1964, Carolina se recolhe em seu sítio em Parelheiros. De acordo com Sousa, o golpe de 64

toca o réquiem para as esperanças de Carolina se firmar como escritora. [...] com o apagamento da contracultura, o livro de Carolina escorreu pela vala do esquecimento como se não tivesse importância singular em nossa história da cultura. O estranho sucesso do livro foi breve porque [...] sua mensagem de crítica social era inadequada ao padrão proposto pelo golpe militar de 1964. Desta feita, a partir de 64, Carolina sofre "uma censura branca", pois "seu livro foi evitado pelos editores que o viam como perigoso e passível de uma censura que seria, no mínimo, economicamente prejudicial". (SOUSA, 2004, p. 20)

Infelizmente, Carolina Maria de Jesus não teve tempo de ver e nem de participar da abertura política nos anos de 1980, pois em 13 de fevereiro de 1977 vem a falecer em seu sítio, quase que esquecida pela imprensa e pelo público. Pouco antes de sua morte, Carolina ainda era procurada pela mídia, mas como pudemos observar em entrevista abaixo, estava desiludida com a forma com que fora tratada pela sociedade. Embora ela coloque a culpa na literatura, a escritora estava triste com os preconceitos e com os silenciamentos ainda impostos por parte da imprensa. Ao não ser bem recebida no bairro



de Santana, Carolina comprou um sítio em Parelheiros, área periférica de São Paulo, e lá procurou viver mais reclusa. O título desta entrevista sinaliza para o descontentamento pelo qual passava a escritora.

Figura 9 – Entrevista concedida ao jornalista Hamilton Trevisan, em 1976



Fonte: Gabriela Moreira Buranelli

A mídia já não dava a mesma visibilidade à Carolina e, aos poucos, vai silenciando sua voz e o que ela representava. Silva discorre sobre os efeitos que a mídia produziu na imagem da escritora, como a explorou:

As marcas sociais de De Jesus, seus estigmas, foram explorados pelo sistema literário (no âmbito da distribuição e recepção), de forma inédita na história literária brasileira: a negra, a favelada, a mulher de vida errante, a semianalfabeta, a mãe solteira, a vítima social, enfim, a autora de Quarto de Despejo foi vista assim e ofertada ao povo, consumida nas mais diferentes esferas. [...] Em Casa de Alvenaria esses serão os três temas recorrentes: as reflexões da autora sobre o ofício de

escrever; a falta de tempo para realizá-lo bem; e alguma apreensão sobre como seu texto seria recebido pelo público, em termos de sua maneira de escrever e dos sentidos que sua obra poderia assumir, (SILVA, 2011, p. 276-278)

As condições sociais precárias de Carolina, que foram relatadas em sua obra de lançamento, continuaram a segui-la; suas obras seguintes não tiveram o mesmo sucesso, pois ao escrever com outros gêneros textuais, sem ser o diário, não foi bem recebida. O preconceito por ser negra, pobre e não dominar a escrita formal falou mais alto; além do mais, com a instalação de um governo ditador, os livros de Carolina foram proibidos, pois a autora denunciava a miséria, as injustiças sociais e o descaso do Estado para com o povo marginalizado. Em 1976, caminhando para o final da ditadura, o livro *Quarto de Despejo* é relançado pela Edibolso. De acordo com Silva (2011, p. 292), “seus autógrafos daquele ano são dados em bancas improvisadas no Viaduto do Chá, Praça da República, nas ruas e, em 1977, ela falece em condições adversas”. A sua morte foi noticiada na televisão e nos jornais, como vemos abaixo nesta matéria do jornal O Globo.

*Figura 10 – Jornal O Globo noticia a morte da escritora.*

*Morre Carolina, a  
escritora da favela*



Fonte: O Globo, 1977.

Fonte: Gabriela Moreira Buranelli

A republicação da obra em 1976 funciona como uma ponte à geração de escritores que produzia literatura marginal. A efervescência político-cultural, com o início da reabertura, veio como uma onda e muitas publicações foram surgindo; deste modo, a década de 1980 apresenta uma indústria cultural brasileira estabelecida. Dos anos 1980 para cá, Carolina Maria de Jesus vem sendo sempre citada na mídia, nas redes sociais.

A sua retomada pós-ditadura deve-se às políticas públicas, principalmente na área educacional, que obtiveram grandes avanços nas questões étnico-raciais, no Brasil. De

acordo com Santos (2011), as Leis 10.639/2003, 11.645/2008 e a própria Constituição Federal de 1988 vão redefinir a nossa pluralidade étnica e estabelecer, para o ensino fundamental e médio, a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira.

Desta maneira, desde 2017, as Universidades retomaram a obra de Carolina Maria de Jesus, incluindo-a no cânone literário de vestibular, pois além da questão racial, sua obra aborda a realidade desigual ainda vigente no país.

*Figura 11 – Quarto de Despejo passa a ser leitura para o vestibular.*

The image shows a screenshot of a Unicamp vestibular question. At the top, there is a teal header with 'ETAPA' on the left and 'Unicamp' on the right. Below this, a smaller teal box contains 'QUESTÃO 09'. The main text of the question is in black, starting with a quote from Carolina Maria de Jesus's 'Quarto de despejo'. Below the quote is a citation: '(Carolina Maria de Jesus, Quarto de despejo. São Paulo: Ática, 2014, p. 43.)'. The question asks the student to identify the alternative that best summarizes the author's position on the political logic of elections. There are four options labeled a) through d).

ETAPA Unicamp

QUESTÃO 09

"...Nas ruas e casas comerciais já se vê as faixas indicando os nomes dos futuros deputados. Alguns nomes já são conhecidos. São reincidentes que já foram preteridos nas urnas. Mas o povo não está interessado nas eleições, que é o cavalo de Troia que aparece de quatro em quatro anos."

(Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo*. São Paulo: Ática, 2014, p. 43.)

O trecho anterior faz parte das considerações políticas que aparecem repetidamente em *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus. Considerando o conjunto dessas observações, indique a alternativa que resume de modo adequado a posição da autora sobre a lógica política das eleições.

a) Por meio das eleições, políticos de determinados partidos acabam se perpetuando no exercício do poder.

b) Os políticos se aproximam do povo e, depois das eleições, se esquecem dos compromissos assumidos.

c) Os políticos preteridos são aqueles que acabam vencendo as eleições, por força de sua persistência.

d) Graças ao desinteresse do povo, os políticos se apropriam do Estado, contrariando a própria democracia.

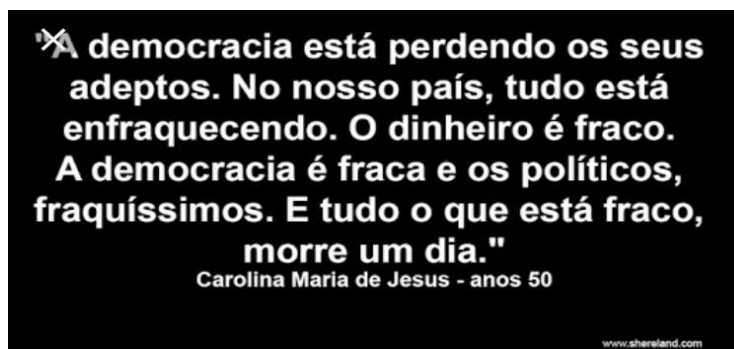
Fonte: Etapa Vestibulares

Na imagem acima, observamos uma das questões propostas pelo vestibular da Universidade de Campinas (UNICAMP), referindo-se ao sistema político partidário do país, tema recorrente no discurso de Carolina. Além disso, os debates sobre violência e racismo têm se intensificado; com isso, a obra de Carolina ganhou novamente relevância, principalmente como um instrumento de denúncia no combate às injustiças sociais aos oprimidos.

Desde que *Quarto de Despejo* passou a ser leitura obrigatória no Ensino Médio, para o vestibular, citações e imagens da escritora Carolina Maria de Jesus têm ocupado a

mídia, principalmente as redes sociais, como Instagram, Twitter, Blogs, Facebook. Abaixo, vemos como o discurso de Carolina continua atual, pois temos enfrentado ameaças contra nossa democracia desde 2014 com o golpe contra uma presidente eleita democraticamente, Dilma Rousseff.

*Figura 12 – Citações de Carolina nas redes sociais*



Fonte: Facebook

De acordo com Gregolin (2015, p. 13), ao pensarmos a “WEB como hiperheterotopia da sociedade atual, nos damos conta, com Foucault, que o corpo experimenta, hoje, lugares que são completamente abertos ao mundo exterior”, o que torna o sujeito-escritor Carolina visível neste espaço mesmo após 50 anos de sua primeira publicação, pois nesse meio a maioria das pessoas tem acesso. Este espaço virtual, ao conectar pessoas ao redor do planeta, gera um excesso na circulação de imagens e textos, como podemos observar no caso da escritora. A grande propagação de seus “ditos e escritos” voltou a dar voz ao discurso-denúncia de Carolina, colocando-a novamente como representante de um povo que continua marginalizado.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da escrita de si é uma prática fundamental para a construção de subjetividades, por isso recorreremos aos estudos sobre a escrita de si do filósofo Michel Foucault para nos embasarmos e analisarmos a construção dessas subjetividades na autora Carolina Maria de Jesus, por meio de seu diário, sua escrita, a obra *Quarto de Despejo*.

O pensamento foucaultiano apresenta a linguagem (o discurso) como ponto central na relação entre o homem e o real. Deste modo, Foucault parte do discurso para entender as subjetividades dos sujeitos. Em seu texto *A Ordem do Discurso*, o filósofo discorre sobre as ferramentas desenvolvidas pela sociedade para controlar o discurso, determinando o que deve e o que não deve ser dito. O discurso de Carolina Maria de Jesus, ao ter seu diário publicado, rompe essa barreira de controle, insurgindo contra esta opressão e, assim, se torna porta-voz de uma sociedade invisibilizada, totalmente ignorada. A prática discursiva da autora, por meio da escrita de si, desconstruiu antigas verdades em Carolina para reconstruir novas, levando a escritora a lutar e resistir. Ao escrever um diário íntimo, expor suas dores, sua miséria, suas emoções, sua solidão, Carolina vai se subjetivando, se conhecendo e moldando sua individualidade de acordo com suas novas verdades.

A escrita de si (ou como bem definiu a escritora Conceição Evaristo, *escrevivências*) não deve ser vista apenas como uma atividade literária ou estética, e sim como uma prática ética que permite ao sujeito refletir sobre si mesmo, sobre suas experiências e vivências. Ao refletir sobre suas verdades, na escrita de si, o sujeito vai desconstruindo antigas verdades e gerando novas, pois, de acordo com o filósofo Michel Foucault, não há uma única verdade, já que o sujeito é uma produção histórico-discursiva. Gregolin nos lembra que o que há no sujeito são lutas, batalhas, explosões que vão dessubjetivando para logo em seguida subjetivar esse sujeito, ou seja, criar novos sentidos e significados para sua existência.

Outro conceito foucaultiano no qual nos embasamos, também fundamental para analisar o papel da mídia na construção do sujeito Carolina Maria de Jesus, foi o de *heterotopia*, que foi importante para explicar o espaço virtual midiático, o lugar não-lugar, e que nos trouxe um maior entendimento do espaço favela como lugar heterotópico, de onde Carolina produz o seu discurso. De acordo com Michel Foucault, uma das noções de heterotopia é mostrar a existência de lugares reais, mas que estão descentralizados dos lugares determinados pela sociedade, estão à margem, e é nestes espaços que as relações

de poder acontecem, gerando tensões, conflitos, moldando pensamentos, criando subjetivações. Portanto, iniciamos a pesquisa apresentando os fundamentos teóricos, no primeiro capítulo, em que ficou evidente a relevância dos estudos discursivos foucaultianos (arqueogenealogia) em diálogo com os estudos decoloniais, pois conceitos como a genealogia do poder, dispositivo colonial, permitiram uma análise mais profícua de fragmentos discursivos do diário, para entendermos o silenciamento e a invisibilidade impostos à população negra, principalmente à escritora Carolina Maria de Jesus.

Outros conceitos que alicerçaram essa pesquisa como a decolonialidade, o feminismo negro, a literatura negra, a relação discurso *versus* poder baseada em conceitos sobre espaços heterotópicos (favela e mídia), foram igualmente importantes para entendermos a mulher negra Carolina, sua escrita, o lugar de onde ela fala e como o “outro” (sociedade/mídia) recebe o discurso da escritora. Assim, em um segundo momento, pensamos ser importante discorrer sobre um sucinto panorama histórico-social do Brasil para entendermos problemas que permeiam nossa sociedade desde o período colonial, passando pelo pós-colonialismo, até os dias de hoje, como o patriarcalismo, o racismo estrutural, a estereotipação sobre a mulher negra brasileira.

O povo negro brasileiro vem de uma história de luta contra a pobreza, contra a violação de seus direitos, inclusive os mais básicos, contra a violência de integridade física e moral, contra o preconceito por causa da cor de sua pele. Problemas que, ao longo do tempo, foram influenciando suas subjetividades e hoje se apresenta, na sua grande maioria, como oprimido, silenciado, invisibilizado, mas que tem buscado seu espaço na sociedade., mesmo sob esse sistema dominante opressor e a ausência do Estado.

Constatamos, ao longo desse estudo, que o processo de colonização trouxe consequências graves a esse povo, que com o desenvolvimento do *capitalismo colonial*, como denomina Aníbal Quijano, e com o processo de modernização das tecnologias e das mídias, que expandiu esse sistema pelo restante do globo, acabou por acirrar o preconceito racial, pois o povo negro, explorado e escravizado pelo colonizador, permaneceu e permanece, ao longo dos tempos, em situação de desigualdade econômica e educacional na sociedade. Ainda hoje, o que temos é uma cidadania precarizada devido ao domínio de grupos sociais elitistas, que têm perpetuado práticas de segregação.

Um avanço importante veio com a abertura democrática, pós ditadura civil-militar de 1964, que promulgou uma nova Constituição Federal, em 1988, que contempla a diversidade cultural do povo brasileiro. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que introduziu, em 2003, no currículo, o ensino obrigatório de “História e

Cultura Afro-Brasileira e Africana”, também foi substancial, pois a partir deste ponto as escolas passaram (ou ao menos tinham que passar) a ensinar a nossa história não mais sob a ótica eurocentrista.

Observamos, portanto, que o processo de formação do Brasil às custas dos povos colonizados, gerou uma sociedade patriarcal que tem enraizado o racismo estrutural. No século XXI, o povo negro tem se posicionado com o intuito de acabar com o preconceito racial. O novo governo criou ministérios comandados por negros e negras e esperamos que consigam implementar projetos que insiram definitivamente os povos originários na estrutura socioeconômica do país.

Outro ponto que embasou nossa pesquisa para entendermos *a sujeita* Carolina Maria de Jesus, foi o feminismo negro, que vem ganhando visibilidade para a situação específica da mulher negra, principalmente no que tange a preconceito racial. Vimos que o feminismo negro se constrói alicerçado no pensamento e nas ações de mulheres intelectuais negras com o intuito de reestruturar a sociedade, colocando as mulheres negras como protagonistas na luta contra os lugares de privilégios não só de gênero, mas também de raça. As mulheres negras foram colocadas sempre como subalternas e pudemos constatar esse sistema opressor ao estudarmos a história de vida da escritora/autora Carolina Maria de Jesus, pois a escritora foi vítima da opressão relacionada ao gênero, à raça, à condição econômica, à sexualidade. Porém, o movimento feminista negro tem se levantado contra esse sistema, resistindo ao poder dominante. Este levante é sustentado por um pensamento político de mulheres negras que passaram a pensar em seus modos de ser e em seus direitos. Carolina, por meio da escrita de si ou, por meio de suas escrevivências (termo criado pela escritora Conceição Evaristo), contribuiu e ainda contribui para a construção da imagem da mulher negra que luta pelo espaço a que tem direito em uma sociedade regida por preconceitos.

Deste modo, ao analisamos estes conceitos aplicados ao nosso objeto de estudo, o diário da escritora Carolina Maria de Jesus, procuramos apresentar algumas medidas que têm surgido para dirimir preconceitos, injustiças, como, para além do movimento feminista negro, a Literatura Negra, pois acreditamos que a literatura é uma manifestação artística e uma prática cultural de grande importância na vida dos sujeitos. Em seu texto *O Direito à Literatura*, o crítico literário, Prof. Antônio Cândido, trata do direito universal que todo ser humano tem à literatura e conclui que é por meio dela que nos humanizamos e nos livramos dos preconceitos, da barbárie, produzindo uma sociedade mais justa socialmente.

Desta maneira, no terceiro capítulo, colocamos em prática os conceitos teóricos para analisarmos a escrita de si dos fragmentos discursivos do livro-diário *Quarto de Despejo*, escrito por Carolina Maria de Jesus. Procuramos demonstrar sua (auto)construção como escritora/autora/poetisa por meio da escrita de si. Como, ao longo de sua escrita, Carolina foi se dessubjetivando para logo em seguida se subjetivar, moldando sua vida com novas verdades que a levaram a romper as barreiras político-sociais, dando voz e visibilidade à população marginalizada. Procuramos, também, mostrar, por meio dos estudos foucaultianos e estudos decoloniais, como funciona a relação mídia/poder *versus* sociedade marginalizada, pois receberam a escritora negra Carolina, a expuseram massivamente às mídias da época (1960), para logo a silenciarem de novo, pois ao adquirir condições financeiras para sair da favela, seus escritos passaram a ser considerados comuns. A sociedade e a mídia não aceitam as condições de igualdade social do povo negro. Onde já se viu a mulher negra, que era moradora da favela até pouco tempo, não dominava a escrita formal, querer ser escritora literária, escrever poemas, romances ou mesmo ascender de classe? E, juntamente a isto, a ditadura de 64 proibiu a circulação do livro de Carolina, justamente por expor as mazelas sociais e o abandono do Estado.

Passado o período obscuro da ditadura, com a redemocratização do país nos anos 80, o movimento literário negro retoma a obra da escritora Carolina, trazendo-a como uma das precursoras da Literatura Negra do Brasil. E ao ser inserida nos meios acadêmicos como leitura obrigatória para o vestibular (em 2017), a mídia se viu intimada a dar visibilidade ao discurso de Carolina novamente. O espaço virtual, como as redes sociais, se tornou um campo de grande exposição de suas citações e de suas imagens. Os ditos de Carolina têm circulado o mundo. Recentemente, o jornal *O Globo Online*, de 25/06/2021, trouxe reportagem do jornalista Gian Amato cujo título era: “*Livro de brasileira proibido na ditadura chega a Portugal com 60 anos de atraso*”, ou seja, *Quarto de Despejo*, que havia sido proibido durante a ditadura portuguesa, agora passa a ser divulgado por lá.

Finalizando este estudo, em que analisamos o discurso de Carolina Maria de Jesus, concluímos, como muito bem já havia definido o filósofo Michel Foucault, que o papel da leitura e da escrita é o de constituir um corpo, não de doutrinas, mas o próprio corpo daquele que se apropriou dessas verdades adquiridas e as ressignificou como suas verdades. E foi exatamente isso o que a escrita de si proporcionou à Carolina. Esta foi a maneira utilizada pela autora como forma de resistência e de subjetivação de sua



identidade, da mesma maneira que ao denunciar a miséria humana, a colocou como portavoza de uma coletividade oprimida pelas estruturas sociais e políticas.

Acreditamos que a sociedade e a mídia, como estudado em Foucault, buscam controlar, invisibilizar e silenciar os sujeitos que não detêm o poder. Carolina mostrou o quanto a literatura (escrita de si) foi importante em sua vida sob dois aspectos: o de ressignificação de verdades que constituíram uma nova Carolina, assim como o ato da denúncia ao retratar a violência, a miséria, a fome, a desumanidade que é a vida em um ambiente abandonado pelo Estado e pela sociedade, como a favela.

### **3.1 Recomendações para trabalhos futuros**

Durante a condução desta pesquisa, nos deparamos com questões que, devido ao tempo limitado, não conseguimos abordar. Entretanto, essas questões possuem uma conexão significativa e pensamos que poderiam ser exploradas em estudos futuros para ampliar o entendimento sobre os temas tratados até o presente momento, com o intuito de dirimir as injustiças sociais ao redor do mundo. Escrevemos “ao redor do mundo”, pois a obra de Carolina Maria de Jesus exerceu influência considerável em outras culturas, em outros povos, como foi o caso da escritora Françoise Ega, mulher negra de origem martinicana e cidadania francesa, que se inspirou na obra *Quarto de Despejo* para escrever sua própria obra, intitulada *Cartas a uma Negra*. Embora não fosse contemporânea de Carolina, Ega estabeleceu uma relação com a brasileira por meio de cartas, que nunca foram entregues, mas posteriormente foram publicadas.

Há outras possibilidades a serem exploradas no futuro por meio da interdisciplinaridade entre os Estudos Foucaultianos, Literatura, História e Educação. Uma dessas possibilidades seria desenvolver um projeto para ser aplicado ao Ensino Médio que abordasse questões históricas relevantes para o povo brasileiro, por meio da literatura, sob a perspectiva de estudos de escritoras, pesquisadoras e historiadoras negras. O objetivo seria desconstruir os mitos da visão colonial europeia, que ainda estão profundamente enraizados em nossa cultura, e, assim, promover, para esta nova geração, uma compreensão mais próxima do real do que foi a nossa história.

Consideramos também a possibilidade de conduzir uma pesquisa sobre o período ditatorial, em que a escritora Carolina Maria de Jesus foi silenciada. Para este propósito, acreditamos ser relevante estudar a literatura e a arte deste período, a fim de analisar como

a censura afetou e influenciou a cultura da época. Além disso, pensamos ser importante investigar o papel dos escritores e artistas na resistência a esse regime, tanto dos que permaneceram no país quanto dos que foram exilados.

Uma outra possível linha de estudo que resulta dos desdobramentos desta pesquisa seria examinar a participação das mulheres em grupos armados de resistência durante a ditadura militar no Brasil. Analisaríamos a presença feminina nestas organizações, suas motivações e papéis na guerrilha, bem como suas atuações contra a censura à arte e à literatura. Além disso, acreditamos ser interessante investigar como estas mulheres escritoras e intelectuais construíram seus discursos em prol da denúncia da censura e como agiam na resistência cultural, destacando suas principais contribuições para a defesa da liberdade de expressão.

*Não digam que fui rebotalho, que vivi à margem da vida.  
Digam que eu procurava trabalho, mas fui sempre preterida.  
Digam ao povo brasileiro que meu sonho era ser escritora,  
mas eu não tinha dinheiro para pagar uma editora.*

*Carolina Maria de Jesus*

## REFERÊNCIAS

ALVES, Julia Falivene. **Metrópoles**: cidadania e qualidade de vida. 11. ed. São Paulo: Moderna, 1997. 152 p.

AMATO, Gian. Livro de brasileira proibido na ditadura chega a Portugal com 60 anos de atraso. **Jornal O Globo Online**, 2021. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/portugal-giro/post/livro-de-brasileira-proibido-na-ditadura-chega-portugal-com-60-anos-de-atraso.html>>. Acesso em 27 abr. 2023.

AZEVEDO, Edson Guimarães de. **As muitas vidas e identidades de Carolina Maria de Jesus**: o uso do biográfico e do autobiográfico no ensino das relações étnico raciais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/432029/2/Edson%20Azeredo.pdf>>. Acesso em 08 mar. 2023.

BLANCHOT, Maurice **O livro por vir**. Tradução Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BURANELLI, Gabriela Moreira. **As formulações para Carolina Maria de Jesus e Quarto de despejo**: interpretação e efeitos de sentido das designações em manchetes de jornais. Universidade de Franca, SP, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.unipe.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1872/1/GABRIELA%20BURANELLI.pdf>>. Acesso em 09 abr. 2023.

CANDAU, Vera Maria (org.). Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas, 2009. **Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial**: in-surgir, re-existir e re-viver. WALSH, Catherine.

CANDIDO, Antonio. A educação pela noite & outros ensaios. São Paulo: Ática, 1989. p. 140-162: **Literatura e subdesenvolvimento**. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/cdrom/candido/candido.pdf>>. Acesso em 15 mar. 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. NEABI – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígena. Universidade Católica de Pernambuco, 2020. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>>. Acesso em out. 2022.

CARVALHO, Rayssa Andrade. ROCHA Solange P. **Estes “passos vêm de longe”**: trajetória do movimento das mulheres negras no Brasil republicano. UFPB – Universidade Federal da Paraíba, 2011. Disponível em: <<https://www.itaporanga.net/genero/3/04/06.pdf>> Acesso em set. 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico], 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. [recurso eletrônico] : conhecimento, consciência e a política do empoderamento, 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.

ETAPA, Colégio. **Etapa Resolve Unicamp 2019**. Disponível em: <[https://www.etapa.com.br/etaparesolve/etaparesolve/2019/Unicamp/1Fase\\_326/correcao/conhecimentosgerais/9.pdf](https://www.etapa.com.br/etaparesolve/etaparesolve/2019/Unicamp/1Fase_326/correcao/conhecimentosgerais/9.pdf)>. Acesso em 10 abr. 2023.

EVARISTO, Conceição. Da representação à autorrepresentação da mulher negra na literatura brasileira. **Revista Palmares: cultura afro-brasileira**. Ano I, n. 1, agosto 2005 – ISSN 108 7280.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória** [livro eletrônico], 3. ed. -- Rio de Janeiro : Pallas, 2018.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, 17-31. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365>>. Acesso em 23 jan. 2023

FACEBOOK – Imagem de citação de Carolina Maria de Jesus. Disponível em <https://pt-br.facebook.com>. Acesso em 20 abr. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 1996. Disponível em <[http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Foucault\\_OrdemDoDiscurso.pdf](http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Foucault_OrdemDoDiscurso.pdf)>. Acesso em jul. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos volume III**. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, volume V**: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013b.

FOUCAULT, Michel. **Tecnologias de si, 1982**. Verve. Revista Semestral Autogestionária do Nu-Sol, n. 6, p. 321-360, 2004

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos volume VI**: repensar a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **De espaços outros. Estudos Avançados**. Universidade de São Paulo, 2013a. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68705>>. Acesso em mai. 2022.

FRENSKE, Elfi Kurten. Carolina Maria de Jesus - a voz dos que não têm a palavra. Repositório Digital de conteúdos culturais, educacionais, artísticos e científicos. **Templo Cultural Delfos**, 2023. Disponível em: <<https://www.elfikurten.com.br/2014/05/carolina-maria-de-jesus.html>>. Acesso em 08 abr. 2023.

GAMA-KHALIL, Marisa Martins. MILANEZ, Nilton. Corpo-espaço organização e funcionamento de uma noção discursiva. **MOARA – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras**, Vol. 1, n. 57, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9479/6684>>. Acesso em 17 mar. 2023.

GREGLOIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. São Carlos: Claraluz, 2006.

GREGOLIN, M. R. Discursos e imagens do corpo: heterotopias da (in)visibilidade na WEB. In: FLORES, G.G.; NECKEL, N.R.F.; GALLO, S.M.L. (org). **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**. Campinas: Pontes, 2015, p. 191-213. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/59354/31832>>. Acesso em out. 2022.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados, visibilidades, subjetividades. **MOARA–Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras**, v. 1, n. 43, p. 06-25, 2016. Disponível em: < <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/2633/3782>>. Acesso em 13 jun. 2023.

GREGOLIN, M.R. Análise de discurso com Michel Foucault: verdades e subjetividades. In: Salles, Christian Souza; Marcia Fonseca (org.). **Discursos em redes: teias de saberes**. Campinas: Pontes Editores, 2022, p.39-58.

GREGOLIN, Mária do Rosário. A análise do discurso: conceitos e aplicações. **ALFA Revista de Linguística**. Volume 39, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3967/3642>>. Acesso em jul. 2022.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Michel Foucault: discurso, poder, identidades**. Programa de Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura. UNAMA, Universidade da Amazônia, 2012.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2012.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de Alvenaria 2 – Santana**. São Paulo: Companhia das Letras. 2021

LISBÔA, Flávia Marinho. Pandemia e a colonialidade em (dis)curso no corpo da mulher negra. **Revista Heterotópica**, [S. 1.], v. 3, n. 1, p. 230–259, 2021. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/59354>>. Acesso em: nov. 2022.

LISBÔA, Flávia Marinho. **Língua como linha de força do dispositivo colonial: os gavião entre a aldeia e a universidade.** 2019. Tese de Doutorado. UFPA. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.edu.br/jspui/handle/123456789/1977>>. Acesso em 15 jun. 2023.

MILANEZ, Nilton. **As aventuras do corpo: dos modos de subjetivação às memórias de si em revista impressa.** 2006. 209 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2006. Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103600/milanez\\_n\\_dr\\_arafcl.pdf?squence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103600/milanez_n_dr_arafcl.pdf?squence=1&isAllowed=y)> Acesso em out. 2022.

MONTOYA, Adrian Oscar Dongo. **Piaget e a criança favelada: epistemologia genética, diagnóstico e soluções.** Petrópolis: Vozes, 1996. 213 p.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. **Vozes marginais na literatura.** FGV EASP, 2008. Disponível em: <[https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/nascimento\\_e\\_-\\_vozes\\_marginais\\_na\\_literatura.pdf](https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/nascimento_e_-_vozes_marginais_na_literatura.pdf)>. Acesso em 20 jan. 2023.

NEVES, Ivânia dos Santos. Fraturas contemporâneas de histórias indígenas em Belém: sobre mármores e grafites. **Revista Maracanan**, n. 24, p. 544-566, maio 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/47606/33878>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

NEVES, Ivania. EtniCidades: os 400 anos de Belém e a presença indígena. **MOARA – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras**, n. 43, p. 26-44, mar. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/2634/3783>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

PAIVA, Vítor. Carolina Maria de Jesus é celebrada em exposição e relançamentos: “Ela é um ponto de confluência de um outro Brasil”, diz Tom Farias, seu biógrafo. **Hypeness**, 2021. Disponível em <<https://www.hypeness.com.br/2021/09/carolina-maria-de-jesus-e-celebrada-em-exposicao-e-relancamentos-ela-e-um-ponto-de-confluencia-de-um-outro-brasil-diz-tom-farias-seu-biografo>>. Acesso em 10 abr. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas** Buenos Aires, Argentina, 2005. Disponível em: <[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf)>. Acesso em 15 jan. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro.** São Paulo: Boitempo, 2018.

RIBEIRO, Hércion. **Identidade do brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 1994. 199

SANTOS, Lorena dos. **Ensino de História e a lei 10639/2003: diálogos entre campos de conhecimento, diretrizes curriculares e desafios da prática.** Cadernos de História, Belo Horizonte, v.12, n° 17, 2° semestre, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 273p.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. **A descoberta do insólito**: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000). 2011. 448 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280297>> Acesso em ago 2021.